Morfossintaxe da Língua Portuguesa

Morfossintaxe da língua portuguesa

Marcel Caldeira da Silva

Sumário

Palavras do autor

A maioria das pessoas que tem acesso à educação formal já ouviu falar em morfologia e sintaxe em algum momento de seu percurso estudantil. Para você, aluno de um curso de Letras, a afinidade ou o interesse em relação a esses assuntos são, certamente, muito maiores, uma vez que você escolheu estudar, em sua graduação, os diversos aspectos de uma ou mais línguas.

Em vista disso, o objetivo desta disciplina é fazê-lo compreender o funcionamento dos principais fenômenos da morfologia e da sintaxe da língua portuguesa e desenvolver sua habilidade de analisar morfossintaticamente diferentes enunciados, oriundos de diferentes contextos de produção linguística. Como aluno de um curso de Letras, é esperado que você aprofunde o conhecimento desses aspectos e que aprenda a abordá-lo de modo eficaz com seus alunos, caso seu objetivo seja tornar-se um professor.

Para ajudá-lo a alcançar esse objetivo, este material foi criado de modo a lhe dar condições para estudar os tópicos da disciplina de maneira independente, antes e depois de participar das aulas. É importante que, nesse processo, você aproveite todos os recursos que o curso oferece e reflita constantemente sobre o seu próprio aprendizado. O autoestudo é fundamental para que, além de assimilar ideias, você crie suas próprias questões e reflita de forma crítica sobre o conteúdo que está sendo estudado.

Na primeira unidade deste livro, você estudará a relação entre o conceito de gramática e a morfossintaxe, refletirá sobre as práticas de ensino desses temas e iniciará o estudo da morfologia do português. Na segunda unidade, você entrará no terreno da sintaxe, no qual estudará a constituição dos sintagmas a partir da combinação de palavras de diferentes classes, para que, na terceira unidade, veja como os sintagmas se organizam em sentenças. A última unidade do livro é dedicada a duas propriedades gramaticais muito importantes para o português: a colocação e a concordância.

Lembre-se de que a morfossintaxe, como um fenômeno da língua que você fala, está mais presente em sua vida do que você imagina, e aprender mais sobre esse fenômeno pode ser uma atividade instigante. Aproveite, portanto, o conteúdo e explore ao máximo as ideias que serão apresentadas ao longo do livro. Bons estudos!

Introdução à gramática

Convite ao estudo

Prezado aluno,

Nesta unidade, você estudará os conceitos fundamentais da gramática, para que possa entender, de fato, o que é a morfossintaxe de uma língua. Você entenderá que a morfologia e a sintaxe fazem parte do sistema gramatical das línguas naturais e que se organizam de modos distintos nas diferentes línguas. Nosso foco ao longo de toda a disciplina será a língua portuguesa, mas você deve estar ciente de que essas manifestações gramaticais estão presentes nas diversas línguas, incluindo as línguas de sinais.

Para compreender a inter-relação entre a morfologia e a sintaxe, você verá nesta unidade que ambas constituem um mesmo sistema, que é o gramatical, e que, por isso, é muito comum que os elementos desses dois subsistemas se articulem em um mesmo fenômeno. É necessário, no entanto, estudar as particularidades de cada um deles, o que você vai começar a fazer ao refletir detalhadamente sobre a morfologia do português, na Seção 1.3.

Entender com clareza o que é gramática será essencial nesta primeira etapa, pois teremos uma tarefa muito importante a realizar que depende desse conhecimento: vamos ajudar a Catarina, uma professora de português de primeira viagem, a fazer seus alunos entenderem o conceito de gramática e a trabalharem com um tipo de manifestação gramatical, a morfológica. Alguns alunos de Catarina terão, a princípio, alguma dificuldade para entender o que é gramática, justamente pelo fato de haver vários sentidos associados a essa palavra.

Acompanharemos a nova professora em seu desafio, pensando em maneiras de tornar o conceito mais claro para sua turma.

Só será possível ajudar os alunos de Catarina a compreenderem os fenômenos da gramática quando você mesmo dominá-los. Você sabe, por exemplo, como definir gramática e quais são as unidades linguísticas com as quais ela opera? Sabe como ela pode ser estudada e como pode ser ensinada? Já pensou em quais são os possíveis conceitos de *palavra* e como eles são usados no estudo da morfologia? Talvez suas experiências com o aprendizado de gramática na escola não tenham sido das melhores, ou talvez tenham sido muito boas. De qualquer modo, essas experiências prévias e o conhecimento que você vai obter ao longo da unidade lhe permitirão refletir sobre tais questões e encontrar as melhores respostas.

Na Seção 1.1 desta unidade, você estudará os conceitos de gramática, as abordagens gramaticais e os diferentes níveis de análise gramatical; na Seção 1.2, verá como ensinar gramática na escola, com destaque ao que se espera da formação do professor de português; e na Seção 1.3, estudará com mais detalhes a morfologia, aprendendo a identificar suas unidades e fenômenos.

Bons estudos!

Seção 1.1

Gramática: forma e função

Diálogo aberto

Caro aluno,

A palavra *gramática* deve ser uma palavra familiar, pois provavelmente você teve contato com ela na escola, em vestibulares ou em outros tipos de exames. Mas você sabe explicar o que é gramática e como ela faz parte da sua vida enquanto falante de português? O objetivo desta seção é ajudar-lhe a responder a essas questões e a compreender sua relevância para o estudo da morfossintaxe.

Como você deve se lembrar, nesta unidade da disciplina, vamos ajudar Catarina, uma professora de português de primeira viagem, a ensinar a seus alunos o que é gramática. Na primeira aula da sua primeira turma, a professora perguntou aos alunos o que eles entendiam por gramática e obteve muitas respostas diferentes: alguns alunos disseram que a gramática é um livro ou um livro de regras da língua; outros disseram que gramática é uma matéria da escola; um aluno disse que ela trata das palavras da língua; outro disse que gramática são os modos de falar e escrever que aprendemos na escola.

Depois de receber todas essas respostas, Catarina se viu diante de um desafio de delimitação conceitual, visto que era sua primeira aula e que tudo aquilo que os alunos disseram fazia sentido em alguma medida. Levando em consideração o que você vai aprender sobre o conceito de gramática nesta seção, sugira à Catarina que crie em sua aula, com a ajuda dos alunos, um verbete de dicionário para a palavra *gramática*, especificando cada uma de suas principais acepções, a fim de fazê-los compreender os diferentes sentidos da palavra e a relação existente entre eles. Essa será uma boa oportunidade para que os alunos de Catarina, além de compreenderem o conceito estritamente linguístico de gramática e os conceitos a ela associados, estudem a estrutura do dicionário e aprendam, na prática, como a polissemia de uma palavra é nele representada. Porém, para que essa atividade de produção em sala de aula dê certo, é preciso que os alunos conheçam, previamente, a estrutura de um verbete de dicionário. Por isso, é importante que, antes de realizar a tarefa conjunta de

produção do verbete, os alunos tenham acesso a exemplos desse gênero discursivo e reflitam sobre as suas características.

Sua tarefa, então, nesta seção, é criar para Catarina um exemplo do verbete esperado, ordenando as acepções de modo a separar as definições em que a *gramática* é apresentada diretamente como um fenômeno das línguas naturais daquelas em que gramática tem um sentido derivado (o de uma disciplina, por exemplo). Para realizar essa tarefa, considere a discussão sobre o conceito de gramática feita nesta seção.

Bom trabalho!

Não pode faltar

A palavra *gramática*, como tantas outras da língua, é uma palavra polissêmica. Isso significa que nós a usamos, em diferentes momentos, para designar objetos distintos (uma disciplina, um livro que apresenta determinadas regras linguísticas, as próprias regras linguísticas, entre outros). Os efeitos dessa polissemia podem ser percebidos nos diferentes enunciados que usamos e nos quais incluímos a palavra *gramática*. Pensemos em uma frase do tipo: "Ele sabe gramática". O que significa dizer que uma pessoa sabe gramática? Significa que domina os conteúdos da disciplina de gramática? Que sabe, por exemplo, fazer análise sintática? Ou significa que usa adequadamente as estruturas de uma determinada língua sempre que fala? É muito provável que essa frase possa significar qualquer uma dessas coisas, dependendo do contexto enunciativo em que é usada.

Apesar desse fato, muitas pessoas não se dão conta da polissemia, até porque os diferentes conceitos associados à palavra podem estar bastante imbricados. Isso ocorre o tempo todo quando lidamos com diferentes fenômenos do mundo. Veja: se pensarmos, por exemplo, no que é genética, é possível que não consigamos imediatamente separar o que é a ciência que estuda os genes daquilo que é de fato a constituição genética de um indivíduo. É por isso que dizemos coisas do tipo: "A disciplina que

eu mais gosto de estudar é Genética" ou "A cor da pele de alguém depende, em parte, de sua genética".

Conscientes dessa polissemia, precisamos saber, no entanto, que, quando tratamos de gramática ao estudar uma língua natural, devemos ter em mente um conceito muito bem delimitado de gramática para que estudemos o fenômeno linguístico da maneira mais objetiva possível . Precisamos entender a gramática como uma propriedade da língua usada pelos falantes, algo que a constitui e que faz parte dela antes mesmo que qualquer pessoa se disponha a estudá-la.

Estudar a gramática de uma língua natural, como o português, é uma tarefa que só se torna possível depois que entendemos o que são línguas naturais. Uma língua natural é todo e qualquer sistema de comunicação verbal adquirido de modo espontâneo por seus falantes, por meio de um processo natural e típico da espécie humana conhecido como *aquisição da linguagem*. As línguas naturais são, em geral, adquiridas em comunidades de fala, o que dá lugar a um consideráel grau de uniformidade nos modos de falar dos indivíduos pertencentes a elas. Essa relativa uniformidade faz com que criemos uma abstração e passemos a nos referir a esse conjunto de modos de falar assemelhados como *língua*, atribuindo a esta um nome específico, como *português*.

Os termos *língua e língua natural* estão relacionados tanto com o processo de aquisição da linguagem, um fenômeno que ocorre com cada indivíduo, como com o sistema de comunicação usado por toda uma comunidade. Afinal de contas, a língua é um fenômeno indivíduo ou um fenômeno social? A língua corresponde ao sistema de comunicação que uma pessoa específica põe em funcionamento ou à abstração desses vários atos individuais?

As línguas naturais são produzidas e percebidas por meio de nosso sistema sensório-motor e, por isso, dependem da manifestação de determinadas formas, que, combinadas e articuladas, dão origem a infinitas expressões. As formas linguísticas

e o modo como estas se relacionam entre si por meio de regras específicas de uma variedade da língua são o que chamamos de gramática.

Dizemos que o português é uma língua natural oral, pois a produção de suas formas envolve o trato vocal e a percepção dessas formas ocorre pela audição, diferentemente das línguas de sinais, que também são línguas naturais, mas cujas formas linguísticas são produzidas principalmente por diferentes configurações das mãos e cuja percepção se dá pela visão. As línguas de sinais, como qualquer língua natural, dispõem de gramática, uma vez que suas formas são apresentadas e combinadas de distintos modos para produzir infinitas expressões.

O conceito de gramática envolve necessariamente as formas da língua, ainda que se possa entender, dependendo da visão teórica, que o modo como essas formas se relacionam esteja associado a fenômenos de natureza não formal.

Como o português é amplamente usado em sociedades letradas, a língua é, em larga medida, produzida e percebida pela escrita e pela leitura, respectivamente. Nesses casos, a produção sonora das formas e sua audição é, na maioria das vezes, dispensável. Ainda assim, é possível analisar a gramática de uma língua natural tanto a partir da língua falada quanto a partir da língua escrita. No caso das línguas orais, como o português, a análise fonológica pode ficar um pouco limitada quando se dispõe apenas de dados escritos, mas, em geral, análises morfossintáticas não apresentam muitos impedimentos (embora se deva estar ciente de que a análise morfossintática de textos escritos dá conta dessa modalidade, mas não representa a totalidade das manifestações morfológicas e sintáticas de uma língua).

É preciso que você tenha em mente que a língua falada e a língua escrita podem apresentar diferenças quanto às manifestações morfossintáticas a depender da natureza da produção linguística, que sempre estará associada a gêneros de discurso diversos, sejam estes orais ou escritos.

Como se pôde ver até aqui, gramática tem a ver com as formas da língua e suas relações, que existem independentemente de qualquer olhar analítico. Ocorre que, quando nos dispomos a estudar a gramática de uma língua, acabamos tendo que desmembrar as estruturas linguísticas e analisar separadamente fenômenos que ocorrem simultaneamente quando falamos. Por isso, é comum distinguir alguns níveis de análise no estudo da gramática.

Um dos primeiros níveis de análise gramatical é aquele no qual se analisa o modo como os fonemas se articulam sistematicamente na língua; é o que se estuda em Fonologia. Os fonemas são as unidades mínimas das línguas naturais que distinguem palavras de significados diferentes.

Exemplificando

A distinção entre as palavras *sola* e *bola* no português, por exemplo, é feita pela alternância entre /s/ e /b/, mantendo-se todo o restante. Como esses dois elementos são capazes de distinguir tal *par mínimo*, eles são identificados como fonemas.

Os fonemas, apesar de distinguirem palavras que significam coisas diferentes, não têm, sozinhos, um significado. Sua função depende da oposição entre pares mínimos, que são palavras quase idênticas em sua forma e que se distinguem apenas por um segmento fonológico. Na prática, não há nada em /s/ ou em /b/ que faça *sola* ou *bola* significarem o que significam; esses elementos apenas assinalam que as palavras são diferentes.

Há, por outro lado, unidades mínimas que, ao integrarem palavras, acrescentam a elas algum significado, e este significado é uma das propriedades dessas unidades. São os chamados *morfemas*. Se tomarmos as palavras *dia*, *casa, gato* e *selo* e acrescentarmos a elas um {-s}, todas passarão a designar entidades plurais (*dias, casas, gatos, selos*), o que significa que {-s} é um morfema indicativo de plural, que tem um significado.

O modo como os morfemas se organizam na língua e o estudo dessa organização podem ser designados pelo termo *morfologia,*

e, nesta disciplina, é a partir desse nível de análise gramatical que nossos estudos vão se realizar, isto é, a partir da análise de elementos significativos.

Observe que, quando estamos tratando de gramática, estamos geralmente falando das *relações* entre as formas. Se atentássemos apenas para as formas concretas de modo isolado, o fonema /s/ e o morfema {-s} seriam observados apenas enquanto segmentos sonoros, que podem ser representados, abstraídas algumas particularidades fonéticas (como iniciar ou finalizar uma palavra), por [s].

Quando estudamos morfologia, geralmente observamos como os diferentes morfemas constituem elementos significativos maiores, que são as palavras. É por isso que estudar morfologia significa, em alguma medida, estudar a palavra. Quando passamos a observar como a palavra, já constituída, se combina com outras palavras, passamos para outro nível de análise, o nível do sintagma.

Os sintagmas são elementos da sintaxe constituídos de um núcleo e, em alguns casos, de outros elementos que se unem a ele em sua margem esquerda (antes do núcleo) ou direita (depois do núcleo). O nome da classe da palavra que preenche o núcleo é que nomeia o sintagma (por exemplo: *muito feliz* é um sintagma, e seu núcleo é o adjetivo *feliz*; portanto, *muito feliz* é um sintagma *adjetival*). É preciso notar que apenas as palavras de algumas classes podem figurar como núcleo do sintagma; outras podem fazer parte dele apenas como elementos da margem esquerda ou da margem direita. Isso será discutido em detalhes em outras seções.

Exemplificando

É muito comum que os títulos de livros apresentem uma estrutura gramatical apenas sintagmática, sem que haja uma sentença completa. Vários desses títulos exemplificam muito bem as diferentes configurações dos sintagmas. Observe:

a) ***Crisálidas* (Machado de Assis, 1864)**: o título desse livro apresenta uma

única palavra, um substantivo, que é o núcleo do sintagma. Substantivos, em geral, funcionam como núcleos dos chamados *sintagmas nominais*.

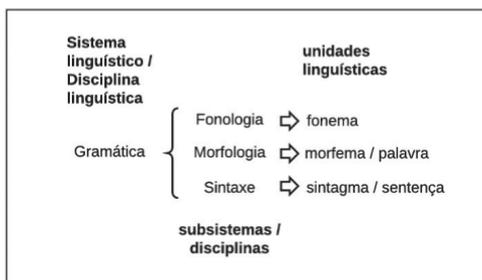
b) ***O cortiço* (Aluísio Azevedo, 1890)**: nesse título, há outro sintagma nominal, mas, dessa vez, um artigo aparece na margem esquerda, antes do núcleo *cortiço*. Os artigos, como será estudado em seções posteriores, costumam preencher a primeira posição do sintagma nominal no português, nunca aparecendo como núcleo do sintagma.

c) ***Espumas flutuantes* (Castro Alves, 1870)**: o título do livro de poesia de Castro Alves, diferentemente de O cortiço, apresenta a margem direita do núcleo (*Espumas*) preenchida. Ao longo da disciplina, você verá que adjetivos como *flutuantes* funcionam como núcleos de sintagmas adjetivais. Nesse caso, ao mesmo tempo em que *flutuantes* é a margem direita de um sintagma, é o núcleo de outro.

d) ***O crime do Padre Amaro* (Eça de Queirós, 1875)**: neste caso, estamos diante de um sintagma nominal completamente preenchido: há um núcleo nominal (*crime*), um elemento na margem esquerda (o artigo *o*) e um na margem direita (*do Padre Amaro*). Este último item representa também outro sintagma, que tem como núcleo uma preposição (*de*) e como margem direita outro sintagma nominal (*o Padre Amaro*). Todo o bloco *do Padre Amaro* é chamado de *sintagma preposicional*.

Quando os sintagmas se combinam, havendo pelo menos um verbo na estrutura que resulta dessa combinação, passamos a outra unidade gramatical da sintaxe, que é a sentença. Surgem, assim, estruturas como *O cortiço foi escrito por Aluísio Azevedo* ou *Castro Alves escreveu Espumas flutuantes*. Ao fazermos a análise sintática da sentença, depois de identificarmos os sintagmas, passamos a nos perguntar quais são as funções que esses sintagmas assumem nessa unidade maior. Nas sentenças apresentadas aqui, por exemplo, o sintagma nominal *O cortiço* assume a função de sujeito, enquanto o sintagma nominal *Espumas flutuantes* assume a função de complemento verbal, um objeto direto.

Em resumo, podemos dizer que a gramática de uma língua é o conjunto de suas manifestações fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Figura 1.1 | Representação do sistema gramatical e das disciplinas associadas

Fonte: elaborada pelo autor.

Nesta disciplina, vamos nos dedicar ao estudo desses dois últimos tipos de manifestação (morfológica e sintática). Veremos que a análise morfológica e a análise sintática se unem quando observamos determinados fenômenos, e é exatamente por isso que nos referimos a esses fenômenos como fenômenos da *morfossintaxe*.

Seja para lidar com elementos da morfologia, seja para lidar com os da sintaxe, para fazer análise gramatical partimos de certos objetos com os quais nos deparamos em nosso dia a dia. Antes de analisarmos esses objetos enquanto objetos gramaticais, sabemos que são objetos da língua, cujo funcionamento depende de tantos outros aspectos que não apenas o gramatical. É por isso que, algumas vezes, nos referimos a esses objetos linguísticos sem aludir necessariamente a suas propriedades gramaticais e, outras vezes, destacamos desses objetos essas propriedades. Isso se realiza comumente pelo uso dos seguintes termos: expressão, frase, enunciado, sintagma, oração, sentença.

Expressão: termo não restrito às propriedades gramaticais de um fenômeno linguístico, usado para designar, de modo genérico, os vários tipos de comunicação verbal; o produto dessa comunicação. Pode, mais restritamente, referir-se a elementos linguísticos aos quais está associado um significado estável (como provérbios, idiomatismos etc.).

Frase: qualquer construção que, independentemente da unidade

linguística/gramatical à qual corresponda, possa ser analisada internamente, sem a necessidade de supor um contexto para seu emprego, por compreender um sentido completo.

Enunciado: objeto linguístico que, independentemente da unidade linguística/gramatical à qual corresponda, é reconhecido como parte de um discurso, sendo pressuposta, assim, sua associação a um contexto.

Sintagma: unidade gramatical da sintaxe que tem seu núcleo e, por vezes, suas margens preenchidos por palavras das diferentes classes e que, quando combinada com outras unidades dessa natureza, pode constituir uma sentença; é tratado, em algumas situações, como *locução*.

Sentença: unidade gramatical da sintaxe que contém um verbo cujos argumentos (sujeito e complementos) são por ele selecionados.

Oração: o mesmo que *sentença**.

Agora que entendemos melhor o que é gramática e como podemos estudá-la, é preciso que tenhamos consciência de que as unidades gramaticais analisáveis de uma língua podem ser provenientes de qualquer variedade dessa língua. Isso significa que a análise gramatical não tem que tomar como base, necessariamente, os dados da norma culta da língua.

Toda língua natural, entendida como a língua comum de uma comunidade de fala ampla, apresenta variação em seus diferentes níveis gramaticais. Essa variação é identificada nas comunidades de fala menores que constituem essa comunidade mais ampla. Chama-se *variedade linguística* ou dialeto o conjunto de traços que caracterizam a língua falada em cada uma dessas comunidades.

A norma culta é apenas uma das variedades de uma língua e, assim como cada uma das outras, tem propriedades gramaticais

---

* No âmbito da gramática tradicional, o termo *oração* é o mais comumente empregado. No âmbito da pesquisa acadêmica sobre a linguagem, existe uma oscilação entre os termos, mas o termo *sentença* é, sem dúvida, empregado com muito mais frequência que nas gramáticas tradicionais.

que são compartilhadas com os demais dialetos e propriedades gramaticais que a particularizam. Como costumamos estudar a norma culta na escola e como a escola é o lugar onde se costuma falar em gramática, muitos de nós temos ou já tivemos a falsa impressão de que apenas essa variedade linguística tem gramática. A verdade é que todo exemplar de língua natural dispõe de gramática, já que esta é uma das propriedades básicas da língua natural.

Na Seção 1.2, discutiremos mais detalhadamente essas questões sobre o conhecimento da variação linguística e sobre o tipo de gramática que se deve estudar na escola. Por ora, devemos ter em mente que, como estudantes e estudiosos dos fenômenos da linguagem, termos consciência da existência da variação linguística é algo essencial.

Outro fato do qual devemos estar cientes ao estudarmos gramática é que existem diferentes abordagens teóricas a partir das quais se pode interpretar os fenômenos gramaticais. Essas diferentes abordagens, em geral, se valem de todos os níveis de análise e de todas as unidades gramaticais que mencionamos anteriormente. Elas geralmente divergem na explicação das relações que as formas linguísticas estabelecem entre si.

Para alguns estudiosos, as formas linguísticas e suas combinações devem ser analisadas e explicadas a partir das próprias relações formais. Nessa visão, as estruturas se configuram de modo autônomo, e, a partir dessas configurações, as diversas expressões se tornam possíveis, viabilizando a comunicação. Para outros, as formas se configuram de determinado modo justamente em decorrência das funções comunicativas que elas devem exercer no uso da língua.

As visões que priorizam as explicações formais para o estudo da organização das estruturas linguísticas são chamadas de *formalistas*, e as visões que rejeitam a autonomia das formas e de sua organização, defendendo que o modo como as estruturas linguísticas se organizam resulta de motivações comunicativas, são chamadas de *funcionalistas*. É preciso notar, no entanto, que essas categorias não são homogêneas, pois há diversos tipos de

formalismo e de funcionalismo.

Como exemplo para uma abordagem formalista e para uma abordagem funcionalista de um mesmo fenômeno podemos considerar a análise do seguinte par de sentenças:

(1) *O que você vai fazer?*

(2) *Você vai fazer o quê?*

Esse exemplo exibe dois modos distintos de ordenar elementos na sentença. Uma abordagem formalista, que assume a autonomia das formas linguísticas e privilegia a análise da forma pela forma, não está interessada, por exemplo, em saber se essas sentenças produzem efeitos diferentes quando usadas no discurso ou se apresentam nuances de sentido. O que importa para ela é explicar como se dá formalmente essa alternância de colocação no sistema da língua.

Estudos formalistas têm assumido que a estrutura (1) deriva de uma estrutura básica em que o complemento x do verbo se posiciona à sua direita (*você vai fazer x*). A sentença interrogativa (2) mantém essa estrutura básica, enquanto a sentença (1) envolve o *movimento* do elemento x (*o que*) para o início da sentença. Trata-se de um tipo de derivação, de caráter estritamente formal. As consequências comunicativas dessa derivação não estão no centro dos interesses dessa abordagem.

Por outro lado, uma análise funcionalista desse mesmo fenômeno pressupõe que a estruturação de (1) e (2) decorre de funções comunicativas distintas. Por exemplo: o falante intui que usar *o que*, enquanto elemento que simboliza o conteúdo do qual se quer obter conhecimento, no início ou no final da sentença pode alterar a maneira como se focaliza a demanda por essa informação, o que pode levar a efeitos distintos no interlocutor que responderá à pergunta. Um enunciado com a estrutura (2) pode ser mais incisivo, por exemplo.

Como as abordagens funcionalistas não admitem a autonomia das formas linguísticas, a ideia de uma derivação de formas não é necessariamente aceita; cada estrutura pode ter a forma que

tem como resultado direto da motivação comunicativa. Neste livro, daremos prioridade a análises de cunho funcionalista, pois assumiremos que a organização das formas linguísticas é comunicativamente motivada.

Pesquise mais

Quando lidamos com a gramática da língua falada (transcrita tal como foi produzida por seus falantes), temos acesso a dados linguísticos que não obtemos em textos escritos, pois a fala apresenta algumas peculiaridades. você pode aprender mais sobre a gramática do português falado em:

ABAURRE, Maria Bernadete M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção fonológica da palavra. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção morfológica da palavra. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

Nesta seção, você teve acesso aos principais conceitos relacionados à gramática e aos modos de interpretá-la e descobriu quais são as principais unidades linguísticas com que trabalhamos quando estudamos esse assunto. Nas seções seguintes, essas unidades estarão recorrentemente em questão. Guarde bem suas características!

Sem medo de errar

Nesta seção, propusemos que você ajudasse a professora Catarina a ensinar o conceito de *gramática* a seus alunos a partir da criação conjunta, em sala de aula, de um verbete de dicionário para a palavra, uma vez que eles associaram a ela diferentes sentidos depois de a professora perguntar o que é gramática.

Vimos ao longo da seção que a palavra *gramática*, como várias outras da língua portuguesa, é uma palavra polissêmica, e não

há nada mais oportuno para a descrição da polissemia de uma palavra que um verbete de dicionário, no qual se podem agrupar os diferentes sentidos a partir de determinada lógica de relações entre eles.

Para auxiliar a professora na atividade que será aplicada em sala de aula, foi solicitado que você lhe enviasse um exemplo de verbete para *gramática*.

Para fazer isso, é preciso lembrar que o primeiro item essencial do verbete é a *palavra de entrada*, ou simplesmente *entrada*, que corresponde ao item lexical cujas informações se quer apresentar (é comum que se indique a classe de palavras a que ele pertence). Posteriormente, apresentam-se as acepções da palavra, que são cada um dos sentidos que podem ser associados a ela. As acepções são apresentadas em forma de definições, e essas definições costumam ter a estrutura gramatical típica de um sintagma nominal em verbetes cuja entrada é um substantivo.

A partir dessas informações, do que foi estudado na seção e do que os alunos de Catarina sugeriram, podemos definir *gramática* do seguinte modo:

Gramática (substantivo feminino)

1. conjunto de formas linguísticas que se relacionam por meio de regras próprias de uma variedade de língua;

2. estudo dos princípios que regulam o modo como as estruturas de uma variedade linguística se relacionam;

3. disciplina dedicada a esse estudo;

4. livro que descreve e analisa as estruturas de uma variedade de língua e o modo como elas se relacionam.

Na resolução proposta, a ordem das acepções foi definida segundo uma lógica de derivação pela qual a gramática é entendida, primeiramente, como um fenômeno da língua e, posteriormente, como o estudo desse fenômeno, como a disciplina que se dedica a esse estudo e como o livro que reúne informações sobre ele.

Avançando na prática

Temas de gramática

Descrição da situação-problema

Você é professor de português e começou a trabalhar em uma escola nova. Recentemente, o coordenador pedagógico reuniu os professores de cada disciplina para apresentar a todos um programa de conteúdos para a preparação das aulas do bimestre. O programa de português que foi entregue a você tem os itens A e B com os seguintes conteúdos:

Disciplina: **Língua Portuguesa**
A) GRAMÁTICA: a) Ortografia; b) Morfologia; c) Sintaxe; d) Uso do dicionário.
B) TEXTO e ESCRITA: a) O texto jornalístico e o texto literário; b) A produção textual; c) A intertextualidade.

A pessoa que havia preparado esse programa provavelmente estava usando uma noção de gramática diferente daquela que se restringe ao sistema das línguas naturais que regula as relações entre as formas linguísticas.

Sabendo que, como professor da disciplina, você está autorizado a fazer alterações nesse programa de conteúdos, altere os itens sugeridos em A e B, levando em conta o conceito de gramática como sistema da língua natural, que você estudou nesta seção do livro. você pode propor novos temas. Não se esqueça de justificar as alterações.

Resolução da situação-problema

Confira uma possível solução para o problema proposto:

Disciplina: **Língua Portuguesa**
A) GRAMÁTICA: a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe.
B) TEXTO e ESCRITA: a) O texto jornalístico e o texto literário; b) A produção textual; c) A intertextualidade; d) A ortografia; e) O uso do dicionário.

Foi acrescentado ao item A o subitem *fonologia*, que é um dos subsistemas da gramática. Os subitens *ortografia* e *uso do dicionário* foram transferidos para o item B, Texto e Escrita, pois a ortografia, que é um sistema de escrita, não faz parte da gramática

enquanto sistema das línguas naturais. Também não faz parte desse sistema o conjunto de palavras da língua pensadas em seu aspecto lexical, que é o foco dos dicionários. Os dois itens remanejados são mais bem categorizados como ferramentas da escrita.

Faça valer a pena

1. A gramática de uma língua regula as relações que as formas linguísticas estabelecem entre si. Avalie as seguintes afirmações sobre os fenômenos desse sistema:

I. Os termos gramática e sintaxe podem ser usados alternativamente em referência às regras de organização e uso das estruturas linguísticas.

II. Fenômenos fonológicos, que envolvem a combinação de unidades mínimas para a construção de palavras, podem ser entendidos como fenômenos gramaticais.

III. Os morfemas são as unidades mínimas que, de extensão maior que a dos fonemas, estão envolvidas nos processos de formação das palavras.

IV. Sintagma e sentença são unidades que constituem a sintaxe de uma língua, sendo que a primeira unidade desempenha determinada função na segunda.

É correto o que se afirma apenas em:

a) I e III.

b) II e IV.

c) I, II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

2. A gramática de uma língua natural é adquirida por seus falantes segundo um processo espontâneo e próprio da espécie humana denominado *aquisição da linguagem*. O português é considerado uma língua natural, pois atende a esse critério.

Sobre os conceitos de língua, língua natural e gramática, assinale a resposta correta:

a) A gramática de uma língua é identificada e descrita por meio de sua norma culta, a variedade de língua que representa a unidade da comunidade de fala.

b) O português, como qualquer outra língua considerada em uma comunidade de fala ampla, é constituído de diferentes variedades linguísticas, que são extremamente distintas uma da outra.

c) As variedades regionais do português são apenas dialetos, que não representam a língua natural propriamente dita.

d) A chamada norma culta do português é uma variedade linguística que tem traços em comum com as demais variedades da língua e traços que a particularizam.

e) O Brasil se destaca por ser um país em que, apesar de sua grande extensão territorial, toda a população fala a mesma variedade de língua e, portanto, a mesma gramática.

3. Quando falamos em gramática, estamos nos referindo às estruturas de uma língua e ao modo como elas se relacionam. Sobre o estudo dessas relações, julgue as afirmações a seguir:

(   ) Como a gramática envolve forma, os estudos linguísticos que se ocupam dela são chamados de estudos formalistas.

(   ) Os estudos gramaticais funcionalistas são aqueles que investigam as funções que as unidades linguísticas menores desempenham em estruturas maiores.

(   ) Abordagens gramaticais que explicam as relações entre as formas linguísticas com base na própria forma são chamadas de formalistas.

(   ) Quando uma abordagem linguística pressupõe uma motivação comunicativa para a relação entre as formas da língua, ela pode ser chamada de funcionalista.

(   ) Abordagens funcionalistas acreditam que é pelo fato de as formas linguísticas apresentarem primordialmente certa configuração estrutural que as necessidades comunicativas são atendidas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V – V – F – F – V.

b) F – F – V – V – V.

c) F – V – V – V – F.

d) F – F – F – V – F.

e) F – F – V – V – F.

Seção 1.2

Gramática, conhecimento linguístico e ensino

Diálogo aberto

Caro aluno,

Provavelmente, seu primeiro contato com os termos *gramática, morfossintaxe, classes de palavras* e tantos outros termos ocorreu em suas primeiras aulas de português na escola. Isso é curioso, pois, na verdade, os fenômenos a que esses termos se referem já faziam parte de seu conhecimento intuitiamente, muito antes de você chegar perto da escola. A única coisa que pode ter mudado é que você passou a chamar esses fenômenos por alguns nomes específicos quando pensava sobre eles.

Já deu para perceber que a escola é um lugar onde pensamos sobre a língua para além da atividade básica de usá-la. Mas qual é a relevância disso? Para que precisamos pensar sobre o português? Por que não o usamos, simplesmente? Uma de suas respostas a esta última pergunta pode ser a de que, na verdade, na escola, nós aprendemos a usar formas do português que ainda não sabemos usar. Isso também é verdade. Mas será que essas novas formas não podem ser aprendidas quando colocamos em exercício o conhecimento implícito que já temos do português, pois somos, afinal, falantes dessa língua? Ao longo desta seção, você verá que sim.

A professora Catarina, a quem você está dando suporte enquanto estuda esta unidade, passou por uma situação delicada envolvendo essas questões sobre se sabemos ou não a nossa língua e se precisamos aprendê-la na escola. Certo dia, o pai de um aluno, quando foi buscar seu filho, a encontrou e, em tom jocoso, disse: "Por faor, dá uma atenção especial pro meu filho, porque ele não sabe nada de gramática, fala tudo errado, como eu. Nós dois vivemos maltratando o português lá em casa. Eu não quero que ele não conheça a própria língua".

A professora, sem jeito, riu da situação, mas ficou preocupada com o fato de o aluno ter ouvido aquilo de seu pai, pois, como uma profissional que tem uma formação específica em estudos da linguagem e, mais especificamente, em língua portuguesa, não podia

admitir que um de seus alunos levasse adiante uma ideia equivocada sobre o funcionamento da língua. Diante disso, a professora decidiu preparar uma aula especial para seus alunos, na qual vai desfazer os principais equívocos da fala daquele pai, que ainda são recorrentes hoje em dia.

Seu papel, então, é ajudar Catarina a construir os melhores contra-argumentos para as seguintes afirmações: (i) muitos alunos não sabem nada de gramática, não sabem sua própria língua; (ii) as pessoas que não falam a norma-padrão falam errado. Sua argumentação deve se basear nos conceitos de conhecimento linguístico, norma, norma culta e norma-padrão, que serão estudados nesta seção.

Bom trabalho!

Não pode faltar

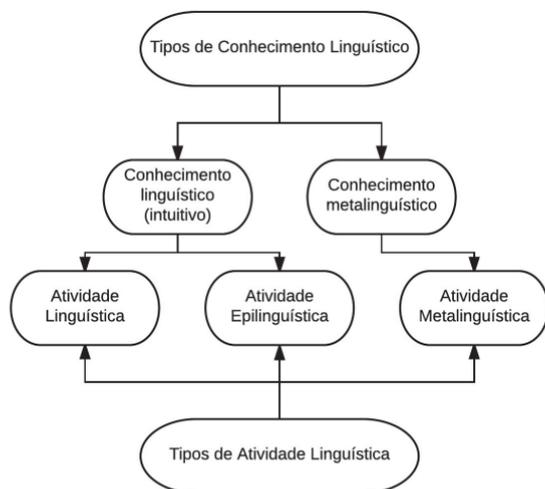
Toda a atividade dos professores de gramática se fundamenta em conhecimento linguístico, e o conhecimento linguístico pode ser de diferentes tipos. Nos estudos da linguagem, o termo *conhecimento linguístico* se refere ao conhecimento implícito que todo falante tem do funcionamento de sua língua. Ele não tem nada a ver com saber dizer se uma palavra é um artigo ou um substantivo, por exemplo, mas, sim, com a capacidade que o falante tem de usar esses elementos adequadamente em determinada variedade da língua. Por exemplo: qualquer falante de português provavelmente diria que a sentença *Ele comprou carro mais o caro* não faz parte da língua portuguesa e que a estrutura adequada seria *Ele comprou o carro mais caro*. Isso ocorre porque, no português, o artigo tende a ocupar a primeira posição da margem esquerda dos sintagmas nominais, mas o fato é que o falante usa as palavras nessa ordem sem precisar saber o que é um artigo ou um sintagma.

Nosso conhecimento linguístico é exercitado a todo momento, quando praticamos diferentes tipos de *atividades linguísticas*, como falar, ouvir, conversar, ler e escrever. Esse tipo de conhecimento, apesar de implícito, pode também ser usado pelos falantes para refletirem sobre a própria língua, inclusive nos momentos em que

praticam qualquer uma das atividades linguísticas mencionadas. Isso permite que eles julguem a adequação de certas estruturas ou mesmo aprendam intuitivamente novas estruturas a partir de seu conhecimento prévio. A atividade por meio da qual o falante reflete sobre a língua fundamentando-se em seu conhecimento linguístico intuitivo é chamada de *atividade epilinguística* (FRANCHI, 1987, p. 41).

Há, no entanto, outra forma de ter conhecimento sobre a língua, que está relacionada com a capacidade de usar um conjunto de nomenclaturas, modelos e procedimentos de análise para estudá-la de modo sistemático, o que chamamos de *metalinguagem*. Usamos uma metalinguagem, por exemplo, quando classificamos as unidades da língua e as analisamos por meio de termos específicos da disciplina de gramática, o que temos feito a todo momento neste livro. Esse tipo de conhecimento linguístico pode ser chamado, de maneira mais objetia, de *conhecimento metalinguístico*, e a atiidade que se baseia nele é chamada de *atividade metalinguística* (FRANCHI, 1987, p. 42).

O esquema a seguir sintetiza as diferentes formas de conhecimento linguístico e os tipos de atividade a elas associados.

Figura 1.2 | Tipos de conhecimento e atividade linguística

Fonte: elaborada pelo autor.

Todo professor de gramática da língua portuguesa deve, para além de seu conhecimento linguístico intuitivo, desenolver um conhecimento metalinguístico do português, pois se trata da área de conhecimento de sua formação superior, um nível de educação que exige um tratamento mais sofisticado para um fenômeno específico.

Na sala de aula da educação básica, a história é um pouco diferente. Dependendo de como for conduzido, o ensino gramatical baseado no conhecimento metalinguístico (*i.e.*, em nomenclaturas e modos de análise preestabelecidos) pode não surtir o efeito desejado, que é fazer o aluno refletir sobre determinado uso da língua ou assimilá-lo. É ainda comum ver aulas de gramática em que se dá muita ênfase à classificação de itens linguísticos e pouco se investe na apreensão intuitiva das estruturas e do modo como elas devem ser usadas a partir de dados reais, o que leva ao ato de decorar sem assimilar.

Um dos modos de evitar esse tipo de efeito é partir do conhecimento linguístico intuitivo que os alunos têm para abordar as questões da linguagem. As atividades fundamentadas nesse tipo de conhecimento podem ser linguísticas ou epilinguísticas.

Conersar, discutir sobre algo, ler etc. são atividades linguísticas comuns que os alunos praticam dentro e fora da escola e que, na escola, não se restringem às aulas de português. Nas aulas de gramática, por outro lado, é necessário haver, a todo momento, algum tipo de reflexão sobre a forma como a língua é usada. Nesse caso, o aluno tem que utilizar a língua para discutir sobre o próprio processo linguístico que lhe permite falar ou entender algo, em vez de apenas falar ou entender algo. Essa reflexão é plenamente possível sem que seja necessário recorrer diretamente a nomenclaturas gramaticais, desde que o professor explore adequadamente o conhecimento intuitio que os alunos têm do português. Nesse caso, ele estará desenvolvendo atividades epilinguísticas.

Exemplificando

Leia estes trechos do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis:

"Tenho ali na parede o retrato dela, ao lado do marido, tais quais na outra casa. A pintura escureceu muito, mas ainda dá ideia de ambos. Não me

lembra nada dele, a não ser vagamente que era alto e usava cabeleira grande; o retrato mostra uns olhos redondos, que me acompanham para todos os lados, efeito da pintura que me assombrava **em pequeno**."

"Não se diria o mesmo de tio Cosme. Nele era velho costume e necessidade. Já não dava para namoros. Contam que, **em rapaz**, foi aceito de muitas damas, além de partidário exaltado."

Agora tente substituir os itens destacados por formas linguísticas que são usadas com mais frequência no português contemporâneo. Você, provavelmente, pensou em coisas como *quando eu era pequeno e quando ele era rapaz* e compreendeu o sentido dos trechos originais sem precisar dizer que os itens destacados são adjuntos adverbiais. você acabou de realizar uma atividade epilinguística.

E quanto às atividades metalinguísticas, aquelas em que se reflete sobre a língua a partir de uma nomenclatura específica? Elas devem ter espaço na escola?

Antes de tudo, é preciso saber que, para o estudo da língua portuguesa, existem diferentes nomenclaturas. Na pesquisa acadêmica sobre o português, e sobre as línguas em geral, há uma nomenclatura em constante atualização, que acompanha as descobertas que vão sendo feitas ao longo do tempo sobre essas línguas. Essa nomenclatura é passível de variação decorrente de diferentes abordagens teóricas. Já no estudo escolar e nas gramáticas normativas, usa-se geralmente a Nomenclatura Gramatical Brasileira, um documento publicado em 1959 pelo Ministério da Educação que recomenda uma terminologia gramatical específica para o ensino e para a aplicação de exames. A NGB tem uma forte relação com a chamada *gramática tradicional*, que é um modelo de estudo gramatical que em se preservando desde os estudos do grego antigo e do latim.

Como professor de português em formação, é importante que você tenha conhecimento de ambos os tipos de nomenclatura, para estar a par dos mais recentes estudos linguísticos e para saber lidar com a terminologia que é ainda usada nos demais contextos.

Os termos gramaticais (nomes de classes gramaticais, de funções sintáticas, de tipos de oração etc.) devem ser usados na escola apenas se efetivamente vinculados a atividades epilinguísticas ricas, isto é, o aluno conhecerá o nome da unidade linguística, da classe de palavras, da função sintática, mas esse não será o ponto de partida para sua compreensão da estrutura. Ele deve primordialmente ter acesso às estruturas, compreender seu funcionamento e seu sentido, compará-las e usá-las em práticas reais de produção e compreensão linguística.

Essas práticas envolvem a reflexão sobre as estruturas gramaticais a partir de enunciados, ou seja, a partir de unidades linguísticas que se realizam ou se realizaram em determinado contexto. O trabalho com textos de diferentes gêneros abre caminho para esse tipo de atividade, pois é sempre possível focalizar um enunciado integrante do texto para analisar sua estrutura gramatical e compreender como e por que ela está sendo usada naquele texto.

Outra questão a destacar é que é um lugar-comum a ideia de que os alunos devem aprender na escola um conjunto de regras linguísticas que é, às vezes, chamado de *norma culta* e, outras vezes, de *norma-padrão*. Há, no entanto, algumas considerações a fazer sobre esses termos.

É muito comum que, nas diferentes línguas, um conjunto de regras seja escolhido como sua norma-padrão, sendo compiladas em gramáticas que têm, em geral, um caráter prescritio. A escolha dessas regras nem sempre se baseia em uma variedade de língua efetivamente usada pelos falantes; por vezes, a norma-padrão toma como base estruturas linguísticas encontradas em textos escritos no passado e que são obsoletas quando comparadas ao uso atual da língua.

Quando a norma-padrão corresponde, em alguma medida, ao uso real e atual de uma variedade da língua, esta, geralmente, é aquela falada por uma parcela da população que ocupa as classes socioeconômicas mais altas. Como a população dessas classes tem mais fácil acesso a níveis elevados de instrução e educação formal e à cultura letrada, a norma linguística compartilhada por seus membros é chamada de *norma culta*. É preciso notar, portanto,

que uma *norma culta* equivale aos usos reais que os indivíduos fazem da língua, e esses usos, sujeitos à variação e à mudança, podem ou não ser compatíveis com as regras codificadas nas gramáticas prescritivas, que tendem a ser estáticas. Isso significa que a norma culta não corresponde necessariamente à língua padronizada, que é muito mais uma gramática idealizada do que uma gramática usada, em sua plenitude, pelos falantes, inclusive na escrita.

Não se deve deixar de destacar, no entanto, que, no português, o termo *norma culta* tem sido usado frequentemente como sinônimo de *norma-padrão*, significando a norma descrita pelas gramáticas prescritivas, e não a norma factualmente usada pelos falantes cultos da língua. É preciso, no entanto, ter consciência de que se trata de coisas distintas.

A norma-padrão atual do português, expressa em gramáticas prescritivas, se constituiu no século XIX (PAGOTTO, 2013) e tem sido extremamente resistente a atualizações, pois pessoas que não usam e pessoas que, em parte, usam a norma-padrão defendem que essas formas correspondem ao "verdadeiro" português. É um ideal purista propagado por setores como a imprensa, em colunas e programas que tratam de língua portuguesa, embora essa mesma imprensa opte maiormente, em sua prática cotidiana, por estruturas gramaticais mais atuais e condizentes com a realidade do português falado por pessoas cultas. Trata-se de uma contradição que se explica pelo desconhecimento das propriedades das línguas naturais, que se caracterizam pela variação e pela contínua mudança, que nenhuma norma-padrão interrompe.

Estudos como o de Pagotto (2013) mostram que, já em sua constituição, a norma do português padrão codificada no Brasil não refletia as formas do português brasileiro usado na época, tendo sido basicamente importada de Portugal. Isso fez e faz com que a norma-padrão no Brasil não corresponda ao modo como os falantes cultos de fato empregam todas as estruturas da língua (tanto na fala quanto na escrita).

Reflita

Existem diferenças entre as variedades de português faladas no Brasil e as de Portugal. Você acha que a norma-padrão brasileira deve tomar como base o português padrão de Portugal ou ter o seu próprio modelo de língua padrão?

Quando falamos aqui em regras do português padrão, estamos nos referindo às regras gramaticais, sobretudo às da morfossintaxe, prescritas por gramáticos, que, note-se, nem sempre concordam um com o outro. As gramáticas prescritivas geralmente incluem em sua descrição do português padrão regras de ortografia, mas estas são de outra natureza. A ortografia é um conjunto de regras que foram explicitamente convencionadas para uniformizar a grafia. Trata-se de um sistema instrumental que permite representar graficamente a língua, mas que não equivale à língua natural propriamente dita. A ortografia pode, inclusive, sofrer alterações deliberadas sem que isso faça a língua mudar (as palavras continuam sendo pronunciadas do mesmo jeito, por exemplo; apenas se altera o modo de representá-las).

A ortografia deve ser ensinada na escola tal como foi convencionada, pois é o instrumento básico de acesso à leitura e à escrita, que é, atualmente, padronizada e tem cada uma de suas regras especificadas em documentos jurídicos. A ortografia é um instrumento que permite representar as normas gramaticais, mas não é uma norma gramatical, considerados os conceitos de norma com que temos operado aqui.

A norma-padrão é, portanto, um ideal de língua que não reflete o uso factual que os falantes fazem das estruturas linguísticas nos textos ditos cultos, formais. O que se observa no mundo real é a aplicação de um conjunto relativamente estável de regras linguísticas socialmente (e implicitamente) aceitas como adequadas a esses contextos de formalidade oral ou escrita, o que chamaremos aqui de *norma culta* (implicitamente considerada como o padrão da língua).

Norma: em termos linguísticos, *norma* significa simplesmente um modo habitual de usar a língua em determinada variedade linguística. Toda variedade tem sua própria norma, ou seja, seu próprio conjunto de regras que determinam como os elementos da língua devem ser usados.

Norma-padrão: um conjunto de regras codificadas em gramáticas com o objetivo de prescrever os usos do português considerado padrão.

Norma culta: o conjunto de regras linguísticas factualmente usadas pelos falantes cultos do português.

Mas que norma deve ser ensinada na escola? O fato é que os alunos vão à escola para aprenderem coisas novas e para desenvolverem habilidades. Não faria sentido, portanto, tentar ensinar a eles uma variedade de língua que já conhecem e dominam.

Por uma série de fatores sócio-históricos, boa parte das regras usadas nas variedades linguísticas das classes mais altas (que constituem a norma culta) se tornaram o modelo usado em diversas produções linguísticas orais e escritas (nos jornais e telejornais, nos textos acadêmicos, em textos oficiais, nas palestras, nas reuniões de trabalho, nas aulas em escolas e universidades, nas propagandas políticas etc.). Disso decorre que, para que os alunos dominem a produção e a compreensão dessas manifestações linguísticas e tenham acesso às diferentes esferas de atividade social, eles tenham que desenvolver o conhecimento desse conjunto de regras. É por isso que a escola deve investir no ensino da norma culta, assim como no ensino baseado na produção e na compreensão de diferentes gêneros discursivos, ou seja, nos textos em que essas regras, de fato, aparecem.

Investir na norma culta não significa que o aluno não terá acesso a outras ariedades de português. É justamente o trabalho com diferentes gêneros que trará a oportunidade de conhecer e reconhecer outras gramáticas. O trabalho com textos literários, por exemplo, ineitaelmente colocará o aluno diante de estruturas que a norma-padrão preconiza, e essas serão boas oportunidades

para que ele tenha acesso a essa norma, vendo-a em textos reais e enfrentando o desafio de apreendê-la pelo exercício de seu conhecimento linguístico intuitivo e por meio das instruções do professor.

Pesquise mais

A variação linguística é uma propriedade de toda língua, e é por isso que o português se constitui de diferentes variedades linguísticas. Para estudar mais sobre esse tema, consulte a seguinte obra:

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

Como professor de português e conhecedor do funcionamento das línguas naturais, que são essencialmente variáveis, você deve, sempre que for conveniente, fazer seus alunos entenderem que a variedade linguística que trazem de suas comunidades de fala, que podem ser distintas da norma culta (ou da norma-padrão), são manifestações autênticas da língua. Você não deve tratar essas normas como os únicos e verdadeiros representantes do português e deve ter muito cuidado ao usar a noção de *erro*, pois as palavras *certo* e *errado* são muito pouco objetivas para fazer referência aos fenômenos das línguas naturais.

Compreendidas como línguas naturais, todas as variedades linguísticas são formas corretas de usar o português, sendo *correto* entendido como *não estranho ao sistema de uma ou mais variedades do português*. Assim, só é absolutamente errado um uso que seja estranho ao sistema (por exemplo, dizer algo como “Chegou meu o táxi” em vez de “Chegou o meu táxi”, o que não ocorre em nenhuma variedade do português). Se a palavra erro estiver sendo usada com o sentido de *não estar de acordo com a norma-padrão (ou culta)*, é preferível que se diga objetivamente isso ao invés de dizer que a forma usada está *errada*. Ainda assim, deve-se levar em conta que só faz sentido dizer que uma forma não está de acordo com a norma-padrão (ou culta) em um contexto em que o uso dessa norma seja necessário.

Da mesma forma, é inadequado dizer de modo descontextualizado que uma forma que não faz parte da norma-padrão esteja simplesmente *certa*, pois os alunos podem achar que *certo* significa *de acordo com a norma-padrão*. O mais adequado é fazê-los entender que todas as manifestações da língua portuguesa são língua portuguesa e seguem normas próprias. Essas normas são o que são: um conjunto de modos de falar/escrever usados em determinados contextos. O papel da escola, ao fazer o aluno entrar em contato com novas normas, é justamente assegurar seu acesso a tais contextos.

No entanto, a norma culta tem uma importância social indiscutível, pois, entre as outras variedades linguísticas, é ela que dispõe de maior prestígio, justamente por ser a norma praticada nas atividades sociais e econômicas mais prestigiadas. Trata-se de uma realidade social que não pode ser desprezada pelos professores de português em suas aulas, que devem, além de dar aos alunos acesso à norma culta, fazê-los compreender o que são normas linguísticas e os significados sociais que cada uma delas tem. Isso evitará que os alunos desenvolvam preconceitos linguísticos, que são atitudes baseadas no simples desconhecimento da realidade das línguas naturais.

Os alunos devem ter acesso à norma culta para que, somando-a ao conhecimento de outras normas, sejam capazes de circular com desenvoltura entre as diferentes esferas sociais, usando em cada contexto as formas linguísticas adequadas.

As atividades linguísticas de reflexão gramatical propostas nesta seção têm o objetivo de capacitar o aluno para agir com autonomia e eficiência ao fazer uso da língua portuguesa na leitura, na escrita e na produção e compreensão de textos orais, independentemente da variedade linguística que os textos veiculem.

Sem medo de errar

Nesta seção, você ficou responsáel por ajudar a professora Catarina a criar argumentos contra as seguintes afirmações: (i) muitos alunos não sabem nada de gramática, não sabem sua

própria língua e (ii) as pessoas que não falam a norma-padrão falam errado. A seguir, você confere uma possível resolução para essa situação:

Muitos alunos não sabem nada de gramática, não sabem sua própria língua.

Dizer que alguém não sabe gramática só pode ser verdadeiro quando o que se entende por gramática é o domínio da análise gramatical baseada em metalinguagem. Todo falante de português fala usando uma gramática; o que pode ser verdade é que essa gramática não corresponda ao conjunto de regras descrito nos manuais gramaticais da norma-padrão, que tem uma outra gramática. O fato é que a norma-padrão não deve ser a todo tempo usada pelos falantes de português (na verdade, em sua totalidade de regras, ela é raramente usada, mesmo por falantes cultos). O uso das diferentes variedades linguísticas segue a conveniência contextual e social. Por exemplo: em um diálogo informal com um amigo, você, provavelmente, não dirá algo como "**Empreste-me** uma caneta", assim como provavelmente não dirá "Eu e meus **colega agradecemo** a presença de todos" numa situação formal, como uma mesa-redonda em um evento científico.

Mais grave ainda é dizer que muitos alunos não sabem sua própria língua, o que é, de certa forma, contraditório, pois todo falante, de qualquer língua, tem, necessariamente, um conhecimento intuitivo sobre ela, que lhe permite usá-la adequadamente e refletir sobre esse uso. Geralmente, quem diz isso está se referindo ao fato de o aluno não conhecer a norma-padrão ou a norma culta, ou ao fato de não as usar. A verdade é que a norma-padrão e a norma culta têm uma importância histórica e social inegáveis, mas não equivalem, sozinhas, à língua portuguesa e nem devem se sobrepor às demais variedades do português em todos os contextos.

As pessoas que não falam a norma-padrão falam errado.

As pessoas que não falam a norma-padrão falam por meio de outra norma, no sentido de usos habituais de uma variedade linguística. Dizer que uma pessoa fala certo ou

que fala errado são afirmações nada objetivas sobre o uso da língua. O mais correto seria dizer que a pessoa fala tal ou tal variedade de português, que porventura se distancia da norma-padrão. Mesmo assim, essa afirmação não faria sentido em muitos contextos, pois em boa parte deles não há qualquer necessidade de, em termos de conveniência social, usar a norma-padrão ou chamar a atenção para o fato de que alguém não está usando essa norma (o mesmo ale para a norma culta).

O efeito mais grave, no entanto, de dizer que alguém fala errado é o de que muitas pessoas acabam associando essa informação a uma ideia de inviabilidade ou deficiência cognitiva, associada à competência linguística/comunicativa do falante. Nesse caso, muitas pessoas assumem, a partir de uma avaliação linguística, que o falante é desprovido de inteligência.

Essa ideia não tem qualquer respaldo nos estudos sistemáticos que lidam com a relação entre a língua e a cognição, como os estudos da aquisição da linguagem e os diferentes ramos das ciências cognitivas que lidam com o processamento da língua. Há muito tempo, esses estudos têm a conicção de que certos processos e/ou princípios gerais estão enolidos na aquisição e no uso de qualquer língua natural, de qualquer ariedade.

Avançando na prática

Respeitar a gramática

Descrição da situação-problema

Leia este diálogo entre duas personagens de Monteiro Lobato, Narizinho e Dona Benta:

"– Pilhei a senhora num erro! – gritou Narizinho. – A senhora disse: "Deixe estar que já te curo!". Começou com o "você e acabou com o "tu", coisa que os gramáticos não admitem. O "te" é do "tu", não é do "você"...

– E como queria que eu dissesse, minha filha?

> – Para estar bem com a gramática, a senhora devia dizer: “Deixa estar que eu já te curo”.
> – Muito bem. Gramaticalmente é assim, mas na prática não é. Quando falamos naturalmente, o que nos sai da boca é ora o “você”, ora o “tu” – e as frases ficam muito mais jeitosinhas quando há essa combinação do “você” e do “tu”. Não acha?”
>
> (LOBATO, Monteiro. **Fábulas**. São Paulo: Globo, 2008, p. 35.)

Explique, a partir do seu conhecimento sobre os conceitos de norma, norma culta e norma-padrão, o que as personagens estão entendendo por gramática e, depois, sustente a argumentação de Dona Benta, explicando por que a atitude de Narizinho está errada.

Resolução da situação-problema

Quando Narizinho mostra qual estrutura Dona Benta deve usar para estar bem com a *gramática* e quando Dona Benta diz que “gramaticalmente é assim, mas na prática não é”, ambas estão entendendo gramática como o conceito de norma-padrão do português, aquela prescrita pelos gramáticos prescritivos.

Em sua resposta, Dona Benta sai em defesa da norma que é, de fato, usada pelos falantes no dia a dia, embora ela não entenda que o uso que está defendendo também tem gramática. De fato, muitos brasileiros, incluindo os falantes considerados cultos (sobretudo em situações de informalidade), usam “você” e “te” em uma mesma sentença, como em “Se você quiser, eu te levo pra casa”, e muitos nem se dão conta de que isso não está de acordo com a norma-padrão.

A atitude de Narizinho não está correta porque está coibindo o uso de uma norma autêntica da língua em um contexto que não exige o uso da norma-padrão. Nesses contextos, o falante sempre vai usar a forma que parece deixar as frases mais “jeitosinhas”, como disse Dona Benta, no sentido de mais adequadas ao contexto e compatíveis com a variedade linguística que lhe é natural.

Faça valer a pena

1. "Embora o padrão não se confunda com a norma culta, está mais próximo dela do que das demais normas, porque os codificadores e os que assumem o papel de seus guardiões e cultores saem dos extratos sociais usuários da norma culta. Se esse é um fator de aproximação, é também um fator de tensão, porque o inexorável movimento histórico da norma culta tende a criar um fosso entre ela e o padrão, ficando este padrão cada vez mais artificial e anacrônico, se não houver mecanismos socioculturais para realizar os necessários ajustes" (FARACO, 2002. p. 37-61).

Com base nas informações do excerto, assinale a afirmação correta:

a) A norma-padrão equivale aos modos de falar português da população que domina a cultura letrada e que tem acesso aos níveis mais altos de educação formal.

b) A norma-padrão se define pela explicitação, em instrumentos como as gramáticas e os dicionários, das formas e dos usos linguísticos considerados como o padrão da língua.

c) A norma culta do português é o conjunto de regras linguísticas que foram codificadas em gramáticas normativas e que tiveram como base os textos de escritores de prestígio.

d) A norma culta e a norma-padrão representam um conjunto de regras linguísticas obsoletas, que devem passar por ajustes e atualizações para se adequarem ao português contemporâneo.

e) A norma-padrão equivale ao conjunto codificado de regras gramaticais que são compartilhadas pelo conjunto de variedades linguísticas do português.

2. "O século XIX é palco de uma contradição linguística aparente: de um lado é apontado como o período em que o português do Brasil chega a um ponto de inflexão, na direção de suas características atuais; de outro lado, é reconhecido como o período em que se fixa a moderna norma-padrão recomendada pelos manuais de gramática atuais" (PAGOTTO, 2013).

Com base no texto, avalie as afirmações a seguir:

I. No século XIX, o português do Brasil vinha consolidando as características que exibe atualmente, e foi nesse período que as gramáticas codificaram tais traços como a norma-padrão.

II. A contradição a que o autor se refere diz respeito às diferenças existentes, desde o século XIX, entre a norma-padrão estabelecida por gramáticos e a norma realmente usada pelos brasileiros.

III. A norma efetivamente usada no português do Brasil nos dias de hoje não é uma inovação tão recente, pois há mais de um século vem adquirindo as feições que tem.

IV. A fixação da norma-padrão moderna do português brasileiro decorreu da necessidade de esclarecer que, já no século XIX, essa variedade de português era diferente da de Portugal.

É correto o que se afirma apenas em:

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

3. "Segmentos epilinguísticos ocorrem quando se verbaliza uma sorte de diálogo interior, em que o locutor conversa consigo mesmo sobre a conveniência ou não de utilizar determinado recurso linguístico em lugar de outro, ou então quando acha conveniente explicar o sentido de alguma palavra usada. Ao assim agir, ele 'põe no ar' expressões que têm tudo a ver com o processamento do texto, e pouco com o texto em si mesmo" (CASTILHO, 2010).

Com base no conteúdo estudado sobre os tipos de atividade e conhecimento linguísticos, julgue as afirmações a seguir:

(   ) Dizemos que um falante conhece sua língua quando domina os recursos de análise epilinguística praticados em atividades de leitura e escrita na escola.

(   ) O conhecimento linguístico é um tipo de conhecimento implícito que o falante tem de sua própria língua e que se desenvolve a partir do processo de aquisição da linguagem.

(   ) A Nomenclatura Gramatical Brasileira é um recurso metalinguístico usado nas gramáticas tradicionais para descrever os fenômenos da linguagem de forma padronizada.

(   ) Quando o aluno usa a língua para refletir sobre a própria língua, mobilizando seu conhecimento linguístico intuitivo, ele pratica uma atividade metalinguística.

(   )Tanto as atividades epilinguísticas quanto as metalinguísticas envolvem reflexão sobre a língua, mas o segundo caso envolve também um conhecimento que está além da intuição do falante.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V; V; V; F; F.

b) V; F; V; F; F.

c) V; F; F; F; F.

d) F; V; F; V; F.

e) F; V; V; F; V.

Seção 1.3

Morfologia

Diálogo aberto

Caro aluno,

Como falante de português, você convive, a todo momento, com enunciados constituídos por diferentes palavras. Apesar de ter consciência disso, você não fica o tempo todo contando ou pensando individualmente em cada palavra que ouve ou produz, mas, provavelmente, se eu lhe pedir que diga, separadamente, quais são as palavras deste enunciado, você conseguirá fazer isso sem muita dificuldade.

Isso ocorre porque, como falantes, temos um conhecimento intuitivo das estruturas constitutivas da palavra, o que nos permite reconhecê-las e delimitá-las mesmo na fala contínua. O subsistema da gramática que lida com a constituição das palavras é a morfologia, e é dela que trataremos nesta seção, identificando seus principais elementos e processos.

Ainda que tenhamos um conhecimento intuitivo do que seja palavra, esta não tem apenas um sentido/uma noção quando analisamos os diferentes fenômenos da língua de modo sistemático. A palavra pensada em sua forma gramatical é diferente, por exemplo, da palavra pensada como elemento que constitui o léxico de uma língua.

A professora Catarina, cuja atuação nas aulas de português você tem acompanhado nesta unidade, se deparou com uma boa oportunidade para tratar de morfologia com sua turma de uma maneira prática. Recentemente, um de seus alunos lhe fez a seguinte pergunta no final da aula: "Professora, *a gente*, com sentido de nós, se escreve junto ou separado?". Catarina viu que o aluno precisava de uma resposta naquele momento e apenas respondeu que as duas palavras eram escritas separadamente.

Aquela pergunta, no entanto, a fez pensar em como é recorrente que as pessoas tenham tal dúvida sobre a ortografia dessas palavras e como, em boa parte das vezes, escrevem *agente* em vez de *a gente*.

Como, para a professora, os fenômenos da língua (sobretudo os que se repetem muitas vezes) têm sempre um porquê, ela decidiu preparar uma aula para os alunos em que tratará exatamente da escrita dessas palavras, fazendo-os entender por que a dúvida é tão comum.

Assim, sua tarefa nesta seção é ajudar Catarina a preparar essa aula, e, para isso, você deverá enviar a ela respostas às seguintes questões: 1) *A gente* corresponde a uma ou a duas palavras? Como justificar a resposta?; 2) O que torna tão comum a escrita de *agente* no lugar de *a gente*, que consiste em um erro de ortografia?

Para resolver essa situação-problema, você deverá levar em conta a conceituação de *palavra*, desenvolvida na primeira parte da seção, mobilizando os conceitos de *palavra gramatical, palavra prosódica, lexema* e *palavra gráfica*.

Bom trabalho!

Não pode faltar

Você deve se lembrar de que, na Seção 1.1, identificamos a morfologia como um dos subsistemas da gramática. Nesta seção, trataremos especificamente desse subsistema, operando com o conceito de morfologia como **o conjunto de regras de combinação e uso dos morfemas para a produção de palavras**.

A noção de *palavra* é, aparentemente, trivial para os falantes de português: todos nós conseguimos separar, intuitivamente, as palavras de um enunciado, mostrando onde começam e onde terminam. Isso demonstra que a palavra e sua delimitação fazem parte do conhecimento linguístico do falante, que pode, inclusive, manipulá-la conscientemente em atividades epilinguísticas, como quando destaca de um enunciado proferido uma palavra específica, a fim de explicar seu sentido.

Ocorre que essa unidade linguística que faz parte do conhecimento linguístico do falante muitas vezes não corresponde à delimitação que é feita da palavra em outros domínios, como em sua representação escrita. Veja só: você pode ter vivido ou testemunhado a experiência de, quando do aprendizado da escrita, grafar palavras como *derrepente* (em vez de *de repente*) ou *encima* (em vez de em cima). você já parou para pensar por que esses erros ortográficos são

tão comuns? Provavelmente, erros desse tipo decorrem do fato de o falante compreender intuitivamente os dois elementos como apenas uma palavra.

Como a escrita da língua é algo que não acompanha continuamente as mudanças linguísticas, é muito comum que diversas palavras delimitadas de determinado modo no conhecimento linguístico intuitivo do falante não correspondam ao modo como elas são representadas na escrita oficial, que não é nada mais que uma convenção temporária.

Reflita

A revisão das convenções ortográficas serve, entre outras coisas, para diminuir a distância entre o modo como, intuitivamente, reconhecemos as palavras e o modo como elas são escritas. A última reforma ortográfica pela qual o português passou produziu mudanças desse tipo?

Professores de português têm como um de seus papéis ensinar a ortografia dessas palavras, mas devem ter consciência da disparidade entre a forma linguística efetivamente delimitada pela língua do aluno e a forma linguística convencionada, evitando atribuir precipitadamente esse tipo de erro (que é um fenômeno extremamente regular e cujas causas são linguisticamente explicáveis) a incapacidades ou dificuldades de ordem cognitiva.

Aquilo que entendemos por palavra pode, então, estar relacionado a diferentes unidades. Quando pretendemos fazer um estudo mais sistemático das formas da língua, deparamo-nos com vários tipos de palavras, que recebem, inclusive, outros nomes, como *palavra gráfica, palavra prosódica, lexema, palavra gramatical e forma de palavra* – classificação adaptada de Rosa (2000).

A palavra gráfica é a palavra representada conencionalmente pela escrita. Neste texto, usamos a todo momento palavras gráficas, pois é por meio da escrita que o conteúdo da disciplina está sendo apresentado. No entanto, você deve entender que a palavra gráfica está sendo usada para representar outras unidades linguísticas, que serão identificadas a seguir.

A palavra prosódica é a unidade delimitada pela dinâmica acentual/rítmica que as sequências sonoras assumem na fala. Como esse

ritmo segue alguns padrões na língua, alguns elementos constituem tipicamente com outros uma palavra prosódica, como é o caso dos artigos, dos pronomes átonos e das preposições, que, na pronúncia, se ancoram em outras palavras (GRIFFO; AL, 2014). "Assim, do ponto de vista fonológico, uma sequência como [u'liru] [o livro] constituiu-se em uma palavra fonológica registrada com duas palavras gráficas." (GRIFFO; AL, [s.p.] 2014).

Em determinados momentos, temos a intenção de nos referirmos à palavra destacando seu *significado lexical*, sem fazer referência a suas propriedades formais. Nesse caso, lidamos com a palavra como *lexema*, que não é uma unidade concreta, mas uma abstração dos possíveis usos da palavra na língua. Veja um exemplo: *João amou Maria como nunca amou ninguém*. É possível dizer que, nesse enunciado, a palavra AMAR foi usada duas vezes, pois estamos nos referindo a esse estado ou processo de gostar de alguém de maneira muito intensa, e não ao verbo como foi efetivamente produzido no enunciado (*amou*). AMAR, nesse caso, é um lexema (unidade que será convencionalmente representada aqui em versalete).

Os lexemas de uma língua integram o léxico dessa língua, que é o conjunto de palavras que a constituem. Como os lexemas são unidades abstratas, para nos referirmos a eles, precisamos de *formas de citação*, que, inevitavelmente, acabam correspondendo a alguma realização formal da palavra. Em geral, no português, usa-se como forma de citação a palavra sem flexões; no caso dos verbos, usa-se a forma nominal infinitiva (ex.: AMAR), que, de todo modo, apresenta um morfema – {-r} – indicando um uso morfológico específico, o do infinitivo.

Retomemos, agora, o enunciado *João amou Maria como nunca amou ninguém*. Quando dizemos que a palavra *amou* (e não *amar*) foi usada duas vezes, estamos nos referindo à exata sequência sonora (no caso, gráfica) assumida pelo lexema AMAR no enunciado. Chamamos essa sequência sonora de *forma de palavra* (que será representada pela palavra em itálico). Manifestações gramaticais de lexemas distintos ou manifestações gramaticais distintas de um mesmo lexema podem coincidir em forma de palavra – por exemplo, a forma de palavra bata pode corresponder ao lexema BATA (peça de estuário) ou à forma do presente do subjuntio de 3ª pessoa singular do verbo BATER, assim como a forma *amamos* pode corresponder tanto

a uma forma do presente quanto a uma do pretérito de um mesmo lexema, AMAR. Trata-se do fenômeno conhecido como homonímia (mesma forma fônica e/ou gráfica, mas significados diferentes).

Podemos também querer nos referir à realidade gramatical de uma palavra, isto é, a uma de suas (possíveis) realizações gramaticais associada a um uso linguístico específico; nesse caso, lidamos com a palavra enquanto *palavra gramatical*. No enunciado *João amou Maria como nunca amou ninguém*, podemos dizer que o *pretérito perfeito do verbo AMAR na terceira pessoa do singular* (*amou*) apareceu duas vezes. O *pretérito perfeito do verbo AMAR na terceira pessoa do singular* é a palavra gramatical.

Observe que a manifestação morfológica dessas categorias está associada a outros elementos da sentença: há, por exemplo, uma relação entre *João* – a pessoa (singular) de quem se fala (terceira pessoa) – e a marca morfológica {-ou} de *amou*, que assinala a terceira pessoa do singular. Essa associação de elementos morfológicos, internos à palavra, com elementos da sentença faz com que a palavra gramatical seja também denominada *palavra morfossintática*.

Ao tratarmos de morfologia, os tipos de palavra que mais nos interessam são a palavra gramatical e o lexema, embora também usemos nas análises, em diferentes momentos, as outras noções, para fins de clareza conceitual. É preciso destacar que todo item lexical (lexema) tem ao menos uma palavra gramatical correspondente e que, portanto, a distinção de que se trata aqui não é aquela que separa *palavras lexicais* (em geral, palavras de classe aberta como o substantivo ou o adjetivo) e *palavras gramaticais ou funcionais* (em geral, palavras de classe fechada, como as conjunções e as preposições).

Agora que você compreendeu os conceitos de palavra relevantes para a morfologia, vamos retomar a definição inicial do fenômeno: **a morfologia é o conjunto de regras de combinação e uso dos morfemas para a produção de palavras**. As palavras resultantes da aplicação dessas regras são palavras gramaticais que podem corresponder a novas palavras (novos lexemas) ou apenas criar uma forma específica de uma mesma palavra, de um mesmo lexema.

Exemplificando

Considerando o lexema PANELA, podemos imaginar as seguintes situações:

1. Como palavra gramatical, *panela* tem as propriedades de um substantivo e, com esta forma, designa um único objeto. Podemos, no entanto, associar a essa forma básica um elemento {-s} indicador de plural. A palavra resultante é *panelas*. Veja que *panelas* não tem um novo significado lexical; trata-se do mesmo item, com o mesmo significado básico de PANELA, mas com a adição do sentido eventual de pluralidade.

2. Se, diferentemente, associarmos o substantivo *panela* ao item {-aço}, obteremos a palavra gramatical *panelaço*, que já não significa o mesmo que *panela*. A palavra resultante originou um elemento com novo significado lexical, que passou a integrar o léxico do português como um novo lexema: PANELAÇO.

O processo morfológico que apenas produz uma forma gramatical específica da palavra sem alterar seu significado lexical é chamado de *flexão*, e o processo morfológico que modifica o significado lexical é chamado de *derivação*. Tanto na *morfologia flexional* como na *morfologia derivacional*, a produção de palavras envolve certos morfemas conhecidos como *afixos*. No português, os afixos podem ser *prefixos*, quando vêm antes do *radical* (que é a base da palavra gramatical), ou *sufixos*, quando vêm depois do radical. Algumas línguas têm ainda um outro tipo de afixo, chamado de *infixo*, que se insere dentro do radical, e não antes ou depois dele, como ocorre no português. Existem, portanto, afixos flexionais e afixos derivacionais. O sufixo {-aço}, de *panelaço*, é um afixo/sufixo derivacional, e o sufixo {-s}, de *panelas*, é um afixo/sufixo flexional.

Nas gramáticas tradicionais do português, prefixos e sufixos são tratados, em geral, como elementos da derivação, associados aos chamados processos de *derivação prefixal, sufixal* e *parassintética*. Afixos flexionais, mais especificamente os sufixos flexionais, são tradicionalmente chamados de *desinências*. Além da questão da modificação do significado lexical, existem outras diferenças importantes entre a derivação e a flexão, que são tradicionalmente indicadas pelos estudiosos da morfologia. Essas diferenças foram leantadas por Gonçalves (2011), e algumas delas são listadas a seguir:

Quadro 1.1 | Comparação: derivação e flexão

Derivação	Flexão
O uso de afixos derivacionais em uma palavra não é requerido pela sintaxe – em *eu acho que vi um gatinho!*, não há nada na sintaxe da sentença que determine que o sufixo derivacional {-inho} seja usado com {gat-}.	**O uso de afixos flexionais em uma palavra é requerido pela sintaxe** – em *eu acho que vi uns gatinhos!*, determinadas regras sintáticas requerem que o morfema {-s} presente em *uns* se repita em *gatinhos*.
O uso de afixos deriviacionais pode ser substituído pelo uso de outras estratégias linguísticas que leem ao significado veiculado morfologicamente – o uso do sufixo {-íssimo}, em *lindíssimo*, pode ser substituído por *muito lindo* para indicar intensidade.	**Afixos flexionais veiculam significados que se manifestam apenas morfologicamente. Não há, portanto, recursos linguísticos alternatios** – o significado plural (*mais que um*) acrescentado ao significado básico de uma palavra depende exclusivamente da manifestação do morfema {-s} (*nossos cachorros, os gatos, esses livros* etc.).
Há mais irregularidade na aplicação de afixos derivacionais – o sufixo {-ista} é bem empregado em substantivos como d*entista, banhista, flautista*, mas não forma substantivos como *sapatista, açouguista* ou *quitandista*.	**Há mais regularidade na aplicação de afixos flexionais** – é extremamente sistemático o uso do morfema {-r} para a indicação do infinitivo impessoal de um verbo (ama**r**, come**r**, parti**r**, janta**r**, bate**r**, sorri**r**).
A derivação pode levar à mudança de classe de palavras – o advérbio *felizmente* deriva do adjetivo *feliz*.	**A flexão não leva à mudança de classe de palavras** – nos casos de flexão, a palavra resultante é da mesma classe a que pertence a palavra sobre a qual se aplicou o afixo flexional.

Fonte: elaborada pelo autor.

Flexão e derivação, no entanto, apresentam semelhanças. Ambas são fenômenos que envolvem os mesmos tipos de operação formal (GONÇALVES, 2011). Essas operações podem ser estudadas a partir da segmentação que fazemos da forma de palavra em unidades menores. Nesse processo, os segmentos resultantes são chamados de *morfes*.

Veja um exemplo: podemos tomar a forma de palavra *desprender* e compará-la com outras realizações do lexema PRENDER segmentando-as: **des-prend-e-r** / **des-prend-e-ram** / **des-prend-e-mos.** Sem a identificação dos papéis que cada segmento (separado por hífen) desempenha na palavra, cada um deles é tratado como *morfe*, a realização concreta de um elemento morfológico. Representaremos o morfe entre chaves, com a forma linguística em questão escrita em letra maiúscula – ex.: {DES-}. Cada uma dessas

formas tem uma função na constituição da palavra, e essas funções recebem nomes específicos.

Para que você conheça essas funções, vamos continuar trabalhando com a palavra *desprender*. Chamamos de *radical* o elemento que o falante toma como base para a adição de afixos. Ele representa o correlato gramatical de um lexema estabelecido na língua, que tem um significado lexical específico. No nosso exemplo, {-PREND-} é o radical. Radicais tratados historicamente como radicais originais da palavra são chamados de *raiz*.

Veja que depois de {-PREND-} aparece o elemento mórfico {-E-}. Esse elemento é chamado de *vogal temática* e tem a função de expandir o radical, adaptando-o para a aplicação dos afixos. A vogal temática não faz parte nem do radical, como base da palavra, nem dos afixos, e seu uso está associado à estrutura fonológica do português, que não admite que um morfema iniciado por uma consoante – {-mos}, por exemplo – se ligue diretamente a outra consoante – o /d/ de *prender*. Além disso, nos verbos do português, a vogal temática indica a qual conjugação típica da língua a palavra pertence (1ª, 2ª ou 3ª – *ar, er, ir*). A união entre o radical e a vogal temática origina o *tema* – {PRENDE-}, que é o grupo ao qual se unem os afixos flexionais.

Restam, agora, o morfe {DES-}, que aparece antes do morfe que identificamos como radical, e os morfes {-R}, {-RAM} e {-MOS}. Estes são os afixos, definidos anteriormente, sendo o primeiro um prefixo derivacional, que modifica o significado lexical da palavra, e os outros, sufixos flexionais, que apenas indicam realizações gramaticais particulares da palavra, acrescentando significados que não alteram o significado lexical. Identificadas as funções morfológicas dos morfes, estes passam a ser tratados como morfemas, elementos abstratos que são aqui representados pela forma linguística entre chaves e em letra minúscula – ex.: {des-}.

Até aqui você deve ter percebido que a produção de palavras como processo morfológico envolve tanto fenômenos considerados ao longo da história de uma língua – como o surgimento de novas palavras e sua incorporação ao léxico – quanto fenômenos considerados em um estágio específico da língua, a partir de seu uso pelos falantes – como o uso do morfema {-s} para flexionar em número os substantivos. Esses dois tipos de fenômeno são conhecidos, respectivamente, como fenômenos *diacrônicos* e fenômenos *sincrônicos*.

Diacronia linguística: o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem e/ou se modificam numa língua ao longo do tempo.

Sincronia linguística: o conjunto de fenômenos que ocorrem em um estágio específico da língua.

É importante, no entanto, não associar a morfologia derivacional necessariamente à diacronia, pois a derivação faz parte do conhecimento linguístico dos falantes como recurso imediato para a produção de palavras. Por exemplo: imagine-se na situação em que você está assistindo a um filme em sua casa enquanto o cachorro do vizinho late sem parar. Talez, reclamando da situação, você diga algo do tipo: "Não dá para ouvir nada com essa latição". Nesse caso, você pode ter criado a forma *latição* a partir de uma operação de derivação, na qual atribuiu o sufixo {-ção} ao tema {lati-}, em vez de ter simplesmente evocado a forma de um item lexical já estabelecido na língua. Considerando situações como essa, podemos dizer que a morfologia derivacional também é um fenômeno sincrônico.

A palavra formada pela derivação pode ser uma palavra nova, pelo fato de seu uso não ser comum na língua. Se essa palavra se tornará um item lexical realmente reconhecido como palavra do português – este enquanto língua compartilhada pelos falantes da comunidade de fala –, só o tempo, a relevância ou a frequência de uso dessa palavra podem determinar. A palavra latição não consta de muitos dicionários, mas a palavra catação – ato ou efeito de catar; separação de misturas heterogêneas por meio desse ato – consta da maioria deles, provavelmente pelo fato de catação ter sido uma palavra largamente registrada em documentos diversos . A verdade é que é muito difícil estabelecer os limites entre o que é uma derivação sincrônica e o que é uma derivação diacrônica, sobretudo quando se opera com dados sincrônicos.

Entre os chamados *processos de formação de palavras*, que tradicionalmente abarcam apenas a produção de palavras que modificam o significado lexical, existem, além da derivação pelo uso de afixos, outros fenômenos que operam esse tipo de modificação e criam novas palavras.

A derivação por afixação é, de maneira geral, um processo de formação de palavras por *acréscimo* (são acrescentados prefixos e/ou sufixos derivacionais aos radicais). Há, no entanto, um tipo de processo de formação de palavras que envolve *redução*. É o caso da formação de palavras como o substantivo *compra*, a partir do verbo *comprar*, e do substantivo boteco, a partir do substantivo *botequim*. Nas gramáticas tradicionais do português, os processos de formação de palavras por redução, que ocorrem nas diversas línguas, são chamados de *derivação regressiva*.

Existe ainda um processo de formação de palavras que não envolve necessariamente alterações na estrutura morfológica da palavra. Nesses casos, a palavra muda de classe em decorrência da configuração sintática do enunciado que integra e das relações semânticas que estabelece com outros itens da sentença. Em uma sentença como *Ele errou feio*, a palavra *feio* atua como um advérbio, e não como adjetivo. Isso se deve, em parte, ao fato de *feio* aparecer em uma posição sintática que não é a posição típica do adjetivo (como quando ele vem depois de um substantivo – ex.: *menino feio*). É preciso, porém, observar que *feio*, nessa sentença, toma como escopo para a atribuição de traços semânticos a palavra *errou* (para indicar que a ação de errar se deu de maneira ergonhosa). A interpretação da sentença de um modo no qual *feio* tomasse como escopo *ele* (que geraria o sentido de que *ele* estava feio quando errou, sendo *feio* um adjetivo) seria muito mais improvável. Esse não é o caso de uma sentença como *Ele foi feio para a festa*, em que, seguramente, a interpretação mais provável é a de *feio* como adjetivo que toma *ele* como escopo (ele foi para a festa e estava feio).

Nesses casos em que a classe da palavra se define pela relação sintático-semântica que ela estabelece com os outros elementos do enunciado, o processo que atua na modificação do significado lexical é chamado de *conversão*. A rigor, não se trata de um processo morfológico de produção de palavras, embora as gramáticas tradicionais do português o tratem como derivação, atribuindo a ele o nome de *derivação imprópria*.

Há, ainda, entre os principais processos de formação de palavras, um que envolve a combinação de radicais para a criação de um novo item lexical. Esse processo é conhecido como *composição*. É o que ocorre em palavras como *guarda-chuva* – que envolve os radicais

{guard-} e {-chu-} – e *planalto* – que envolve os radicais {plan-} e {alt-}. Esses dois exemplos são conhecidos nas gramáticas tradicionais como, respectivamente, casos de *justaposição* e *aglutinação*, sendo que, no segundo, a produção da palavra nova altera as propriedades fonológicas de pelo menos uma das palavras formadoras, enquanto no primeiro caso as propriedades fonológicas das palavras se mantêm.

Existem obras completas que tratam especificamente dos processos linguísticos relacionados à morfologia. Para se aprofundar no conhecimento dos fenômenos em questão, você pode consultar a seguinte obra:

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

Nesta seção, você aprendeu a distinguir as noções de palavra e a identificar os elementos que estruturam a palavra gramatical, que pode (no caso da derivação) ou não (no caso da flexão) dar origem a novos itens lexicais (lexemas). Nas próximas unidades, alguns desses fenômenos morfológicos serão retomados para o entendimento de processos morfossintáticos.

Sem medo de errar

Nesta seção, propusemos que você ajudasse Catarina a preparar uma aula para seus alunos em que tratará da grafia da palavra (ou das palavras) *a gente* em português. Sua tarefa era apresentar a Catarina as respostas a algumas perguntas relacionadas a esse fenômeno, mobilizando os conceitos de *palavra gramatical*, *palavra prosódica, lexema e palavra gráfica*. Confira, a seguir, uma possível solução para essa situação-problema:

1. A gente corresponde a uma ou a duas palavras? Como justificar a resposta?

A *gente* pode corresponder a uma ou a duas palavras a depender do aspecto linguístico que é levado em conta para a delimitação da

palavra. Se atentarmos para o aspecto fonológico, teremos de levar em conta o fato de, no português, os artigos se ancorarem nos substantivos para serem pronunciados, formando com eles uma única palavra, a *palavra prosódica*. Nesse caso, *a gente* corresponderia a uma única palavra prosódica.

Do ponto de vista lexical, cabe pensarmos se, em *a gente*, a palavra *gente* corresponde ao lexema GENTE, com o sentido de *número indeterminado de pessoas*, e se, na sintaxe, o artigo *a* se associa a essa palavra. A verdade é que o item *a gente* tem sido usado em larga medida no Brasil com as funções do pronome *nós*: quando as pessoas dizem *A gente vai almoçar mais cedo, a gente*, do ponto de vista semântico, aponta para o indivíduo que fala somado a outra(s) pessoa(s), entre as quais a segunda pessoa pode ou não estar incluída. Esse tipo de relação da forma linguística com a situação discursiva é conhecido como *dêixis*.

Ora, esse fato mostra que *a gente* não designa um grupo de pessoas de quem se fala, e em número indeterminado, e que, portanto, o significado lexical de GENTE não está presente nessa estrutura. O sentido de *a gente* se atualiza a cada momento em que um locutor diz *a gente*, com a palavra se referindo a um grupo de pessoas, incluindo o locutor, pessoas que ele sabe quem são ou quantas são. Isso leva a crer que A GENTE é um item lexical independente da língua, que, em sua realidade gramatical, atua como uma única palavra (com características correspondentes à de um pronome).

A partir dessas análises, conclui-se que o item *a gente* equivale a duas palavras apenas enquanto considerado em termos de palavra gráfica.

2. O que torna tão comum a escrita de agente no lugar de a gente, que consiste em um erro de ortografia?

A partir das informações consideradas na resposta da primeira questão, é possível concluir que, por haver três aspectos linguísticos a partir dos quais *a gente* é considerado como uma única palavra (como palavra prosódica, como item lexical e como palavra gramatical), há muitos fatores contribuindo para que, no processamento da escrita, os alunos tentem correlacionar a delimitação da palavra escrita à delimitação da palavra prosódica, gramatical e ao próprio lexema. Isso ocorre, provavelmente, porque o aluno assume a existência de uma correlação razoável entre a ortografia e a fala.

É no entendimento de fenômenos como esse que os professores devem se fundamentar para abordarem os fenômenos de

padronização gramatical e ortográfica com seus alunos, deixando de lado preconceitos e conclusões infundadas sobre os processos envolvidos nos diferentes aspectos do funcionamento da língua.

Faça valer a pena

1. O termo *palavra* é um termo de difícil conceituação nos estudos da linguagem. Isso se deve ao fato de ele abarcar fenômenos de diferentes ordens, como os de ordem fonético-fonológica, morfossintática, gráfica e semântica. Por esse motivo, existem alguns termos que identificam de maneira mais precisa o conjunto de aspectos da palavra que se quer destacar em determinado estudo, sendo um deles o termo *lexema*.

Com base no que foi afirmado no texto, assinale a alternativa correta:

a) O lexema é a unidade linguística decorrente da abstração de realizações concretas e contextuais de uma palavra e de suas especificidades gramaticais, sendo entendida como uma unidade do léxico.

b) O lexema é a forma nominal infinitiva impessoal de um verbo, que, por não apresentar flexão de modo, tempo, número e pessoa, destaca apenas as propriedades lexicais da palavra.

c) O lexema é a realização efetiva de um elemento do léxico em um contexto gramatical, com as especificidades de gênero, número, modo, tempo e pessoa morfologicamente representadas.

d) O lexema é o conjunto abstrato de palavras de uma língua, que podem se realizar gramaticalmente de diferentes modos, a depender de quais morfemas são aplicados a elas.

e) O lexema é um elemento de natureza concreta que equiale à palavra enquanto item foneticamente realizado, com suas especificidades acentuais e entonacionais.

2. "Em linhas gerais, a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categorização lexical das bases. Radicalmente diferente, a derivação tem sido descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade" (GONÇALVES, 2011).

Considerando as manifestações da morfologia flexional e da morfologia derivacional a partir das definições apresentadas no texto, estabeleça a relação entre a **descrição do fenômeno**, apresentada na coluna da esquerda, e seu respectio **exemplo**, apresentado na coluna da direita.

1.Uso de afixo flexional indicador de gênero gramatical

2.Uso de afixo derivacional formador de substantivo

3.Flexão nominal de número

4.Formação de adjetivo por derivação

A. Não aguento mais tanta **falação**!

B. Essa música é bem **dançante**!

C. Achei o apartamento **bonito**, mas a casa é mais **bonita** que ele.

D. Meu vizinho tem dois **cachorros** e dois **gatos**.

Assinale a alternativa com a associação correta:

a) 1-C; 2-B; 3-D; 4-A.

b) 1-C; 2-A; 3-D; 4-B.

c) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.

d) 1-D; 2-A; 3-B; 4-C.

e) 1-D; 2-A; 3-C; 4-B.

3. "Para os estudiosos da *morfologia*, só se pode designar como *flexão* o processo morfológico que é *obrigatório*, imposto pela *sintaxe* de um enunciado. Ora, nada na sintaxe obriga um substantivo ou um adjetivo a alterar sua forma para expressar o acidente linguístico denominado *gradação*. Se digo *casinha* também posso dizer *casa pequena*; se digo *elegantíssimo* também posso dizer muito *elegante*."

(BAGNO, 2011, p. 502-503.)

Considerando o que é afirmado pelo autor do texto e os conceitos de morfologia derivacional e de morfologia flexional, avalie as seguintes afirmações:

I. O fenômeno morfológico que se associa à gradação não deveria ser chamado de flexão de grau (classificação recorrente em algumas gramáticas tradicionais), pois envolve um processo de derivação.

II. A gradação não se manifesta morfologicamente por um processo derivacional, pois a formação de palavras como *casinha* a partir de uma palavra primitiva, como *casa*, não altera a classe a que elas pertencem (substantivo).

III. As manifestações da morfologia flexional são um bom exemplo do que se tem chamado de *morfossintaxe*, uma vez que a seleção dos morfemas flexionais de uma palavra está diretamente relacionada à sintaxe do enunciado que ela integra.

IV. A gradação é um fenômeno que não está associado a uma imposição da sintaxe para a realização de uma ou outra marca morfológica na palavra

e, portanto, não deve ser considerada como um fenômeno gramatical, mas apenas semântico.

É correto apenas o que se afirma em:

a) II e III.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I e III.

e) II, III e IV.

Referências

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/HF2r7C>. Acesso em: 9 maio 2017.

BHANOO, Sindya N. Roda reinventada dá uma força a ciclistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny1801201017.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/x0gCCG>. Acesso em: 9 maio 2017.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 37-61.

FRANCHI, Carlos. Criatiidade e gramática. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 5-45, 1987. Disponível em: <https://goo.gl/DLOd5Z>. Acesso em: 9 maio 2017.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/ykMGgF>. Acesso em: 9 maio 2017.

GRIFFO, Clenice; AL, Maria da Graça Costa. Palavra. In: FRADE, Isabel Cristina Ales da Silva; AL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (Orgs.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Não paginado. Disponível em: <https://goo.gl/7d5TMp>. Acesso em: 7 maio 2017.

LOBATO, Monteiro. **Fábulas**. São Paulo: Globo, 2008.

PAGOTTO, Emilio Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. **Revista Letra**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2013.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/ZzoEJh>. Acesso em: 2 maio 2017.

IARO, Mário Eduardo (Org.). **Morfologia histórica**. São Paulo: Cortez, 2014.

As classes de palavras e a constituição de sintagmas

Convite ao estudo

Caro aluno,

Nesta unidade, vamos dar continuidade aos nossos estudos sobre a palavra, mas não nos concentraremos em sua estrutura interna, e sim nos papéis que ela, já constituída, assume na estrutura sintática do enunciado e em alguns processos semânticos e discursivos dos quais ela participa, tudo isso levando em conta a classe da qual faz parte.

Como o foco desta disciplina é o estudo da morfossintaxe, você conhecerá as classes de palavras visando entender como elas constituem os sintagmas, que são mais um tipo de unidade linguística relevante para a gramática. Esse objetivo será alcançado pelo trabalho contínuo com a estrutura sintagmática das sentenças e com a descrição dos constituintes dos sintagmas, que pertencem a diferentes classes de palavras.

Nesta etapa da disciplina, teremos um novo desafio. Uma agência de publicidade contratou seus serviços para que você ajude os profissionais a refletir sobre os enunciados que eles devem ou não usar em diferentes produções publicitárias. A agência quer que você auxilie os seus funcionários tanto na escolha das estruturas linguísticas como na resolução de questões sobre os sentidos e os efeitos que essas formas produzem em contextos específicos.

Você verá que, dada a diversidade de formatos e objetivos das produções publicitárias, os enunciados nelas usados podem ser muito distintos (em extensão e em nível de formalidade, por exemplo). Essa realidade se articula muito convenientemente com a descrição que esta unidade faz dos diferentes tipos de

sintagma, constituídos por palavras de diferentes classes, que desempenham funções específicas no sintagma, no enunciado e no próprio discurso.

A fim de se preparar para as tarefas desse contexto de aprendizagem, na primeira seção da unidade, você estudará as classes de palavras que pertencem a uma categoria mais abrangente, conhecida como *classe fechada*, e, na segunda seção, as palavras de *classe aberta*. A terceira seção retomará os principais aspectos sintagmáticos dessas classes, sumariando a questão da construção do sintagma, e se aprofundará no estudo do sintagma verbal.

Bons estudos!

Seção 2.1

Palavras de classe fechada

Diálogo aberto

Você deve se lembrar da nomenclatura usada na escola para designar as diferentes classes de palavras (como o verbo, o substantivo, a preposição etc.). Essa classificação, que está de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, é uma taxonomia herdada das gramáticas gregas, com algumas modificações, e parte dela é, até hoje, usada nos estudos da linguagem.

Nesta seção, trataremos das classes de palavras levando em conta estudos linguísticos e classificações mais recentes, e buscando generalizações importantes para a compreensão do funcionamento dos sintagmas, que são a unidade sintática de maior interesse para esta unidade. Abordaremos, aqui, as particularidades de parte das palavras da língua, as palavras de classe fechada, que incluem elementos como a preposição, o artigo e o pronome.

Como você deve se lembrar, ao longo desta unidade, você trabalhará para uma agência de publicidade, e, nesta seção, terá seu primeiro desafio. Um publicitário da agência está enfrentando a seguinte dificuldade: ele recebeu a encomenda de uma campanha para um restaurante que tem como principal característica preparar suas saladas logo depois de colher as verduras em uma horta própria, muito bem conservada, que pode ser vista pelos clientes do lado de fora do restaurante. O dono do estabelecimento quer que a agência crie um slogan que seja bastante curto, sem verbos, para refletir tal característica diferencial do restaurante. Ele insiste em que o slogan mostre que a horta é do próprio restaurante, e não uma horta qualquer, e que faça referência à comida servida no estabelecimento. A ideia, portanto, é veicular uma mensagem que destaque tanto quanto possível essa característica sem usar uma sentença.

Assim, seu trabalho, como consultor, é sugerir um enunciado ao publicitário e explicar por que ele atende à sua solicitação. Para realizá-

lo, você deve levar em conta as noções de *sintagma*, de *referência* e a classe dos *especificadores*, assuntos que serão discutidos ao longo da seção. Bom trabalho!

Não pode faltar

Muitas gramáticas tradicionais e livros didáticos de língua portuguesa tratam das classes de palavras (ou *classes gramaticais*) numa seção denominada *Morfologia*, descrevendo dez classes (substantivo, adjetivo, artigo, verbo, advérbio, pronome, numeral, conjunção, preposição e interjeição). Curiosamente, muitas dessas obras enfatizam o fato de a palavra *morfologia* se constituir dos elementos *morfo*- (forma) e -*logia* (estudo), significando o *estudo da forma*, quando elas mesmas descrevem as classes de palavras levando em conta fatores que não estão diretamente relacionados com a forma da palavra (como o fato de um substantivo ser concreto ou abstrato). A verdade é que, quando se trata de forma, os critérios gramaticais usados para categorizar as palavras nessas classes são, em grande parte, critérios morfossintáticos, e não apenas morfológicos. Além disso, uma série de propriedades não gramaticais são consideradas.

Tendo isso em vista, não seguiremos aqui o modelo tradicional, que inclui o estudo das classes de palavras nos estudos da morfologia – nesta disciplina, a morfologia, como elemento da gramática, envolve especificamente a estrutura gramatical da palavra. Além disso, daremos preferência ao termo *classe de palavras*, em vez de *classe gramatical*, pois, embora queiramos enfatizar os aspectos morfossintáticos das classes, é muito provável que a reunião de palavras em uma mesma categoria envolva também fatores de outra natureza (lexical, semântica ou discursiva , por exemplo).

Começaremos distinguindo duas grandes classes de palavras, conhecidas como *palavras de classe fechada* e *palavras de classe aberta*. As classes fechadas apresentam uma estabilidade muito alta em relação a seus membros e seu número de membros. Isso significa que, em geral, as mesmas palavras são usadas continuamente na língua como representantes dessas classes. Por outro lado, as classes abertas são classes de palavras de estabilidade mais baixa quanto a

quais são seus membros e seu número de membros, e isso significa que, continuamente, palavras que não faziam parte dessas classes vão sendo incorporadas pela língua como suas novas representantes.

Há algumas razões para que a renovação das classes fechadas seja mais lenta, e uma delas é a de que palavras dessa classe não são muito propensas a sofrer processos morfológicos de derivação. Pense, por exemplo, nas palavras *isso, todo, todos, ele* e *eles*, que são todas palavras de classe fechada. Tente agora acrescentar a elas algum sufixo derivacional (*-ção, -oso, -eiro* etc.). Parece não dar certo, não é mesmo?

Para tratarmos tanto das classes fechadas quanto das classes abertas, levaremos em conta uma classificação que interpreta as palavras com base nos papéis que estas desempenham nos sintagmas ou em relação a estes. Os sintagmas são unidades da sintaxe que constituem a estrutura que, na sentença, receberá uma *função sintática* (sujeito, complemento, adjunto etc.). São delimitados por colchetes – [ ], e podem ser de cinco tipos: sintagma nominal (SN), sintagma adjetival (SA), sintagma preposicional (SP), sintagma verbal (SV) e sintagma adverbial (SAdv).

Exemplificando

Observe a estrutura sintagmática da sentença **os motoristas mais apressados muito dificilmente têm respeitado a faixa de pedestres:**

^{SN}[Os motoristas ^{SA}[mais apressados]^{SA}]^{SN} ^{SAdv}[muito dificilmente]^{SAdv} ^{Sv}[têm respeitado ^{SN}[a faixa ^{SP}[de ^{SN}[pedestres]^{SN}]^{SP}]^{SN}]^{SV}.

A constituição dos sintagmas é regida por uma relação de dependência (ou subordinação) entre as palavras empregadas na estrutura sintática: há, em geral, um elemento que depende de outro para uma boa formação gramatical, e este outro elemento é um núcleo sintagmático.

Tome a sentença *Os motoristas mais apressados muito dificilmente têm respeitado a faixa de pedestres* e comece a identificar os sintagmas observando a primeira palavra: *os*. Você acha que essa palavra depende de algum outro elemento para que a estrutura gramatical esteja bem formada? A verdade é que ela depende do substantivo *motoristas*.

Agora que encontramos o elemento do qual *os* é dependente, é muito provável que esse elemento (*motoristas*) seja o núcleo de um sintagma. Passemos, então, a uma palavra que aparece depois desse núcleo, para verificarmos se esta também é ou não dependente dele. A palavra é *mais*. você acha que, por si só, a palavra *mais* é dependente de *motoristas* ou de *apressados* (faz mais sentido a segmentação *motoristas mais* ou *mais apressados*)? De fato, a palavra *mais* é dependente de *apressados*.

Constatamos, com isso, que *apressados* também é um núcleo sintagmático. Poderíamos concluir, assim, que [*os motoristas*] e [*mais apressados*] representam dois distintos sintagmas. No entanto, é preciso observar se sintagmas já constituídos são, por sua vez, dependentes de outro elemento. Ora, o sintagma [*mais apressados*] depende de *motoristas*, núcleo do primeiro sintagma; além disso, forma com esse sintagma um único bloco gramatical – um sintagma nominal. Assim, concluímos que *os* e *mais apressados* são elementos dependentes do núcleo *motoristas*, formando com este um mesmo sintagma. Os elementos que ocupam a margem esquerda e a margem direita dos sintagmas são termos dependentes do núcleo, e essas relações de dependência envolvem encaixamento, pois há uma coesão muito forte entre os elementos dependentes e o núcleo.

Os sintagmas são elementos de três lugares *preenchíveis*: a) o *núcleo* (N), constituído por uma palavra cuja classe dá nome ao sintagma, é o constituinte essencial do sintagma, que pode se realizar foneticamente ou ser *elíptico* (não realizado foneticamente, mas presente na estrutura sintática e subentendido pelo contexto linguístico); b) a margem esquerda, ou posição de *especificador* (Esp); e c) a margem direita, ou posição de *complementador* (Comp), que são constituintes que podem ou não ser preenchidos (não se deve confundir o complementador do sintagma com a função sintática de complemento, pois eles nem sempre serão equivalentes).

(1) SN → $[^{Esp}\text{Os}^{Esp}\ ^{N}\text{motoristas}^{N}\ ^{Comp}\text{mais apressados}^{Comp}]$

(2) SN → $[^{N}\text{pedestres}^{N}]$

(3) SV → $[^{Esp}\text{têm}\ ^{N}\text{respeitado}^{N}\ ^{Comp}\text{a faixa de pedestres}^{Comp}]$

Os exemplos (1), (2) e (3) focalizam sintagmas individuais da sentença e identificam seus constituintes (sem a delimitação de sintagmas internos, quando existem). Note que a posição Comp (margem direita) pode ser preenchida por outros sintagmas: em (1),

o SA *mais apressados*; em (3), o SN a *faixa de pedestres*. Veremos adiante que sentenças também podem ocupar essa posição.

Como a análise dos diversos sintagmas da língua permite identificar a potencialidade de um núcleo ter margem esquerda e/ou direita, mesmo quando há apenas uma palavra (o núcleo do sintagma), esta é analisada como um sintagma: em (3), no SP [*de pedestres*], *pedestres* é um SN, portanto, uma segmentação detalhada desse sintagma seria ^{SP}[de ^{SN}[pedestres]^{SN}]^{SP}.

Outro fator que será considerado na análise das classes, de um ponto de vista léxico-semântico e discursivo, é o modo de fazer referência a entidades (*referenciar*) na situação discursiva . Entendendo a situação discursiva como uma cena em que estão presentes pessoas que falam, pessoas e coisas das quais se fala e os elementos linguísticos do discurso, que são continuamente produzidos, existem três modos de referenciar.

Um deles envolve fazer referência pela remissão a elementos que estão (ou estarão) *dentro* do próprio discurso, no conjunto de enunciados proferidos, e é chamado de *endófora*. Imagine que você está falando com um amigo sobre outro amigo, que não está presente, e, depois de deixar claro de quem se trata, você diz: "*Esse meu amigo* foi morar no exterior". Ao dizer *esse meu amigo*, você fez referência a alguém se remetendo a algo que foi mencionado no seu discurso; trata-se, portanto, de uma endófora, e de um tipo muito específico, conhecido como *anáfora*, em que você faz remissão a um elemento *anteriormente* destacado no discurso.

Suponhamos agora que você encontre esse amigo outro dia e, querendo contar uma novidade, diga: "Você não vai acreditar no *que aconteceu comigo*!" Nesse caso, *o que aconteceu comigo* se remete a algo que você ainda dirá, o que também envolve endófora, pois esse algo estará no seu discurso, mas uma endófora conhecida como catáfora, que se remete ao que será dito *depois*.

Há, no entanto, situações em que um elemento do enunciado se refere a algo ou alguém que está *fora* do discurso que proferimos, mas que está temporal e espacialmente/remotamente presente na situação discursiva e só pode ser referido por meio das coordenadas espaciais e temporais inferidas dessa situação; por exemplo, quando alguém diz "O que é *aquilo*?" e *aquilo* se refere a algo que é identificado pelos interlocutores no tempo-espaço onde se dá a interlocução. Nesse caso, ocorre uma *exófora* (ou *dêixis/díxis*).

Em outros casos, um elemento do enunciado faz referência a uma entidade sem se remeter a um elemento anterior ou posterior do discurso e sem “apontar” algo ou alguém presente na situação discursiva . Isso costuma acontecer quando se faz referência a uma entidade pela primeira vez no discurso. Por exemplo: “Sabe *o celular que eu tinha ganhado*? Então, *ele* quebrou”. Nesse exemplo, o item *o celular que eu tinha ganhado* traz para o discurso uma nova entidade (um novo *referente*) e é, posteriormente, retomado (numa *anáfora*), pelo item *ele*.

Assimile

Os elementos linguísticos responsáveis por fazer referência por e*ndófora* ou *exófora* são chamados de elementos *fóricos – endofóricos* (*anafóricos* ou *catafóricos*) ou *exofóricos* (*dêiticos/dícticos*). Para alguns autores, como Castilho et al. (2014), endófora e exófora são as duas manifestações de um fenômeno conhecido como *foricidade*, que consiste na *busca* ou *recuperação* de informações pela remissão a *pontos do enunciado* (e do texto, oral ou escrito) ou à *situação discursiva.* Os elementos linguísticos que atuam na construção da referência, mas que não envolvem foricidade, são chamados de elementos *não fóricos*.

É preciso notar que existe, na bibliografia sobre o assunto, certa variação quanto ao uso desses termos. Em algumas análises, dêixis e foricidade são tratadas como fenômenos distintos, por vezes, com a foricidade se referindo apenas aos fenômenos da *anáfora* e da *catáfora*.

Com base nesses pressupostos, passemos a analisar as palavras de classe fechada.

Adaptando as classificações de Braga, Kato e Mioto (2015), Castilho (2010) e Ilari (2015), reuniremos nas classes fechadas os *especificadores, os pronomes*, as *palavras-Q*, as *preposições* e as *conjunções*. *Especificadores* designa metonimicamente as palavras de classe fechada que ocupam a posição de especificador do sintagma nominal, sua margem esquerda. Nesta seção, trataremos apenas dos especificadores desse tipo de sintagma, tratando-os genericamente por *especificadores*, mas os demais serão retomados em outras seções, envolvendo outros sintagmas.

Os ***especificadores*** são uma classe que abrange elementos de várias classes fechadas de palavras que têm em comum a

propriedade de ocorrerem tipicamente antes de um substantivo, constituindo um sintagma nominal e realizando nele operações semânticas de pormenorização (CASTILHO et al., 2015). Em algumas terminologias linguísticas, os especificadores também são conhecidos como *determinantes*. São especificadores os *artigos* (definidos), os *possessivos*, os *quantificadores indefinidos não neutros* e os *demonstrativos não neutros* (neutro = que ocorre como núcleo do SN).

O **artigo** é um dos especificadores mais comuns na constituição dos sintagmas nominais. Nas gramáticas tradicionais contemporâneas, tem-se subdividido a classe dos artigos em *artigos definidos* (*o, a, os* e *as*) e *artigos indefinidos* (*um, uma, uns, umas*), mas isso não foi sempre assim: o latim não tinha artigos, portanto, essa classe não figurava nas gramáticas romanas; a primeira gramática grega incluía na classe dos artigos (*árthron*) o que hoje as gramáticas chamam de *artigo definido* e *pronome relativo*, como elementos que apareciam, respectivamente, antes e depois do nome. As línguas românicas (entre elas, o português) desenvolveram estruturas que não existiam no latim, como o artigo, e as primeiras gramáticas dessas línguas, inclusive do português, não incluíam na classe dos artigos os indefinidos.

Segundo Castilho (2010) e Braga et al. (2015), a subdivisão entre artigo definido e artigo indefinido, que passou a figurar em gramáticas tradicionais a partir do século XIX, coloca numa mesma categoria elementos que se comportam de maneira muito distinta. Os "artigos" indefinidos são, assim como especificadores de outras classes, capazes de preencher um sintagma nominal de núcleo elíptico, mas os artigos (definidos), não. Veja os exemplos:

(4) Estou precisando de [*uma distração*]. / (4a) Também preciso de [*uma* ∅].

(5) Vou pedir [*alguma sobremesa*]. / (5a) Vou pedir [*alguma* ∅] também.

(6) Eu gostei d[*essa camisa*]. / (6a) Também gostei d[*essa* ∅].

(7) Eu conversei com [*a professora*]. / (7a) *Também conversei com [*a* ∅].

(Obs.: ∅ representa uma elipse; *indica uma sentença que provavelmente não é produzida no português, uma sentença agramatical).

Além disso, os “artigos” indefinidos se alternam facilmente com outros especificadores que acrescentam à expressão nominal a ideia de indeterminação (ex.: *Estou precisando de uma/alguma distração*), o que permite incluí-los na categoria dos quantificadores indefinidos. O artigo propriamente dito (o definido) tem como principal propriedade semântica “representar o referente do sintagma nominal no qual ocorre como *identificável pelo interlocutor*” (BRAGA et al., 2015, p. 114). Observe o exemplo (8), no qual o referente de encomenda é particularizado pelo uso do artigo *a*, que o apresenta *como identificável* pelo filho:

(8) Filho, chegou *a encomenda*!

Os **quantificadores indefinidos** são as palavras que atuam como constituintes de um sintagma nominal apresentando, simultaneamente, a ideia de *quantidade* e de *indeterminação*. Além do item *um* e suas flexões, fazem parte da classe desses quantificadores os *pronomes indefinidos* (das gramáticas tradicionais) que ocupam tipicamente a margem esquerda dos sintagmas nominais (*um, algum, nenhum, todo, diversos, vários, pouco, muito, cada, certo, qualquer* e suas flexões), o que ocorre nos exemplos (4) e (5). Quantificadores indefinidos integram um grupo mais abrangente, os *quantificadores*, que incluem os elementos que a gramática tradicional chama de *numerais*, que só são especificadores em alguns casos – em [*duas casas*], [*três pratos*], mas não em [o número *cinco*].

Outra classe que constitui a classe dos **especificadores** é a dos possessivos (tradicionalmente chamados de *pronomes possessivos*); ela inclui os elementos que preenchem tipicamente a margem esquerda de sintagmas nominais e estabelecem uma relação de posse entre o que é designado pelo nome-núcleo do sintagma nominal e as entidades representadas pela 1ª, 2ª ou 3ª pessoas. Observe o exemplo:

(9) Perdi [*meu livro*].

meu = possessivo especificador do sintagma nominal *meu livro*, que estabelece uma relação de posse entre o livro em questão e a 1ª pessoa (aquele que fala).

Possessivos são sempre palavras fóricas, sendo que os de 1ª e 2ª pessoa são sempre exofóricos (dêiticos). Já os **demonstrativos** (na gramática tradicional, *pronomes demonstrativos*) são palavras que indicam uma entidade (representada pelo núcleo do sintagma nominal) que o interlocutor já conhece ou conhecerá por fazer parte do discurso ou da situação discursiva e que, em geral, não corresponde à 1ª ou 2ª pessoas. Trata-se de palavras necessariamente fóricas. São demonstrativos especificadores os que preenchem tipicamente a margem esquerda do sintagma nominal. Por exemplo:

(10) [*Este / Esse / Aquele livro*] é meu.

Há ainda, diferentemente dos especificadores, palavras de classe fechada que são usadas no lugar de um nome (de um substantivo), ou seja, que preenchem o núcleo de sintagmas nominais. Trata-se da classe dos **pronomes** propriamente ditos, ou **pronomes substantivos**, nome usado nas gramáticas tradicionais. Essa classe inclui os chamados *pronomes pessoais* (*eu, nós, ele(s), me, te etc.*), os *demonstrativos neutros* (*isso, aquilo, o*) e os *quantificadores indefinidos neutros* (*tudo, nada, ninguém*). Todos eles podem, assim como o substantivo, atuar como núcleo do sintagma nominal. Em *O cachorro entrou na sala / Ele entrou na sala / Isso entrou na sala / Quem entrou na sala? / Ninguém entrou na sala / Alguém entrou na sala*, todos os elementos alternantes representam o mesmo tipo de sintagma que se relaciona com o predicado *entrou* na sala.

Grande parte das gramáticas tradicionais define o pronome como a palavra que *substitui* o nome (substantivo), mas classificam como pronomes palavras que não ocorrem sozinhas em um sintagma nominal (aparecendo, em geral, ao lado de um substantivo). Você acha que há alguma inconsistência nesse tratamento? O uso do termo *pronome substantivo* para subclassificar algumas palavras é suficiente para resolver o problema?

Os pronomes pessoais e os demonstrativos neutros são palavras fóricas (os dois podem ser endofóricos ou exofóricos, mas os pronomes de 1ª e 2ª pessoa só podem ser exofóricos). Os indefinidos

são, em geral, palavras não fóricas, mas, às vezes, podem assumir essa função (ex.: *Bolo, brigadeiro, beijinho; tudo acabou!*, em que pode haver uma interpretação segundo a qual tudo se remete aos elementos mencionados).

Outro grupo de palavras de classe fechada, conhecido internacionalmente nos estudos de línguas naturais como **palavras-Q** (em inglês, *Wh-words*; em algumas línguas românicas, *"palavras"-QU*), inclui palavras que, em sua maioria, compartilham uma mesma raiz, representada pelo rótulo que acompanha o item *palavra*, e assumem funções diversas. Em português, são palavras-Q: *que, quem, qual, o que, onde, quando, como, quanto, cujo*. Com exceção de *cujo*, todas as palavras-Q constituem *sentenças interrogativas* diretas, como (11) e (12), ou indiretas, como (11a) e (12a):

(11) *Quem está aí?* / (11a) Eu quero saber *quem* está aí.

(12) *Quando* começam as aulas? / (12a) Eu quero saber *quando* começam as aulas.

Palavras-Q também atuam como especificadores do sintagma nominal quando aparecem à esquerda de um substantivo em sentenças interrogativas e exclamativas. Veja o exemplo:

(13) ^{SN}[*Que* dia]^{SN} é hoje? / ^{SN}[*Que* coisa estranha]^{SN} aconteceu! / ^{SN}[*Qual* time]^{SN} venceu?

Outra aplicação típica das palavras-Q é formar *sentenças adjetiva*s (ou relativas). Nesses casos, a palavra-Q relativa (conhecida nas gramáticas tradicionais como *pronome relativo*) encaixa a sentença na margem direita (Comp) de um sintagma nominal.

(14) [^{Esp}O ^{N}bolo ^{Comp}**que** eu comprei] estava vencido.

(15) [^{Esp}A ^{N}casa ^{Comp}**onde** eu morei] foi reformada.

(16) Comi [^{N}tudo ^{Comp}**quanto** queria].

Outro conjunto de palavras que temos na classe fechada são as preposições. As **preposições** são palavras de classe fechada que atuam como núcleo de um sintagma (SP) que, no português, tem sua margem direita tipicamente preenchida.

(17) O atleta ganhou ^{SN}[uma medalha ^{SP}[de ^{SN}[ouro]^{SN}]^{SP}]^{SN}.

(18) O restaurante fechou mais cedo ^{SP}[por ^{SN}[falta ^{SP}[de ^{SN}[clientes] ^{SN}]^{SP}]^{SN}]^{SP}

Em (17), o SP [*de ouro*] tem como núcleo a preposição *de* e como complementador um SN, [*ouro*]. Em (18), o SP [*por falta de clientes*] tem como núcleo a preposição *por* e como complementador o SN [*falta de clientes*]. Ainda em (18), o SP [de clientes] tem como núcleo a preposição *de* e como complementador o SN [*clientes*]. Note que o SP [*de ouro*], em (17), e o SP [*de clientes*], em (18), estão encaixados no núcleo de um SN maior (núcleos *medalha* e *falta*), atuando como complementadores desse SN. Esse tipo de relação não ocorre, no entanto, com o SP [*por falta de clientes*], em (18), que apesar de ter uma relação sintática de dependência com o *restaurante fechou mais cedo*, não se encaixa em qualquer dos sintagmas que constituem essa sentença. Isso mostra que preposições são palavras que podem relacionar sintagmas e sentenças, mas com ou sem encaixamento sintático entre o SP dependente e o elemento ao qual ele se subordina.

As **conjunções** também são palavras que relacionam sintagmas e sentenças, mas, diferentemente das preposições, que constituem sintagmas que exibem uma relação de dependência com outro elemento, as conjunções não constituem sintagmas e podem estabelecer relações que envolvem ou não dependência. Os principais tipos de conjunção são: as *conjunções integrantes* (21)*, as coordenativas* (19, 20)*, as subordinativas* (22) *e as correlativas* (23).

(19) Gosto de café forte **e** quente. (**e** relaciona dois sintagmas nominais.)

(20) Hoje eu só tomei café **e** almocei. (e relaciona duas sentenças).

(21) Ela disse **que** virá. (**que** liga uma sentença dependente a uma principal pelo SV *disse*.)

(22) Eu vou **se** você pagar minha conta. (**se** relaciona uma sentença dependente com uma principal sem encaixamento.)

(23) Gostei **tanto** do almoço **quanto** do jantar. (**tanto**... **quanto** correlacionam dois sintagmas nominais.)

As gramáticas tradicionais brasileiras herdaram sua organização e sua terminologia dos estudos gregos sobre a linguagem, por intermédio das gramáticas do latim. Você pode ler mais sobre esse assunto neste artigo:

NEVES, Maria Helena de Moura. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 641-664, jul. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/TyZe7D>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Nesta seção, você estudou as classes de palavras fechadas, examinando-as segundo o tipo de relação que estas têm com o sintagma e a sentença e o modo como atuam na construção da referência. Na seção seguinte, estudaremos as classes de palavras abertas e retomaremos alguns desses fatores.

Sem medo de errar

Confira, a seguir, uma possível solução para a situação-problema:

O slogan encomendado pelo dono do restaurante pode ser:
Nossa horta, sua salada! = ^{SN}[*Nossa* horta]^{SN}, ^{SN}[*sua* salada]^{SN}

Trata-se de um enunciado constituído apenas por dois sintagmas nominais. Como não há verbos, não há sentença, uma das exigências do cliente. A outra exigência era a de que ficasse claro que a salada vinha de uma horta do próprio restaurante. Nesse caso, somente um especificador do tipo possessivo (como *nossa*) poderia funcionar como margem esquerda do sintagma para fazer referência à 1ª pessoa, identificada por exófora na situação discursiva em que será veiculada a propaganda, como as pessoas vinculadas ao restaurante (donos, funcionários etc.) ou, metonimicamente, o próprio restaurante – pelas coordenadas espaciais e temporais (nome do restaurante, endereço, o próprio estabelecimento onde a propaganda pode estar afixada), e será possível identificar que nossa horta se refere a uma horta do próprio restaurante.

A terceira exigência do cliente era a de que o slogan fizesse referência à comida servida no estabelecimento. O SN *sua salada*, fora de contexto, não tem qualquer relação com a comida servida por um restaurante, mas, no contexto discursivo, o paralelismo e a relação consecutiva entre *nossa horta* (que é a horta *do restaurante*) e *sua salada* (a salada *do cliente*) criam uma relação de correspondência entre essas coisas. O fato de *sua salada* significar a *salada do cliente* (e não qualquer salada em qualquer prato e em qualquer lugar) decorre da cena discursiva que a própria propaganda cria, na qual há um restaurante, alguém que serve e o cliente. Qualquer pessoa que leia ou escute o enunciado se configurará, nessa cena discursiva , como um cliente do restaurante (para fins interpretativos), ainda que não queira tornar-se um na realidade.

Faça valer a pena

1. Um dos princípios que regem a constituição dos sintagmas é o de *dependência*. Segundo esse princípio, algumas palavras dependem gramaticalmente de outra para formar uma unidade gramatical completa, que, por sua vez, assumirá uma função dentro da sentença.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que indica os elementos dependentes de um sintagma.

a) Elementos da margem esquerda e da margem direita.

b) O núcleo sintagmático e a margem esquerda.

c) O núcleo sintagmático e a margem direita.

d) Elementos das margens direita e esquerda e o núcleo.

e) Os especificadores e o núcleo.

2. A categorização das palavras da língua em classes pode tomar como critério os papéis que as palavras assumem nos sintagmas ou em relação aos sintagmas. Palavras de algumas classes ocupam, de modo típico, certas posições dentro desse tipo de unidade sintática.

Com base nessa informação e nos seus conhecimentos sobre o assunto, avalie as afirmações a seguir:

I. Os pronomes pessoais e os quantificadores indefinidos neutros costumam preencher o núcleo de sintagmas nominais.

II. Quantificadores indefinidos não neutros e demonstrativos neutros costumam ocupar a posição de especificador.

III. As preposições funcionam como núcleo de sintagmas preposicionais.

IV. As conjunções são capazes de relacionar sintagmas nominais que não têm dependência sintática entre si.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

e) III e IV.

3. Algumas classes de palavras contêm representantes que se comportam de modos distintos quando atuam na construção da referência, isto é, ao se referir a entidades (coisas, pessoas, assuntos etc.) relevantes para o discurso no momento em que são enunciados.

Com base nessas informações, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

( ) Os pronomes pessoais e os possessivos de 1ª, 2ª e 3ª pessoa são elementos necessariamente exofóricos.

( ) Uma palavra como *aquilo* sempre envolve exófora nos enunciados que constitui.

( ) Demonstrativos especificadores e demonstrativos neutros são, necessariamente, elementos fóricos.

( ) O especificador *vários*, como único especificador de um sintagma nominal (*várias pessoas*), em geral, se comporta como um elemento não fórico.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V; V; V; V.

b) V; F; V; V.

c) F; F; V; V.

d) F; F; F; V.

e) F; F; F; F.

Seção 2.2

Palavras de classe aberta

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Você deve se lembrar de que existem certos processos linguísticos que dão origem a novas palavras, fazendo-as se converter em outras. Pois bem, nesta seção, esses processos serão muito relevantes para a compreensão do que são palavras de *classe aberta*.

As palavras de classe aberta são os substantivos, os adjetivos, os advérbios e os verbos. Nesta seção, você aprenderá a identificá-las e também refletirá sobre as interjeições, que, apesar de não serem aqui consideradas como uma classe separada, figuram, há muito tempo, nas gramáticas tradicionais.

Como deve se lembrar, você está trabalhando para uma agência de publicidade como consultor, auxiliando os funcionários da empresa nas escolhas linguísticas que darão origem a diferentes produtos publicitários. Um cliente da agência encomendou uma propaganda para sua linha de ferramentas, que se chama Precisão. A propaganda em vídeo, criada pelos publicitários, mostra três cenas em que são usadas três ferramentas diferentes (um martelo, uma chave de fenda e um alicate) que não pertencem à linha Precisão. Na primeira cena, uma pessoa tenta martelar um prego com toda a atenção e cuidado, mas o martelo nunca o acerta; na segunda, uma pessoa tenta remover um parafuso, mas a chave de fenda nunca se encaixa na ranhura; na terceira, uma pessoa tenta cortar um fio com um alicate, mas fica torcendo e retorcendo o fio sem sucesso.

Depois dessas cenas, é esperado um enunciado oral que afirme que as coisas não dão certo sem que haja precisão ou que só dão certo com precisão. Um dos publicitários tem dúvidas sobre a palavra *precisão* ser empregada com letra maiúscula ou minúscula e pediu sua ajuda para resolver a questão. Além disso, ele disse que o cliente

quer que o enunciado que aparece depois das cenas descritas tenha, em sua afirmação, um elemento linguístico que reforce que essa afirmação é verdadeira.

Sua tarefa é propor um enunciado para ser usado na propaganda logo depois das três cenas, além de explicar ao funcionário se e por que a palavra *precisão* deve ser empregada com letra maiúscula ou minúscula. Você deverá escolher uma palavra que reforce no enunciado a afirmação mencionada, explicando como essa palavra faz isso.

Para realizar essa tarefa, será necessário mobilizar o conceito de substantivo e sua função de nomeação, a distinção entre substantivo próprio e substantivo comum e o conceito de advérbio modalizador. Bom trabalho!

Não pode faltar

Nesta seção, vamos nos dedicar ao estudo das classes abertas, que são classes de palavras às quais continuamente se incorporam novos membros. Trata-se dos substantivos, dos adjetivos, dos advérbios e dos verbos.

Para entender como se dá essa incorporação de novos membros, vamos relembrar alguns processos morfológicos. Você se lembra de que a derivação, diferentemente da flexão, é um processo de construção de palavras capaz de alterar o significado lexical de uma palavra primitiva? Veja: se acrescentarmos à palavra *jornal* o sufixo *-eiro*, obteremos a palavra *jornaleiro*; se acrescentarmos à palavra *chato* o sufixo *-ice*, obteremos a palavra *chatice*; se acrescentarmos à palavra *creme* o sufixo *-oso*, obteremos a palavra *cremoso*; se acrescentarmos à palavra *feliz* o sufixo *-mente*, obteremos a palavra *felizmente*.

Perceba que, em todos esses casos, a adição do sufixo derivacional produziu uma palavra nova, ou seja, criou um novo significado lexical: *jornal*, por exemplo, não significa o mesmo que *jornaleiro* (aquele que vende jornal), e *creme* não significa o mesmo que *cremoso* (que é algo que tem a consistência de creme).

Tente agora usar algum sufixo ou prefixo derivacional em uma palavra de classe fechada (pode ser um demonstrativo ou um possessivo, por exemplo) e veja se você consegue criar uma palavra nova. Parece difícil, não é?

Essa é uma diferença que separa as palavras de classe aberta (*jornal, jornaleiro, chato, chatice, creme, cremoso, feliz, felizmente*) das palavras de classe fechada (*esse, aquela, meu, seu* etc.): as palavras de classe aberta são extremamente suscetíveis de derivação, enquanto palavras de classe fechada não são propensas a sofrer esse tipo de transformação morfológica. É por isso que as classes abertas recebem novos itens a todo momento, e as classes fechadas, muito lentamente.

Retomemos nossos exemplos de palavras de classe aberta: *jornal, jornaleiro, chato, chatice, creme, cremoso, feliz, felizmente*. Você sabe dizer a que classes elas pertencem?

No primeiro par de palavras, temos um substantivo que deu origem a outro substantivo; no segundo, um adjetivo que deu origem a um substantivo; no terceiro, um substantivo que deu origem a um adjetivo; no quarto, um adjetivo que deu origem a um advérbio. Mas como sabemos disso? Como sabemos que um substantivo é um substantivo, um adjetivo é um adjetivo e um advérbio é um advérbio?

A morfologia da palavra pode nos ajudar nessa identificação em alguns casos; por exemplo: o sufixo *-mente* forma tipicamente advérbios, então é natural que apostemos que *felizmente* seja um advérbio. Mas o que dizer do sufixo -*eiro* em palavras como *jornaleiro* e *aventureiro*, quando se tem um substantivo e, possivelmente, um adjetivo? A verdade é que simplesmente não há como considerar, em alguns casos, o uso do sufixo como critério para determinar a classe à qual uma palavra pertence.

É por isso que, para identificarmos as classes de palavras, nesta seção, levaremos em conta outros aspectos. Partindo de observações morfossintáticas, sobretudo aquelas que consideram o modo como essas palavras atuam dentro dos sintagmas e das sentenças, descreveremos as características de cada classe de palavra, começando pelo substantivo.

O substantivo é uma das palavras que ocupam o núcleo de sintagmas, nesse caso, os sintagmas nominais. As principais funções do substantivo são nomear entidades e fazer referência a elas, e essas

funções são ativadas pelo núcleo nominal, o que envole, portanto, a constituição dos sintagmas (CAMACHO; DALL'AGLIO-HATTNHER; GONÇALVES, 2014). Veja os exemplos a seguir, em que N indica o núcleo do sintagma:

(1) ^{SN}[^{N}Maria^{N}]^{SN} esteve aqui hoje.

(2) ^{SN}[As ^{N}roupas^{N} muito velhas]^{SN} não serão doadas.

Em (1), o substantivo próprio *Maria*, núcleo do SN, nomeia e faz referência a um indivíduo específico. Em (2), o substantivo *roupas* nomeia um tipo de objeto e é o elemento básico com o qual o falante consegue mostrar ao seu interlocutor a que objetos ele está fazendo referência. Veja que essa referência, no entanto, não depende apenas do substantivo; o artigo *as* e a expressão *muito velhas* ajudam a construí-la – não se trata de quaisquer roupas, mas daquelas que estiverem muito velhas. É preciso que você se lembre, então, de que o substantivo é a principal palavra usada no ato de fazer referência às coisas, mas que não é a única.

Todos os elementos que constituem um mesmo SN contribuem para a construção da referência, sendo o substantivo aquele que dá às entidades um *nome próprio* (no caso de entidades específicas, como *Maria* e *Brasil*) ou um *nome comum* (no caso de entidades genéricas, como *casa, panela* e *televisão*). Essa distinção permite separar os substantivos próprios dos substantivos comuns.

Na prática, qualquer palavra, de qualquer classe, pode atuar num enunciado como substantivo; basta que ela ocupe o núcleo de um sintagma. Por exemplo: em *o voar dos pássaros / há um porém / Os normais* (série de TV), as palavras *voa*r (originalmente um verbo), *porém* (originalmente uma conjunção) e *normais* (originalmente um adjetivo) estão *substantivadas*. Em alguns dicionários, a segunda já é, inclusive, listada como substantivo.

Esse fenômeno pelo qual uma palavra muda de classe sem alteração de sua estrutura morfológica é chamado de *conversão*, ou, nas gramáticas tradicionais, *derivação imprópria*, em que o termo *imprópria* se refere

ao fato de não se tratar de uma derivação como as outras, nas quais há alteração na forma da palavra, geralmente pelo acréscimo de elementos.

Volte agora ao exemplo (2) e localize, dentro do SN destacado, outra palavra de classe aberta. Você deve ter identificado a palavra *velhas*, pois é a única outra facilmente submetida a um processo de derivação (*velhice, velharia* etc.). As palavras as e *muito* são palavras de classe fechada.

A palavra *velhas* é um adjetivo, que é uma palavra de classe aberta que constitui um sintagma próprio, chamado de sintagma adjetival (SA). Adjetivos constituem um sintagma próprio porque são elementos capazes de subordinar outros, relacionando-se com elementos que dependem dele e com os quais estabelece uma forte coesão. Você pode compreender isso melhor pelo seguinte exercício: no sintagma [*As roupas muito velhas*], observe a palavra *muito*. Você acha que ela depende de algum dos outros elementos do sintagma? Provavelmente sim, pois sozinha essa palavra não diz muita coisa. Agora, considerando que os constituintes do sintagma formam com os outros um bloco, qual bloco linguístico faz mais sentido para você: *roupas muito ou muito velhas*? *Muito velhas*, certo? Isso se deve ao fato de a palavra *muito* depender do adjetivo *velhas*, subordinando-se a este e formando com ele um sintagma adjetival, representado no exemplo (3), em que, no interior do sintagma, está destacado o núcleo (N).

(3) ^{SN}[As ^{N}roupas^{N} ^{SA}*[muito* ^{N}*velhas*^{N}*]* ^{SA}]^{SN}

Agora, Observe o SA [*muito velhas*]. Ele depende de algum outro elemento? De fato, é elemento dependente de *roupas*, núcleo do SN, ao qual se subordina, formando com ele um mesmo SN. Com essas observações, podemos concluir que os adjetivos são palavras que, como núcleo do SA, podem juntar-se a um nome para constituir com este um SN. Nessas construções, os adjetivos atuam sobre o nome, acrescentando alguma informação semântica.

Você deve ter notado que o SA [*muito velhas*] é um sintagma de duas posições preenchidas, o núcleo (*velhas*) e a margem esquerda

(*muito*). E quanto à margem direita? Sintagmas adjetivais podem ter essa margem preenchida? Podem, sim. E costuma ser preenchida por sintagmas preposicionais, sobretudo quando o adjetivo que constitui o sintagma é um adjetivo que requer outros elementos para completar o enunciado. Veja o exemplo a seguir, em que, no interior do sintagma, são destacados o núcleo (N), a margem esquerda (ou posição de especificador – Esp) e a margem direita (ou posição de complementador – Comp), notação a ser usada nos demais exemplos:

(4) Os alunos estavam $^{\text{SA}}$[$^{\text{Esp}}$muito$^{\text{Esp}}$ $^{\text{N}}$avessos$^{\text{N}}$ $^{\text{Comp}}$ao novo cronograma$^{\text{Comp}}$]$^{\text{SA}}$.

Em (4), [*muito avessos ao novo cronograma*] é um SA que tem todas as suas posições preenchidas. O núcleo *avesso*s é um adjetivo que projeta outro sintagma para se associar a este, pois quem é avesso é avesso a alguma coisa. No exemplo, trata-se do SP [*ao novo cronograma*], que ocupa a margem direita do sintagma. A margem esquerda, como no exemplo (3), é preenchida pela palavra *muito*. O SP [*ao novo cronograma*] e a palavra *muito* são termos dependentes do núcleo *avessos*.

Um sintagma adjetival pode ter como núcleo uma palavra que atua na língua apenas como adjetivo ou uma palavra que, em diferentes momentos, representa diferentes classes, semelhantemente ao que ocorre com os substantivos.

Exemplificando

O particípio é uma forma do verbo que pode, muitas vezes, atuar como núcleo de um sintagma adjetival.

Ex.: Os livros *usados* estão sendo *vendidos* pelo preço de novos.

O primeiro particípio (*usados*) atua como um adjetivo, constituindo o núcleo de um sintagma adjetival e modificando *livros* no SN [*Os livros* [*usados*]], enquanto o segundo particípio (*vendidos*) atua efetivamente como um verbo.

Analisando os sintagmas [*muito velhas*] e [*muito avessos ao novo cronograma*], provavelmente você tenha se perguntado a que classe a

palavra *muito* pertence e talvez tenha se lembrado de que essa palavra é geralmente classificada como *advérbio*. Pois bem, começaremos a tratar dessa classe de palavras agora.

Os advérbios são palavras que tendem a ser morfologicamente invariáveis e que tomam como escopo diferentes elementos da sentença, como adjetivos, verbos, outros advérbios, sintagmas preposicionais e até uma sentença, atuando semanticamente sobre eles. À semelhança dos adjetivos, advérbios são, em geral, elementos dependentes de outro elemento, seu escopo. Nos exemplos (3) e (4), vimos que o advérbio *muito* é dependente do núcleo adjetival, atuando como sua margem esquerda.

Há casos, no entanto, em que o advérbio constitui seu próprio sintagma, atuando como núcleo, e, nesses casos, está prevista na estrutura sintagmática a possibilidade de haver elementos que dependam dele. Observe o exemplo a seguir, que analisa parte da estrutura sintagmática de *Muito provavelmente ele virá*:

(5) ^{SAdv}[^{Esp}Muito^{Esp} ^{N}provavelmente^{N}]^{SAdv}, ele virá.

Você deve ter observado que em (5) há dois advérbios. Um deles, *provavelmente*, é o núcleo, e o outro, *muito*, à margem esquerda do sintagma adverbial (SAdv). O advérbio *muito* depende de se subordinar ao advérbio *provavelmente*, modificando-o. Por outro lado, veja que o SAdv [*muito provavelmente*] modifica a sentença *ele virá* e é dela um termo dependente.

A classe dos advérbios é uma classe extremamente heterogênea, pois se constitui de elementos muito variados quanto à sua morfologia e às operações semânticas que realizam sobre seu escopo. É preciso destacar, no entanto, que grande parte dos advérbios se constitui do sufixo -*mente* (*felizmente, diferentemente, extremamente etc.*), sendo esses os advérbios prototípicos.

Como ocorre com os demais tipos de sintagma, o SAdv pode ter suas três posições preenchidas.

(6) ^{SAdv}[^{Esp}Muito^{Esp} ^{N}contrariamente^{N} ^{Comp}ao que a maioria pensava^{Comp}]^{SAdv}, o projeto deu certo.

Veja que, em (6), a margem esquerda do SAdv é preenchida por um SP – [*ao que a maioria pensava*]. Semelhantemente ao que ocorreu

no exemplo (4) com o adjetivo *avessos*, o advérbio *contrariamente* projetou esse SP como margem direita.

É preciso notar que, às vezes, sintagmas não adverbiais funcionam como elementos adverbiais; é o caso de alguns sintagmas preposicionais (como *de fato, de/em verdade, de súbito* etc.). Algumas palavras que são morfologicamente equivalentes a adjetivos atuam também como advérbios – por exemplo: Ele chegou *rápido* (= rapidamente).

Os sintagmas adverbiais (e os sintagmas de outros tipos com função adverbial) são um tipo de elemento linguístico que, dependente de outros elementos da sentença ou da sentença como um todo, tem uma colocação muito variável no português. Observe os exemplos a seguir:

(7) *Hoje, a aula acabará ao meio-dia.*

(8) A aula, *hoje*, acabará ao meio-dia.

(9) A aula acabará ao meio-dia *hoje*.

Em (7), o SAdv [*hoje*] aparece antes da sentença; em (8), entre o sujeito e o verbo; e em (9), depois da sentença. Essa constatação se refere às possibilidades sintáticas de colocação desses elementos. Ocorre que a alteração da colocação dos sintagmas adverbiais muitas vezes leva a diferenças em relação ao realce que se dá a uma ou outra informação transmitida pela sentença (*a aula, a aula acabará* ou *hoje*). Além da colocação, esse realce pode estar associado, em enunciados orais, à entonação empregada pelo falante.

O advérbio *hoje* indica as circunstâncias em que dado evento ocorre, por isso, pertence à classe dos *advérbios circunstanciais*, entre os quais estão também estes advérbios, que fazem o mesmo: *aqui, antes, depois, atrás, recentemente, amanhã, antigamente* etc. Veja que, nos exemplos, o sintagma preposicional *ao meio-dia*, apesar de não ser um advérbio, e sim um elemento adverbial, também é um circunstancial. Como elemento adverbial, esse SP também pode ser colocado em diversas posições na sentença.

A colocação também pode interferir no sentido por fazer com que o advérbio tome como escopo dado elemento, e não outro. Veja outros exemplos:

(10) Logicamente, os resultados da pesquisa são revisados antes

da publicação.

(11) Os resultados da pesquisa são revisados logicamente antes da publicação.

Veja que, em (10), a colocação do SAdv *logicamente* tende a *expressar uma certeza* sobre aquilo que é dito na sentença (tomada como escopo), enquanto em (11), a colocação do mesmo SAdv tende a *qualificar* um elemento que ele toma como escopo (nesse caso, *revisados*). Advérbios do primeiro tipo são chamados de *advérbios modalizadores*, que são aqueles com que o falante faz uma avaliação sobre o que é dito – em (10), o falante reforça que é verdadeiro o que se enuncia. Advérbios do segundo tipo são chamados de *qualificadores*, pois modificam/qualificam a ação designada pelo predicado – (os resultados da pesquisa) são *revisados* [*logicamente*] (de maneira lógica, por meio da lógica, com o uso da lógica).

Pesquise mais

Os advérbios do português são uma classe de palavras extremamente heterogênea, tanto do ponto de vista morfossintático quanto do ponto de vista semântico. Eles podem ser subclassificados em várias outras categorias. No texto indicado a seguir, você tem acesso a essa classificação.

CASTILHO, Ataliba T. de et al. O advérbio. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. p. 267-344.

Outro tipo de palavra de classe aberta é o *verbo*. O verbo é a palavra que organiza a sentença e que constitui sintagmas com a seguinte estrutura: [*verbo auxiliar* + *verbo principal* (núcleo) + *complementos verbais*]. O primeiro e o terceiro elementos (a margem esquerda e a direita), nem sempre estão presentes no sintagma. Veja estes exemplos:

(12) A banda ^{SV}[^{N}passou^{N}]^{SV}.

(13) A banda ^{SV}[^{Esp}vai^{Esp} ^{N}passar^{N}]^{SV}.

(14) A banda ^{SV}[^{N}tocou$^{N\ Comp}$duas músicas^{Comp}]^{SV}.

(15) A banda ^{SV}[^{Esp}vai$^{Esp\ N}$tocar$^{N\ Comp}$duas músicas^{Comp}]^{SV}.

São considerados como pertencentes a uma classe aberta os verbos que nucleiam os sintagmas verbais, enquanto verbos plenos.

Agora que já vimos, em algumas sentenças avulsas, como as palavras de classe aberta constituem os sintagmas, vamos revisar essas classes analisando em um enunciado os diferentes tipos de sintagma. Veja o exemplo a seguir e observe o trecho destacado, no qual são separados por colchetes apenas os sintagmas nucleados por palavras de classe aberta, estando estas assinaladas em itálico:

> [Teófilo] Calou-se. Depois de longa pausa, ergueu-se e foi ao gabinete de trabalho, que ficava ao pé do quarto; a mulher acompanhou-o. [...] Era ali que trabalhava de manhã e de noite, somando, calculando, recolhendo os elementos dos seus discursos e pareceres, **porque era ^{SN}[*membro* de ^{SN}[três *comissões* ^{SA}[*parlamentares*]^{SA}]^{SN}]^{SN}, e ^{SV}[*trabalhava*]^{SV} ^{Sadv}[*geralmente*]^{Sadv} por si e pel^{SN}[os seis *colegas*]^{SN}: estes ^{SV}[*ouviam*]^{SV} e ^{SV}[*assinavam*]^{SV}**.
>
> (ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 312-313. Adaptado.)

Nesse trecho:

- O **substantivo** nucleia sintagmas nominais, que participam da construção da referência e dão um nome àquilo a que se refere. Por exemplo: *membro*, *comissões* e *colegas*.
- O **adjetivo** nucleia sintagmas adjetivais, modifica um substantivo e costuma se encaixar em sintagmas nominais. Por exemplo: o adjetivo *parlamentares* constitui um sintagma adjetival que se encaixa em *comissões*.
- O **advérbio** nucleia sintagmas adverbiais e toma por escopo diferentes elementos da sentença. Por exemplo: o advérbio *geralmente*, no excerto, toma como escopo *por si* e *pelos seis colegas*.
- O **verbo** nucleia sintagmas verbais, que organizam sentenças. No exemplo em questão, há diversas sentenças coordenadas

pela conjunção *e*, formadas pelos verbos *trabalhava*, *ouviam* e *assinavam*.

Talez você tenha sentido falta das chamadas *interjeições* nesta descrição das palavras de classe aberta. Essa classe, que foi introduzida na gramática tradicional por gramáticos latinos, não tem sido considerada como uma classe de palavras à parte nas descrições linguísticas atuais.

As interjeições são, na verdade, enunciados que comunicam emoções e sensações como espanto, alegria, satisfação, susto etc. e que, em geral, dependem de marcas de entonação ou de pontuação (no caso da escrita) para serem compreendidas como tais.

Como se trata de enunciados, as interjeições podem assumir basicamente qualquer forma e equivaler não só a qualquer classe de palavras como também a qualquer unidade linguística, como uma palavra (*Maldição!*), um sintagma (*Meu Deus!*) e uma sentença (*Deus me livre!*). Essa característica torna pouco sustentável a afirmação de que as interjeições sejam uma classe de palavras separada, especialmente se comparadas às palavras das verdadeiras classes, que têm significativas propriedades morfossintáticas e semânticas que as tornam, em grande medida, independentes da entonação para a identificação de seu significado.

Algumas interjeições não derivam de outras palavras (como *ui!, ai!, ah!, oba!*), sendo basicamente usadas com função interjetiva, mas, ainda assim, não são comparáveis mofossintática e semanticamente às palavras das outras classes, que apresentam maior grau de relação entre si e papéis mais bem definidos nas sentenças, assim como nos sintagmas.

Interjeições têm um funcionamento semelhante ao dos *marcadores discursivos*, que são expressões que também costumam derivar de diferentes classes de palavras. Elas desempenham funções textuais, atuando na organização da informação do texto, e interacionais, marcando algum tipo de relação entre os interlocutores (PENHAVEL, 2005). Veja alguns exemplos:

(16) Ela disse que vem... *agora*, se vai cumprir a promessa, isso eu não sei.

(17) Já descobriram todo o esquema, *quer dizer*: os envolvidos estão fritos.

(18) Estou meio triste, *sabe*?

(19) *Olha*, eu acho que não vou, não.

Todas as expressões destacadas nos enunciados (16-19) derivam de outras classes de palavras: *agora*, de um advérbio de tempo; *quer dizer, sabe e olha,* de verbos. Em (16) e (17), os marcadores desempenham uma função textual: o item *agora* introduz uma relação de oposição/dúvida associada à afirmação anterior (*ela disse que vem*), e o item *quer dizer* introduz uma conclusão a partir do que foi dito antes *(já descobriram todo o esquema*). Em (18) e (19), as expressões marcam relações interpessoais (são marcadores de função interacional), pois chamam a atenção do interlocutor para o discurso.

Reflita

Tendo em vista sua experiência escolar, você acha que, no ensino básico, os alunos compreendem que boa parte das interjeições decorrem de usos entonacionais específicos de palavras que já pertencem a alguma classe? Para você, a distinção da classe das interjeições é uma distinção válida? Você acha que elas devem ser tratadas como uma classe de palavras separada, no sentido de ter uma gramática própria e funções sintático-semânticas na sentença?

Nesta seção, você estudou quatro tipos de palavra de classe aberta, os substantivos, os adjetivos, os advérbios e os verbos, além de ter refletido sobre as interjeições, que são uma classe de palavras descrita nas gramáticas tradicionais, mas que não tem sido tratada como uma classe semelhante às outras nos estudos linguísticos atuais.

Sem medo de errar

No início da seção, você ficou encarregado de criar um enunciado para a propaganda de uma linha de ferramentas chamada Precisão, e de apresentar algumas justificativas e explicações para sua escolha.

Confira, a seguir, uma possível solução para essa tarefa:

Proposta de enunciado: *Realmente, sem Precisão não dá*.

O enunciado proposto apresenta a palavra Precisão com letra maiúscula para destacar a marca do produto. Como se trata de um enunciado que será produzido oralmente por um locutor, haverá uma ambiguidade entre *Precisão* (como substantivo próprio que denomina a linha de produtos) e *precisão* (como substantivo comum que denomina uma característica na execução de uma tarefa), o que criará um jogo de sentidos na propaganda em favor da marca e levará à seguinte conclusão: diferentemente das ferramentas de outras marcas, as ferramentas *Precisão* são precisas na execução de uma tarefa que as exige.

Associado à afirmação *sem Precisão não dá*, aparece o advérbio *realmente*. Ele é usado para assinalar uma constatação do locutor, que, tendo observado as tentativas fracassadas de uso de ferramentas de outras marcas, chegou à conclusão de que as ferramentas Precisão devem ser usadas quando se quer obter sucesso em atividades que requerem esses tipos de ferramenta. Na posição em que foi colocado, o advérbio tende a reforçar a verdade do que é afirmado na sentença, que explicita essa constatação. Trata-se de um advérbio modalizador por meio do qual o locutor se compromete com a verdade do que é enunciado.

Com o uso desse advérbio, a exigência do cliente de reforçar a ideia da afirmação é atendida.

Faça valer a pena

1. Os processos morfológicos de derivação e flexão ocorrem de modos distintos entre as diferentes classes de palavras. Palavras de classe fechada, em geral, não sofrem derivação, mas muitas sofrem flexão, enquanto boa parte das palavras de classe aberta, mas não todas, sofrem os dois tipos de processo.

Assinale a alternativa que indica um tipo de palavra de classe aberta geralmente resistente à flexão

a) Adjetivo.

b) Substantivo.

c) Pronome.

d) Verbo.

e) Advérbio.

2. A análise sintagmática consiste em delimitar os blocos gramaticais que assumem na sentença algumas funções sintáticas. Esses blocos, os sintagmas, são formados por elementos que se unem a uma palavra-núcleo por serem dela dependentes. Elementos dependentes podem ser palavras, sintagmas e até sentenças.

Assinale a alternativa que, de modo adequado, analisa sintagmaticamente a sentença, delimitando, inclusive, sintagmas contidos em outros:

a) ^{Sadv}[Repentinamente]^{Sadv}, ^{SN}[o dono da festa]^{SN} ^{SV}[desligou o som]^{SV}.

b) ^{Sadv}[Repentinamente]^{Sadv}, ^{SN}[o dono]^{SN} ^{SP}[da festa]^{SP} ^{SV}[desligou ^{SN}[o som]^{SN}]^{SV}.

c) ^{Sadv}[Repentinamente]^{Sadv}, ^{SN}[o dono ^{SP}[d^{SN}[a festa]^{SN}]^{SP}]^{SN} ^{SV}[desligou]^{SV} ^{SN}[o som]^{SN}.

d) ^{Sadv}[Repentinamente]^{Sadv}, ^{SN}[o dono ^{SP}[da festa]^{SP}]^{SN} ^{SV}[desligou]^{SV} ^{SN}[o som]^{SN}.

e) ^{Sadv}[Repentinamente]^{Sadv}, ^{SN}[o dono ^{SP}[d^{SN}[a festa]^{SN}]^{SP}]^{SN} ^{SV}[desligou ^{SN}[o som]^{SN}]^{SV}.

3. A maioria das palavras de classe aberta compartilham entre si elementos que, no uso efetivo da língua, atuam ora como itens de uma classe, ora de outra. Um dos modos de verificar que classe a palavra está representando é atentar para sua atuação no sintagma e na sentença.

Com base nessa informação, julgue as afirmações a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

( ) A palavra *rápido* pode atuar tanto como adjetivo quanto como advérbio.

( ) Na sentença *A sopa estava muito fria*, a palavra *muito* atua como adjetivo, pois integra um sintagma adjetival.

( ) Na sentença *Os humilhados serão exaltados*, a palavra *humilhados* representa a substantivação de um particípio.

( ) Na sentença *Muito dificilmente sairei de casa hoje*, *muito* e *dificilmente* são advérbios constituídos por um processo de conversão.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V; F; V; F.

b) V; F; F; F.

c) V; F; F; V.

d) F; F; V; F.

e) F; F; F; V.

Seção 2.3

Combinando palavras: a construção do sintagma

Diálogo aberto

Caro aluno,

A construção das sentenças, que usamos para expressar diferentes mensagens e que contém pelo menos um verbo, depende, em um nível básico, da construção dos sintagmas. Por esse motivo, conhecer como os sintagmas se constroem e, principalmente, como o sintagma verbal atua na sentença é essencial para que você domine a análise dessa unidade gramatical. Nesta seção, então, vamos tratar dos princípios básicos de construção do sintagma e aprofundar o estudo do verbo e do sintagma que ele constitui, que é a base de qualquer sentença.

Lembre-se de que, ao longo desta unidade, você está auxiliando os profissionais de uma agência de publicidade em questões linguísticas que surgem enquanto desenvolvem seus produtos publicitários. Dessa vez, a questão que lhe trouxeram foi a seguinte: um dos clientes é uma agência de viagens que está fazendo uma promoção para as férias de verão. Segundo essa promoção, as pessoas cujas férias começarão dias antes do verão receberão hospedagem gratuita em seu destino de viagem, por até quatro dias, desde que adquiram um pacote de viagem que inclua, pelo menos, sete dias do verão.

O publicitário em questão criou um anúncio para a promoção que, ao lado da imagem de uma pessoa na praia, exibe o enunciado *Quando o verão chegar, já vou estar curtindo minhas férias*. Um representante da agência de viagens reprovou o enunciado, dizendo que *vou estar curtindo é um caso de gerundismo*, uso linguístico criticado por muitas pessoas. Não concordando com esse representante, o publicitário procurou sua ajuda.

Não pode faltar

A construção do sintagma ocorre pela combinação de palavras de diferentes classes, fechadas e abertas. Essa combinação segue uma organização básica, por meio da qual um núcleo pode se associar a elementos que ocupam a margem esquerda e/ou direita do sintagma.

Embora a conceituação da estrutura sintagmática descreva as posições típicas que as palavras de algumas classes ocupam dentro dos sintagmas (por exemplo: um adjetivo ocupar, como sintagma adjetival, a margem direita de um sintagma nominal – ^{SN}[uma roupa ^{SA}[estranha]^{SA}]^{SN}), na análise sintagmática de diversos enunciados, essas posições podem se alterar. Além disso, uma mesma posição pode ser ocupada por elementos que pertencem a mais de uma classe. Veja este exemplo:

> Fiquei apaixonado pelo mar e pela caça submarina, tornando-me um terrível predador, querendo caçar todos os grandes peixes que via (MENESCAL, 2013).

Vamos analisar nesse enunciado os sintagmas [*a caça submarina*], [*um terrível predador*] e [*todos os grandes peixes que via*]. Os três são sintagmas que têm adjetivos (*submarina, terrível, grandes*) e especificadores de sintagma nominal (*a, um, todos, os*) em sua constituição. Note, no entanto, que diferentemente do que ocorre em [*a caça submarina*], os adjetivos *terrível* e *grandes* ocorrem na margem esquerda do sintagma nominal, e não na direita, posição típica dos adjetivos em português. Observe também que o SN [*todos os grandes peixes que via*] tem em sua margem esquerda, além do adjetivo, dois especificadores de sintagma nominal diferentes (o quantificador indefinido *todos* e o artigo *os*). Isso mostra que, no uso efetivo da língua, a construção do sintagma é um fenômeno bastante complexo.

O que importa entender é que a delimitação de qualquer sintagma segue sempre o princípio das relações de dependência entre os elementos e do grau de coesão que há entre eles: em [*todos os grandes peixes que via*], *todos, os* e *grandes* são elementos dependentes do núcleo nominal *peixes*, que formam com ele (e com

a sentença adjetiva *que via*, a margem direita do SN), um mesmo sintagma, assim como ocorre com o sintagma [*a caça submarina*], em que *submarina*, na posição adjetival típica, se combina com a *caça* para formar um mesmo sintagma.

Dominando esse princípio de delimitação e análise de sintagmas, você estará preparado para analisar a sentença, que é a estrutura organizada por ao menos um verbo. Esse fato torna necessário aprofundar o conhecimento da classe dos verbos e do sintagma verbal, o que será feito ao longo desta seção.

Existem diferentes formas de definir o verbo, e, em geral, as mais lembradas são aquelas que levam em conta as características semânticas da palavra. Você já deve ter ouvido definições do tipo: *"O verbo é a palavra que indica uma ação, um estado ou um fenômeno da natureza"*. Essa definição é muito comum e uma das primeiras a serem lembradas quando se pede para definir *verbo*.

Embora uma definição como essa capte, de fato, algumas propriedades dessa classe, ela não é suficiente para distinguir o verbo de outras classes. Por exemplo: pense no verbo *ventar* e no substantivo *vento*. É possível dizer que ambas designam um fenômeno da natureza? Sim. Trata-se, inclusive, do mesmo fenômeno. Isso nos mostra que designar um fenômeno da natureza não é uma propriedade particular do verbo.

Para distinguirmos os verbos de outras classes abertas, é importante atentar para algumas propriedades gramaticais que os particularizam. Por isso, mais uma vez, observaremos como as palavras dessa classe se comportam na constituição dos sintagmas. Os sintagmas constituídos pelo verbo (sintagmas verbais – SV) têm uma importância muito grande na formação das sentenças, pois a presença de um verbo é requisito básico para sua existência.

Como fizemos com as outras classes, analisaremos a formação do sintagma verbal a partir da observação das relações estabelecidas entre seus possíveis constituintes. Você deve se lembrar de que todo sintagma precisa ter ao menos um constituinte, que é o núcleo; portanto, um sintagma verbal, para ser caracterizado como tal, precisa se constituir de ao menos um verbo. Veja estes exemplos:

(1) ^{S}[Choveu]^{S} ontem.

(2) ^{S}[Vai chover]^{S} amanhã.

Os dois elementos destacados entre colchetes são sintagmas verbais. Em (1), o sintagma verbal [Choveu] é formado por apenas um item, o verbo *Choveu*, seu núcleo. Diferentemente, em (2), [vai chover] se constitui de dois verbos: o verbo *chover* é núcleo do SV, e o verbo *vai*, a margem esquerda do sintagma. O verbo *vai* é um constituinte não nuclear do sintagma verbal e, como ocorre nos demais tipos de sintagma, esse constituinte é um termo dependente do núcleo e estabelece com este uma forte coesão linguística, que os faz constituir um mesmo sintagma.

Compare agora, morfologicamente, os sintagmas destacados em (1) e em (2) e observe o que se repete e o que não se repete entre eles, atentando para as propriedades flexionais dos verbos. Você deve ter observado que, tanto em (1) quanto em (2), há um verbo flexionado em uma forma verbal finita, isto é, conjugada (*choveu* e *vai*). A diferença é que, em (2), essa flexão está presente em um elemento da margem esquerda do sintagma, enquanto em (1), no núcleo do sintagma. O núcleo do SV de (2), o verbo *chover*, é uma forma verbal infinitiva.

O tipo de estrutura sintagmática destacado em (2) é muito comum e sistematicamente empregado no português. É conhecido como *locução verbal* ou *perífrase verbal* e é formado por um ou mais verbos auxiliares, que ocupam a margem esquerda do S, e um verbo principal, que nucleia o SV. O SV que resulta dessa combinação é chamado de *sintagma verbal composto*, e o SV que tem apenas o verbo principal é chamado de *sintagma verbal simples*.

É necessário destacar que só são, de fato, palavras de classe aberta os verbos que ocupam o núcleo dos sintagmas nominais, pois, enquanto qualquer novo verbo pode, a todo momento, ocupar essa posição, o mesmo não ocorre com a posição dos verbos auxiliares, que pertencem a uma classe fechada de itens flexionáveis que atuam tipicamente como margem esquerda de sintagmas verbais.

O núcleo do SV composto terá sempre a morfologia de uma das formas nominais do verbo, que são o *infinitivo*, formado pelo morfema infinitivo {-r}, o *particípio*, formado pelos morfemas {-ado} e {-ido}, e o *gerúndio*, formado pelo morfema {-ndo}. Os elementos da margem esquerda do SV podem ser verbos em forma finita ou em uma das formas nominais. Quando há mais de um verbo auxiliar, a forma finita (conjugada) corresponde ao primeiro verbo, e o outro corresponde a uma forma nominal, mesmo que o núcleo já apresente também

uma forma nominal. Identifique esses casos nos exemplos a seguir (o verbo em itálico é o verbo principal):

(3) [Vou *jantar*] em casa hoje.

(4) Eu já [tinha *jantado/comido*] quando a pizza chegou.

(5) Eu já [estava *jantando*] quando a pizza chegou.

(6) Eu já [vou ter *jantado*] quando a pizza chegar.

(7) Ela [vai estar *jantando*] quando a pizza chegar.

(8) A pizza chegou, mas eu já [estou *jantando*].

(9) [Vou *jantar*] o que [tiverem *preparado*].

(10) [Vou *jantar*] o que [tiver sido *preparado*].

(11) [Vou *jantar*] o que [for *preparado*].

Você deve ter percebido que, em todos os exemplos apresentados, foi usado o item lexical JANTAR, com distintas realizações gramaticais. Apesar de o significado básico da ação de jantar se manter em todos os casos, analisando cada sintagma verbal é possível perceber algumas diferenças de sentido associadas às propriedades morfológicas dos constituintes sintagmáticos, em sua relação com outros elementos da sentença. Nos parágrafos seguintes, vamos discutir essas diferenças de forma e de sentido.

Tomando como referência o momento em que alguém fala cada uma dessas sentenças, a ação de jantar se dá anterior, simultânea ou posteriormente ao *momento de fala*. Em (3), [vou jantar], o *momento do evento* é posterior ao momento da fala. Em (4), [tinha jantado], o momento do evento é anterior ao momento da fala e, ainda, anterior a um *momento de referência* que não corresponde ao momento da fala (quando a pizza chegou). Em (5), [estava jantando], o momento do evento é anterior ao momento da fala e simultâneo ao momento de referência (quando a pizza chegou). Em (6), [vou ter jantado], o momento do evento é posterior ao momento da fala e anterior ao momento de referência (quando a pizza chegar), enquanto em (7), [vai estar jantando], o momento do evento é posterior ao momento da fala e simultâneo ao momento de referência (quando a pizza chegar). Apenas em (8), [estou jantando], o momento do evento é simultâneo ao momento da fala.

Agora, observe a sentença (12), a seguir, e diga se o momento do evento é simultâneo ou não ao momento de fala:

(12) Pizza eu só [como] no jantar.

Você acha que, nesse enunciado, a ação de comer pizza ocorre no momento em que o locutor o produz? Provavelmente não, pois o modo como foi construído o enunciado leva qualquer um a crer que [como] está conjugado em uma flexão presente do verbo *comer* em português, e, com isso, é possível concluir que as flexões temporais dos verbos em português não correspondem diretamente às noções de anterioridade, simultaneidade e posterioridade a que nos referimos anteriormente.

A palavra *tempo*, em português, apresenta diversos significados, mas, quando estudamos a língua portuguesa, não podemos confundi-los em nossas análises. O tempo, e seu aspecto cronológico, que envolve os acontecimentos no mundo e cria em nós a ideia de passado, presente e futuro não corresponde ao tempo da língua. Na língua, a ideia de tempo está associada a duas categorias distintas, que a maioria das pessoas não costuma separar: uma coisa é o *tempo verbal*, que se refere única e exclusivamente a flexões específicas do verbo (pretérito perfeito, imperfeito, presente do indicatio etc.); outra coisa é a ideia de tempo como *referência temporal*, a partir da qual se identifica em que momento, sempre em relação ao momento de fala, determinado evento designado por verbos com flexões temporais específicas ocorre.

Outra diferença de sentido, que é possível observar nos exemplos de (3) a (11), está associada ao modo como "visualizamos" a ação de jantar em cada caso. Compare, por exemplo, (6), [vou ter jantado], com (7), [vai estar jantando]. Pense na ação de jantar nesses casos e imagine que etapa dessa ação você está destacando em cada um deles. Em (6), a ação de jantar estará acabada, e em (7), estará em processo. Essas diferentes *perspectiva*s na observação do evento são possíveis pelo uso de diferentes estruturas flexionais que envolvem tanto o verbo que nucleia o sintagma quanto o verbo auxiliar e são chamadas de *aspecto*.

Reflita

Na classificação tradicional dos tempos verbais, existe a morfologia do *pretérito perfeito* e do *pretérito imperfeito*. Em termos de referência temporal, ambos localizam os eventos em um momento anterior ao momento da fala, e essa localização temporal pode coincidir em ambos os usos. Você acha que os adjetivos *perfeito* e *imperfeito* se referem, de fato, a uma característica temporal?

Note que, em sintagmas verbais formados por três verbos, como ocorre em (6) e (7), os verbos, com sua configuração flexional, se combinam para determinar simultaneamente as propriedades temporais e o aspecto. Por exemplo: para indicar a *continuidade* de uma ação a partir de uma sentença finita (em que há conjugação verbal), é necessário que o verbo no gerúndio se associe a outro verbo, um verbo em forma finita (conjugada). No entanto, para que se mantenha o sentido original da sentença (7), não se pode dizer *Ela vai jantando*, porque, antes de haver uma associação entre o verbo em forma finita e o gerúndio, aquele se associa a outro verbo, *estar*, para formar uma construção de futuro (v*ai estar*). O gerúndio se associa a esse segundo verbo para constituir o aspecto que indica a continuidade da ação. No português do Brasil, o gerúndio associado ao verbo *estar* é indispensável para a indicação desse tipo de aspecto.

Há ainda uma diferença entre os exemplos em questão que diz respeito à relação que os verbos conjugados nos sintagmas estabelecem com a pessoa (1ª, 2ª ou 3ª) indicada na sentença. Em (6), [v*ou* ter jantado], o verbo finito se associa à 1.ª pessoa, aquele que fala. Em (7), [*vai* estar jantando], o verbo finito se associa à 3ª pessoa. Esse mesmo verbo indica se essa relação envolve um elemento singular ou plural (categoria de *número*).

Agora, observe o exemplo (9), *vou jantar o que [tiverem preparado]*, e o compare com as demais perífrases. O que você acha que ele tem de diferente em relação aos outros – por exemplo, [vou jantar] e [vai ter jantado] – quanto ao modo como o locutor expressa a ação que a perífrase designa? Você deve ter percebido que, em (9), o locutor apresenta o evento de alguém ter preparado a comida como algo possível e desejável, enquanto nos demais casos a ação de jantar

é apresentada como certa, real: [*ou jantar*]. Esse tipo de atitude do locutor em relação ao fato que ele enuncia é chamado de *modo*.

O **modo** é uma categoria linguística, morfologicamente expressa, que indica a atitude do locutor em relação ao fato que enuncia.

Modo indicativo: o locutor apresenta o fato enunciado como real, certo (***Saí*** *mais cedo de casa hoje*).

Modo subjuntivo: o locutor apresenta o fato enunciado como irreal, possível ou desejado (*Espero que eu* ***saia*** *mais cedo hoje*) ou apresenta um fato real produzindo uma avaliação sobre ele (*É uma pena que eu não* ***tenha*** *conseguido sair mais cedo hoje*).

Modo imperativo: o locutor enuncia um fato possível como uma ordem ou pedido (***Saia*** *de casa mais cedo hoje!*).

Há ainda outra diferença a destacar entre esses exemplos. Compare os segundos sintagmas verbais dos exemplos (10) e (11) – [tiver sido preparado] e [for preparado] com os demais exemplos e perceba que, enquanto em (10) e (11) a ação é apresentada destacando-se dela uma relação passiva, nos demais casos, a ação é apresentada em sua versão ativa. Trata-se de uma categoria conhecida como *voz*.

A voz é uma propriedade da língua que nos permite apresentar, de diferentes modos, a participação dos argumentos na ação verbal, destacando, colocando em segundo plano ou, inclusive, omitindo algum deles. Ela envolve as relações gramaticais e semânticas que o sintagma verbal estabelece com seus argumentos (veja a definição de *argumento* mais à frente). A formação da voz passiva se dá pelo uso de particípios. Se dissermos *O rato roeu a roupa* (sentença em voz ativa) e quisermos a versão dessa sentença em voz passiva, usaremos um particípio associado a um verbo auxiliar (*foi roída*) e permutaremos os argumentos do verbo: *A roupa foi roída pelo rato*, podendo omitir o segundo (o rato). Às vezes, a voz passiva será formada por mais de um particípio, sendo um deles um verbo auxiliar, e o outro, o verbo principal – confira os exemplos (10) e (11).

As categorias mencionadas aqui (tempo verbal, referência temporal, aspecto, pessoa, número, modo e voz) são categorias que

se modificam pelas alterações na morfologia do verbo ou dos verbos que constituem o sintagma verbal. Revise esses conceitos a seguir:

- **Tempos verbais**: flexões do verbo que se associam a diferentes referências temporais.
- **Referência temporal**: identificação do momento em que o evento designado pelo verbo flexionado ocorre em relação ao momento da fala e a um momento de referência.
- **Aspecto**: perspectiva a partir da qual se observa um processo verbal (como acabado, em progresso etc.).
- **Pessoa/número**: categorias morfologicamente expressas que se associam às pessoas do discurso e sua quantidade (sei, sabemos, sabe, sabem etc.).
- **Modo**: categoria morfologicamente expressa que indica a atitude do locutor em relação àquilo que enuncia.
- **Voz**: mecanismo sintático que permite apresentar, de diferentes modos, a participação dos argumentos na ação verbal, sendo possível destacá-los, colocá-los em segundo plano ou os omitir.

Até aqui, falamos do núcleo do sintagma verbal e de sua margem esquerda, mas você deve se perguntar se os sintagmas verbais podem ter sua margem direita preenchida. A resposta é *sim*. Diferentes estruturas podem se encaixar no sintagma verbal, incorporando-se a este como margem direita. Veja alguns exemplos:

(13) Acho que eu [comi *uns dez brigadeiros*].

(14) Eu não [gosto *de camarão*].

(15) Eu [vou dizer *que não vou à festa*].

Veja que, em (13), um sintagma nominal (*uns dez brigadeiros*) ocupa a margem direita do sintagma, em (14), um sintagma preposicional (*de camarão*), e em (15), uma sentença introduzida por *que*. Como todos os constituintes não nucleares do sintagma, esses elementos estão em uma relação de dependência com o núcleo sintagmático e estabelecem com este uma coesão muito forte, da qual decorre o encaixamento. No caso dos sintagmas verbais, essa coesão se explica

pelo fato de os elementos da margem direita serem um *argumento* do verbo, um *argumento interno*.

Chamam-se *argumentos verbais* os elementos sintáticos que são selecionados por um verbo para a formação adequada da sentença. Os argumentos têm uma contraparte semântica, que são os elementos sobre os quais o verbo lança seus traços lexicais. Esse processo de seleção de argumentos e atribuição de traços é chamado de *predicação verbal*, e o verbo que participa dele é chamado de *verbo predicador*.

A predicação verbal ocorre quando um verbo predicador seleciona argumentos e atribui a eles alguns traços semântico-lexicais. Pense, por exemplo, no verbo *comer* em uma sentença como *Meu cachorro comeu uma lagartixa*. Nesse caso, o verbo, *comer*, é um verbo *biargumental*, pois seleciona dois argumentos. Semanticamente, um deles corresponde à coisa comida, e o outro, àquele que come essa coisa.

Não há nada no cachorro ou na lagartixa que faça deles, respectivamente, um comedor de lagartixas ou uma comida de cachorro. O verbo, no entanto, lança sobre esses argumentos seus traços lexicais, que estabelecem entre essas entidades a relação descrita.

Os elementos destacados em (13), (14) e (15) são chamados de *argumentos internos* porque são os argumentos que se incorporam ao sintagma que o verbo predicador nucleia. Há também os *argumentos externos*, que são aqueles que, embora selecionados pelo verbo, não fazem parte do sintagma verbal do verbo predicador.

(16) ^{SN1}[O supermercado da esquina]^{SN1} ^{SV}[está vendendo ^{SN2}[vários produtos vencidos]^{SN2}]^{SV}.

Veja que, no exemplo (16), tanto o SN1 quanto o SN2 são argumentos do verbo *vende*, mas apenas o SN2 é argumento interno desse verbo. O SN1-argumento, por estar fora do sintagma verbal, é um *argumento externo*. A composição típica dos sintagmas verbais e nominais, que têm seus próprios constituintes de margem esquerda

e direita, inviabiliza um encaixamento sintagmático entre eles pela margem esquerda do SV ou direita do SN.

Retome agora os exemplos de (3) a (11), que contêm diversos sintagmas verbais compostos, e localize dentro desses sintagmas os verbos predicadores, aqueles que selecionam argumentos. Você deve ter reparado que o verbo predicador é sempre aquele que ocupa o núcleo do sintagma, isto é, o verbo principal, e nunca o verbo auxiliar. Essa é uma característica comum da língua portuguesa. Em geral, verbos predicadores são aqueles que preservam seu significado lexical básico, os chamados verbos *plenos*, e que ocupam o núcleo do sintagma. Os verbos auxiliares, por outro lado, tendem a não preservar esse significado. Isso não seria mesmo necessário, pois, como verbos auxiliares, eles têm uma função distinta da de predicação.

É preciso notar, no entanto, que os exemplos de perífrase usados nesta seção envolvem verbos auxiliares em avançado processo de *gramaticalização*, que é o processo de especialização de uma função gramatical desenvolvida por uma palavra ao longo da história da língua, e que, por isso, essas propriedades típicas de verbo auxiliar foram destacadas. Há, porém, casos de verbos usados como auxiliares que podem ainda estar no meio do caminho da gramaticalização e que, por isso, podem se comportar de modo distinto.

Pesquise mais

Os verbos auxiliares são verbos cuja principal característica é constituir perífrases verbais com um verbo pleno, predicador. Alguns verbos têm, num processo de gramaticalização, caminhado em direção à sua acomodação nessa classe fechada de palavras. Para compreender melhor essa questão da auxiliaridade dos verbos, consulte:

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 444-452.

A delimitação adequada dos sintagmas é importante para que se possa passar à análise das funções que eles desempenham na sentença. Basicamente, essas funções estão associadas ao fato de um elemento ser ou não ser exigido por outro termo. Nas relações de encaixamento sintagmático, é possível identificar algumas dessas funções.

A análise do sintagma verbal permite, por exemplo, identificar funções sintáticas do sintagma nominal e do sintagma preposicional. Em *Minha mãe* ^{SV}[*compra* ^{SN}[*roupas* ^{SA}[*usadas*]^{SA}]^{SN}]^{S} e *Eu* ^{SV}[*gosto* ^{SP}[*de* ^{SN}[*café* ^{SP}[*de* ^{SN}[*coador*]^{SN}]^{SP}]^{SN}]^{SP}]^{SV}, os sintagmas nominal e preposicional encaixados no SV – [*roupas usadas*] e [*de café de coador*] – *têm* a função sintática de *complemento* (do verbo *comprar* e *gostar*), que é um elemento exigido por outro (nesse caso, pelo verbo). Podemos, ainda, considerar os sintagmas internos a esses sintagmas, o SA [*usadas*] e o SP [*de coador*]. Estes não são exigidos pelos núcleos *roupas* ou *café*, mas aparecem como elementos *adjuntos*. A função de *adjunto* desempenhada por sintagmas encaixados em núcleos nominais é classificada, tradicionalmente, como *adjunto adnominal*.

Mas e quanto ao sintagma verbal? Que função este desempenha na sentença? Como veremos no próximo nível de estudo da morfossintaxe, elementos que constituem o sintagma verbal atuam como a matriz da sentença, sendo encarados, muitas vezes, como o núcleo dessa unidade. Nas etapas posteriores, analisaremos também funções sintáticas que não envolvem o encaixamento sintagmático.

Sem medo de errar

Seu desafio nesta seção era mostrar se e por que o enunciado *Quando o verão chegar, já vou estar curtindo minhas férias* contém ou não um gerundismo, valendo-se dos conceitos de sintagma verbal composto, tempo verbal, referência temporal e aspecto verbal.

Confira, a seguir, uma possível solução para esse desafio:

Primeiramente, destaquemos no enunciado o sintagma verbal que, supostamente, representa um caso de gerundismo:

Quando o verão chegar, já ^{SV}[***vou estar curtindo*** *minhas férias*]^{SV}

O SV em destaque contém uma perífrase constituída por três verbos. Trata-se, portanto, de um sintagma verbal composto. Essa perífrase tem dois verbos auxiliares (*vou e estar*) e o verbo principal (*curtindo*), núcleo do SV.

O chamado gerundismo corresponde ao uso de uma perífrase verbal de estrutura *vou* + *estar* + gerúndio desde que esse uso trate de um evento que supostamente ocorrerá em um momento posterior ao momento da fala, sendo o momento do evento necessariamente posterior ao momento tomado como referência e sendo este equivalente ao momento da fala ou não. É dito que o gerundismo substitui as formas padrão do futuro simples ou perifrástico (*transferirei/ vou transferir*).

Ex.:

a) Eu vou estar transferindo sua ligação para o setor responsável.

→ O momento do evento é posterior ao momento da fala, que é tomado como o momento de referência.

b) *Quando eu chegar em casa, eu vou estar conferindo se o depósito foi feito, depois te aviso.*

→ O momento do evento (conferir o depósito) é posterior ao momento da fala e posterior ao momento de referência (quando eu chegar em casa).

O enunciado proposto pelo publicitário não é um caso de gerundismo, pois o momento do evento (estar curtindo minhas férias) e o momento de referência (quando o verão chegar) são simultâneos. Inclusive, o uso de *já* acentua a ideia de que, quando o verão tiver começado, a pessoa já terá curtido um pouco de suas férias, sendo que essa curtição estará em processo quando a estação começar. Veja que o fato de se ter usado *já vou estar curtindo minhas férias* em vez *de já vou ter curtido minhas férias* representa uma escolha aspectual. No primeiro caso, a perspectiva em relação ao evento é a que permite visualizá-lo em seu processo, enquanto no segundo caso isso não ocorre.

Mesmo que, no gerundismo, a morfologia do gerúndio indique um aspecto parecido, a referência temporal é de outro tipo. Isso se verifica pela não compatibilidade do futuro simples ou composto com o enunciado em questão:

c) *Quando o verão chegar, já [**curtirei** minhas férias].*

d) *Quando o verão chegar, já [**vou curtir** minhas férias].*

Observe que a referência temporal se altera. O momento do evento passa a ser posterior ao momento de referência, o que não é a ideia desejada.

Faça valer a pena

1. Assim como os demais tipos de sintagma, o sintagma verbal, que tem como núcleo um verbo, pode, em português, ser formado por uma margem esquerda e uma margem direita. Além disso, como também ocorre com outros tipos de sintagma, os elementos que preenchem essas margens não são, necessariamente, palavras pertencentes à classe que dá nome ao sintagma.

Com base nessa afirmação, assinale a alternativa que indica elementos que podem ocupar, respectivamente, a margem esquerda e a margem direita do sintagma verbal:

a) Verbo em forma nominal e conjunção.

b) Verbo auxiliar e sintagma preposicional.

c) Conjunção e sintagma preposicional.

d) Preposição e sintagma nominal.

e) Pronome e sintagma nominal.

2. A voz é uma propriedade da língua que nos permite apresentar um evento a partir de diferentes perspectivas e envolve as relações gramaticais e semânticas que o verbo estabelece com seus argumentos. Sintaticamente, a atuação do verbo predicador na sentença está associada à realidade desse verbo como integrante de uma estrutura sintagmática.

Com base nessas informações, avalie as afirmações a seguir:

I. Tomada a sentença X v Y, em que *v* é um sintagma verbal e X e Y são os argumentos de um verbo predicador, instaura-se a voz passiva pela permutação entre X e Y.

II. A margem esquerda de sintagmas verbais da voz passiva pode ser preenchida por mais de um verbo auxiliar.

III. A forma nominal típica dos verbos predicadores de voz passiva é o infinitivo.

IV. Em termos lexicais, o verbo predicador da voz passiva corresponde ao verbo predicador da voz ativa.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) II, III e IV.

d) II e IV.

e) III e IV.

3. A predicação é um fenômeno linguístico que, gramaticalmente, se manifesta pela projeção de argumentos pelo verbo predicador. Argumentos verbais são elementos sintáticos requeridos pelo verbo para a construção adequada da sentença. Como se trata de elementos sintáticos, estes exercem determinadas funções gramaticais na sentença.

Com base nessa informação, julgue as afirmações a seguir:

( ) Os argumentos do verbo têm sua própria estrutura sintagmática, são sintagmas externos ao sintagma verbal e com este se relacionam no nível sentencial.

( ) Os argumentos do verbo são os elementos que ocupam a margem direita do sintagma verbal.

( ) Sintagmas nominais podem atuar como argumentos internos de um verbo predicador, encaixando-se no sintagma verbal e se incorporando a ele.

( ) Sintagmas nominais podem atuar como argumento externo de um verbo predicador, preenchendo a margem esquerda do sintagma verbal.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V; V; V; V.

b) V; F; V; V.

c) V; F; F; V.

d) F; F; V; V.

e) F; F; V; F.

Referências

BRAGA, Maria Luiza et al. Artigo definido. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. p. 105-128.

BRAGA, Maria Luiza; KATO, Mary A.; MIOTO, Carlos. As construções-Q no português brasileiro falado: relativas, cliadas e interrogativas. In: KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2015. p. 187-227.

CAMACHO, Roberto Gomes; DALL'AGLIO-HATTNHER, Marize Mattos; GONÇALVES, Sebastião Carlos. O substantivo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-63.

CASTILHO, Ataliba T. de et al. O advérbio. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. p. 267-344.

CASTILHO, Ataliba T. de et al. Os especificadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. p. 103-162.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015.

MENESCAL, Roberto. O barquinho que se tornou 'O Barquinho'. **Folha Online**, 29 set. 2013. Ilustríssima. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/09/1347823-o-barquinho-que-se-tornou-o-barquinho.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

PENHAVEL, Eduardo. Sobre as funções dos Marcadores Discursivos. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 1296-1301, nov. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/qB54gT>. Acesso em: 29 jun. 2017.

A constituição da sentença

Convite ao estudo

Prezado aluno,

Esta unidade é dedicada ao estudo da sentença, uma das unidades gramaticais que, também é chamada de *oração*, constitui a sintaxe do português e de outras línguas. A sentença, de certo modo, pode ser conceituada como o resultado da combinação entre sintagmas e, como ocorre com estes, pode também corresponder a uma estrutura simples e a uma estrutura complexa (esta última constituída por sentenças encaixadas, por exemplo).

Nesta unidade, você praticará a articulação de um grande número de unidades linguísticas, pois, em seu funcionamento, a sentença mobiliza aspectos morfológicos e sintáticos (sem contar as inúmeras propriedades fonológicas, semânticas e de outras naturezas também presentes nela), o que a torna uma importante unidade linguística para o estudo da morfossintaxe. Você verá, também, que as palavras de diferentes classes, algumas incluídas em sintagmas, desempenham, com outras, certas funções sintáticas na sentença, e que algumas dessas classes são essenciais para a construção de sentenças complexas a partir de sentenças simples.

Nesta etapa da disciplina, você se colocará no lugar de um gramaticista que está redigindo uma nova gramática para o português. Você já preparou uma primeira versão de sua gramática e decidiu convidar alguns amigos falantes de português para auxiliar suas explicações, fazendo perguntas e comentários que poderão ajudá-lo a tornar seu texto mais compreensível. Quando responder aos comentários de seus leitores, você deverá, em

alguns momentos, levá-los a refletir sobre as diferentes relações gramaticais e semânticas que estão presentes na formação da sentença. O entendimento da *predicação*, que se associa a fenômenos semânticos e gramaticais, será essencial para solucionar muitos dos questionamentos; por isso, o conceito será retomado a todo momento ao longo da unidade, durante a descrição dos diferentes tipos de sentença.

Na primeira seção da unidade, você vai estudar os constituintes da sentença (que correspondem a funções sintáticas como a de sujeito e complemento), a partir da sentença simples, aquela formada por apenas um elemento verbal. A segunda seção é dedicada às relações semânticas estabelecidas entre esses constituintes, que assumem nelas certos papéis. Os mecanismos de construção, as funções sintáticas e os papéis semânticos envolvidos na sentença simples são análogos aos da sentença complexa, e, por isso, esta será estudada na terceira seção, quando você já estiver familiarizado com tais fenômenos.

Seção 3.1

Combinando sintagmas: a construção da sentença simples

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você se lembra de, na escola, ter tomado conhecimento dos termos *sujeito* e *predicado* nas aulas de gramática? Ainda se recorda dos elementos que esses termos designam? Você deve se lembrar de que esses elementos constituíam uma unidade, célebre em qualquer aula de gramática, chamada de *oração*. Em português, essa unidade é também chamada de *sentença*, sendo este termo comumente usado nos estudos linguísticos contemporâneos, alternadamente com o termo *oração*.

Nesta seção, retomaremos a ideia de sujeito e predicado, mas tentaremos analisar a sentença a partir de uma outra perspectiva, que é considerada por grande parte das teorias gramaticais contemporâneas e parte de um conceito de *predicação* que se refere a cada uma das atribuições de traços que um elemento *predicador* efetua sobre outros elementos da sentença. Nessa perspectiva, a relação entre o sujeito e o predicado é apenas uma das muitas relações de predicação que ocorrem na sentença.

Você estudará, ao longo da seção, as principais funções sintáticas que alguns sintagmas desempenham na sentença, a saber: a de sujeito, de objeto e de adjunto. Como um gramaticista que está escrevendo uma nova gramática do português e recebendo dúvidas e comentários de seus leitores, seu primeiro desafio envolverá a resolução de uma dúvida muito pertinente de um deles, que envolve tais funções sintáticas. Esse leitor viu em sua gramática o termo *adjunto* e disse que sempre ouviu de um professor que adjuntos são termos dispensáveis na sentença. Disse também que nunca entendeu bem essa afirmação e deu a você o seguinte exemplo do porquê: "Esses dias, precisei almoçar mais tarde, porque estava terminando um trabalho da faculdade em meu horário de almoço; então, avisei

isso a um amigo que sempre almoçava comigo, dizendo 'Hoje eu almoçarei mais tarde'. Lendo sobre o conceito de adjunto, consigo constatar que, nessa sentença, os sintagmas *hoje* e *mais tarde* têm função de adjunto adverbial. O problema é que eles não parecem ser elementos dispensáveis, pois não adiantaria nada eu dizer ao meu amigo apenas 'Eu almoçarei'".

Você concorda com esse leitor que os adjuntos não parecem dispensáveis nesse caso? Com base no relato do leitor e analisando o exemplo por ele apresentado, você deve solucionar a questão sobre se e por que os adjuntos seriam elementos dispensáveis ou indispensáveis. Para tanto, você pode se valer dos conceitos de *argumento* e *gramaticalidade*, além do de *adjunto*, que serão estudados ao longo da seção.

Bom trabalho!

Não pode faltar

É muito comum que, nas gramaticas tradicionais, a oração (ou sentença) seja analisada como uma relação entre o *sujeito* (o elemento sobre o qual se diz algo) e o *predicado* (aquilo que se declara sobre esse elemento). O predicado da sentença equivale a tudo aquilo que não está no sujeito (com exceção do chamado *vocativo*), mas é, muitas vezes, correspondente a um sintagma verbal, ou, em outras palavras, a um verbo com seus complementos, quando estes existem:

(1) Brasileiro [gosta de farofa].

Essa relação entre o sujeito e o predicado é, muitas vezes, chamada de *relação predicativa*, ou simplesmente *predicação*. O conceito de predicação não é, no entanto, tratado do mesmo modo por todos os gramáticos. Alguns (KURY, 1987; LUFT, 1976), mesmo reconhecendo a distinção básica entre *sujeito* e *predicado*, definem a predicação como uma relação entre o sujeito e o verbo, e também entre o verbo e seus complementos. Essa conceituação dá lugar a um modo diferente de abordar a constituição da sentença, a partir do qual se observam as diferentes relações que cada elemento

constituinte estabelece com o outro dentro desta unidade sintática, e não apenas uma dessas relações, que é aquela entre um verbo, com seus complementos e adjuntos, e o sujeito.

Nas teorias gramaticais contemporâneas, no âmbito dos estudos da linguística, também não há um conceito único de predicação mobilizado pelos pesquisadores. Há, no entanto, certa tendência para associar a predicação à *estrutura argumental* dos verbos e à distribuição de *papéis temáticos* entre esses argumentos.

Pesquise mais

O conceito de *predicação* no campo dos estudos linguísticos está longe de ser uniformemente empregado entre os gramáticos. O artigo indicado a seguir trata, em pormenores, dessa problemática:

FRANCHI, Carlos. Predicação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p.17-82, jul. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/CVDyG>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Uma estratégia útil para compreender o que é estrutura argumental e o que são argumentos e papéis temáticos é levar em conta a noção de *valência*. Talvez você se lembre de ter ouvido esse termo nas aulas de química, nas quais ele designava a tendência que um átomo tem de se combinar com outros átomos. Na linguística, o termo se refere a um conceito análogo: a valência verbal é a tendência que um verbo tem de se relacionar com certo número de sintagmas, e sintagmas de tipos específicos, que são requeridos por esse verbo e denominados *argumentos*. A estrutura argumental de um verbo se refere, então, à combinação que ocorre entre ele e seus argumentos.

Exemplificando

Para compreender o que é a valência de um verbo, faça o seguinte exercício: pense no verbo *amar*. Pense, agora, em como criar uma sentença completa com ele. Em quantas expressões você pensou para preencherem as lacunas desse verbo? Provavelmente, duas: *Uma pessoa* **ama** *outra pessoa*. Isso mostra que o verbo *amar* é um verbo que tem uma valência de dois argumentos. Perceba também que esse verbo,

em geral, exige argumentos nominais. Você não costuma ouvir alguém dizer por aí *Eu amo da minha mãe*, em que o segundo argumento seria um sintagma preposicional.

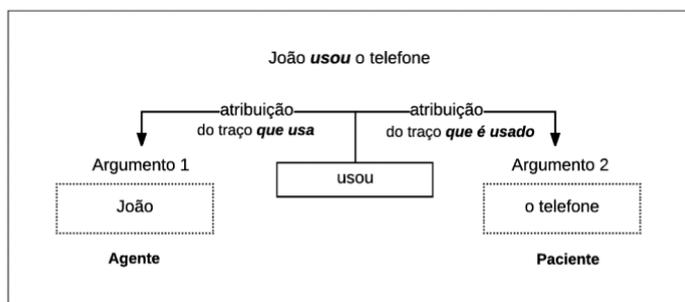
A classificação dos verbos quanto à sua valência está associada ao número de argumentos com os quais o verbo tende a se relacionar. Verbos *univalentes* requerem apenas um argumento ([*As rosas*]¹ *murcharam*), verbos *bivalentes*, dois argumentos ([*João*]¹ *ama* [*Maria*]²), verbos *trivalentes*, três ([*O professor*]¹ *entregou* [*o diploma*]² [*ao formando*]³), verbos *tetravalentes*, quatro ([*Eu*]¹ *transferi* [*o dinheiro*]² [*da minha conta*]³ [*para a sua conta*]⁴). Para a mesma classificação, são também usados os termos *monoargumental, biargumental, triargumental* etc. Há, porém, os casos em que o verbo não requer argumento algum, como ocorre em sentenças como *Choveu hoje. Nevou. Relampejou*. Nesses casos, podemos classificá-lo como *não argumental*. Verbos não argumentais são simultaneamente verbos *sem sujeito* (chamados de *impessoais*) e *sem complemento* (característica pela qual são conhecidos como *intransitivos*, em oposição aos verbos *transitivos*, que têm complemento).

A gramaticalidade da sentença, que é o fato de ela ser identificada por qualquer falante da língua como uma estrutura usual, depende de que os argumentos, se requeridos pelo verbo, estejam presentes e que sejam sintagmas adequados. Esses argumentos podem estar elípticos (por exemplo: em *comi a torta*, o argumento do verbo que indica quem comeu a torta não é realizado foneticamente, mas é subentendido por meio da flexão do verbo – *com-i*).

Como você deve ter percebido, o verbo é um constituinte de extrema importância para a sentença. Não é à toa que ele é considerado um molde para a formação dessa unidade. A depender dos moldes que você escolher, diferentes serão as formas de preenchê-los para completar uma sentença. A associação entre verbo e sentença é tão forte que, em certas ocasiões, é conveniente referir-se a uma sentença preenchida como monoargumental, biargumental etc., em vez de fazer referência diretamente ao verbo com esses termos.

Até aqui você entendeu o que é estrutura argumental e o que são os argumentos, mas e quanto aos papéis temáticos? Ao selecionar

seus argumentos, que têm determinadas configurações gramaticais, os verbos fazem outra coisa: atribuem a cada um dos argumentos um papel na participação do processo, estado, evento etc. que a sentença designa. Para entender isso, pense nos casos em que há alguém que pratica uma ação (agente) e alguém que sofre a ação (paciente). Há diversas sentenças que contêm participantes que assumem esses papéis, sendo estes chamados de *papéis temáticos, papéis semânticos*, entre outras designações. Ocorre que cada diferente verbo atribui a seus argumentos propriedades associadas a seu significado lexical específico. Observe essa atribuição na Figura 3.1:

Figura 3.1 | Atribuição de traços lexicais do verbo a seus argumentos

Fonte: elaborada pelo autor.

A Figura 3.1 representa a relação do verbo *usar* com seus argumentos na sentença *João usou o telefone*. Veja que o verbo atribui a eles alguns valores semânticos, por estender a cada um deles um traço associado a suas propriedades lexicais enquanto verbo. Fora da sentença, *João* não deve ser, necessariamente, um "usador" de telefones, e o *telefone* pode existir, mas ser ou não usado. A atribuição de traços do verbo faz dessas entidades, necessária e respectivamente, aquele que usa e aquilo que é usado (sendo a flexão temporal do verbo responsável por indicar, associada a uma referência temporal, o momento do uso). Além disso, a combinação entre esses traços e as propriedades semânticas dos argumentos faz com que estes se tornem o *agente* e o *paciente* da ação expressa pela sentença.

A atribuição de traços em questão operada pelo verbo faz parte de um fenômeno abrangente que denominaremos *predicação*,

definindo-o como **a relação em que um elemento da sentença atribui traços a outro elemento, tomado como seu escopo**. O primeiro elemento recebe o nome de *predicador*. Para que isso fique mais claro, veja o que acontece, em termos de predicação, na sentença *João usou o telefone fixo discretamente*:

Quadro 3.1 | Esquema de relações de predicação em J*oão usou o telefone fixo*

a) o telefone ← fixo
b) João ← usou
c) usou → o telefone fixo
d) usou o telefone fixo ← discretamente
e) João ← usou o telefone fixo discretamente

Fonte: elaborado pelo autor.

No Quadro 3.1, a seta indica a transferência de traços de um predicador a seu escopo (predicador → escopo). Além disso, o quadro mostra que não apenas o verbo, mas também outras palavras, como o adjetivo, em (a), e o advérbio, em (d), podem ser predicadores. Na representação, cada seta indica uma predicação; basta que haja uma relação de atribuição de traços. Veja que (e) representa a conhecida relação entre sujeito, aquilo de que se fala (*João*), e predicado, aquilo que se fala do elemento que atua como sujeito (*usou o telefone fixo discretamente*). Perceba que o predicado é, como qualquer outro dos elementos dos quais parte a predicação, um *predicador*, que atribui traços a seu escopo. As gramáticas tradicionais, ao explicitarem a relação entre o sujeito e o predicado, capturam apenas uma parte da predicação na sentença.

Aqui, usaremos o termo *predicado* exatamente em referência ao mesmo segmento que as gramáticas tradicionais identificam como predicado, mas com o pressuposto de que este atua em apenas uma das predicações da sentença, sendo apenas um dos vários tipos de predicadores. A predicação envolve uma série de combinações que fazem a sentença se constituir semântica e sintaticamente. Quando se trata do predicador verbal, vemos que ele opera a combinação com seus argumentos (reveja a Figura 3.1).

Uma das consequências da seleção de argumentos pelo verbo na predicação que ele opera é a determinação das funções sintáticas que os diferentes sintagmas assumem na sentença. Você se lembra de ter

aprendido a delimitar sintagmas na unidade anterior? Pois bem, agora você aprenderá a identificar suas funções sintáticas na sentença.

Para a identificação dessas funções, faremos uma associação entre as funções sintáticas e os chamados *casos gramaticais*, como fez Castilho (2010). Os casos gramaticais são flexões nominais diretamente associadas a funções sintáticas (como a de sujeito, objeto direto etc.) e são sistematicamente usados nas línguas de declinação, como o latim clássico, o alemão e o russo. Na formação do português, extinguiu-se a maioria das flexões desse tipo, tendo-se conservado parte das propriedades de caso em pronomes pessoais. Os pronomes *pessoais do caso reto* (como *eu, tu, ele, nós* etc.) estão associados ao caso *nominativo* (o caso do sujeito); os oblíquos *me, te, se, o/a, nos, vos* estão associados ao caso *acusativo* (o caso do objeto direto) e ao *dativo* (o caso do objeto indireto), com exceção, neste último caso, de o/a, que são sempre acusativos; os oblíquos *mim, ti, si e lhe* também estão associados ao *dativo*.

Na predicação verbal, o verbo, além de atribuir a seus argumentos valores semânticos, atribui caso, o que determina a função sintática do sintagma argumental na sentença. Em teorias linguísticas atuais (formalistas e funcionalistas), o caso tem sido compreendido, ainda que com algumas distinções teóricas, como uma propriedade de todas as línguas, não apenas de línguas de declinação (em que ele se manifesta morfologicamente). Mioto, Silva e Lopes (2013) referem-se a esse caso universal como caso *abstrato*.

Levando em conta essas informações, comecemos a analisar as funções sintáticas associadas aos sintagmas argumentais dos verbos predicadores em português. A primeira dessas funções é a função de sujeito. A função de **sujeito** é identificada em português quando se verifica que um sintagma argumental é igual ou proporcional a um pronome apenas nominativo, ou seja, um pronome pessoal do caso reto (como *ele/ela*). Veja que, em (2-c), ao tentarmos substituir o sintagma nominal [a professora] por um pronome que não seja o nominativo, a sentença se torna agramatical (*):

(2) a) [*A professora*] deixou a escola.

b) [*Ela*] deixou a escola.

c) *[*A/lhe/se/si*] deixou a escola.

d) [ø] peguei a carteira / [Eu] peguei a carteira.

Observe que, no exemplo (2-d), o sujeito da primeira sentença não aparece (está elíptico) e é representado pelo símbolo ∅. Note que, mesmo assim, esse sujeito é proporcional ao pronome nominativo, como mostra a segunda sentença do exemplo (2-d). Esse tipo de sujeito, que não se realiza foneticamente, é chamado de *sujeito nulo,* ou *sujeito oculto*. Há papéis temáticos que são comumente associados ao sujeito, mas, por enquanto, vamos nos dedicar às propriedades gramaticais dos constituintes.

Reflita

Você acha que a identificação do sujeito de uma sentença depende da identificação de algum papel semântico que ele exerce (por exemplo, o de ser o indivíduo que pratica a ação)? Ao observar as propriedades do sujeito descritas nesta seção, você acha que elas são propriedades semânticas ou gramaticais? Estamos falando mais de forma ou de sentido?

Passemos, então, à identificação das funções sintáticas de outros tipos de argumento do verbo, aqueles que são conhecidos como *complementos verbais*. A função de **objeto direto**, um complemento do verbo, é identificado quando se verifica que um sintagma argumental é igual ou proporcional a um pronome acusativo (*me, te, o/a, nos, vos*), não sendo proporcional a um pronome predominantemente dativo (*mim, ti, si, lhe*).

(3) a) João comprou [um livro].

b) João comprou-[o] / João [o] comprou.

c) *João comprou-[*lhe*].

A função de **objeto indireto**, também um complemento verbal, pode ser identificada quando se verifica que o sintagma correspondente ao complemento é um sintagma que tem como núcleo a preposição *para* ou *a*, ou um pronome oblíquo qualquer (*me,*

te, nos, vos), desde que, no último caso, o sintagma seja proporcional a um sintagma com as preposições mencionadas. Veja:

(4) a) O professor deu [a/para o aluno] uma boa nota.
  b) O professor deu-[lhe] uma boa nota.
  c) O professor [me] deu uma boa nota.
  d) O professor deu uma boa nota [a/para mim].
  e) *O professor deu [ela] uma boa nota.

(5) a) Eu preciso entregar [a/para ela] a chave do apartamento.
  b) Eu preciso entregar-[lhe] a chave do apartamento.
  c) Ele precisa [nos] entregar a chave do apartamento.
  d) Ele precisa entregar a chave do apartamento [a/para nós].
  e) *Ele precisa entregar a chave do apartamento [nós].

Veja que, em (5-e), o uso não preposicional de um pronome nominativo (*nós*) torna a sentença agramatical. Em (5-d), o fato de o pronome *nós* ser usado com a preposição *a/para* torna a sentença gramatical.

Os critérios apresentados até aqui permitem identificar os complementos que a maioria das gramáticas tradicionais classificam como objetos diretos e parte dos que elas classificam como objetos indiretos. No entanto, essas gramáticas costumam fazer a generalização de que o objeto direto é o complemento verbal introduzido sem preposição, em contraposição ao objeto indireto, que é um complemento que se liga ao verbo por uma preposição ou que se realiza como um pronome oblíquo dativo (salvo o caso do chamado *objeto direto preposicionado*). É preciso, entretanto, destacar o fato de que apenas os objetos indiretos identificados pelos critérios apresentados acima estão mais diretamente associados ao caso *dativo*, que é o caso relacionado a tal tipo de objeto.

Certos argumentos preposicionados classificados como objetos indiretos parecem não corresponder a esse caso e são denominados por alguns autores, como Castilho (2010), *complementos oblíquos*. Os **complementos oblíquos** são sintagmas que, como complementos do verbo, são iguais ou proporcionais a advérbios locativos (*lá, aqui*), preposicionados ou não, ou a preposição + pronome, em geral, não clíticos (*ele, isso* etc.).

(6) (a) Pus o livro [na estante].

(b) Pus o livro [lá].

(7) (a) Saí [de casa].

(b) Saí [de lá].

(8) (a) Preciso [de um descanso].

(9) (b) Preciso [disso].

Todos os constituintes da sentença mencionados até aqui são elementos com os quais o verbo, elemento predicador, estabelece predicação. Há, no entanto, alguns casos em que o verbo não atribui propriedades a elemento algum, sendo o papel da predicação transferido a outro item da sentença. Trata-se dos casos em que há um *verbo de ligação*. Observe os exemplos a seguir:

(10) [As roupas] *estão* [secas].

(11) [Henrique] *é* [de Niterói].

Em (10) e (11), o sintagma adjetival [secas] e o sintagma preposicional [de Niterói] atribuem uma propriedade ao sujeito (são predicadores), e os verbos de ligação *estão* e *é* servem apenas para comportar as flexões verbais (de modo, tempo, número etc.), relacionando o predicador com o sujeito. Sentenças desse tipo são chamadas de *sentenças atributivas*. O predicador das sentenças atributivas tem, em geral, a forma de um sintagma adjetival (10) ou a de um sintagma preposicional (11). Na gramática tradicional, sentenças como (10) e (11) são tratadas como sentenças de *predicado nominal*: os predicados *estão secas* e *é de Niterói* têm como núcleo um predicador que não corresponde a um verbo, mas a um sintagma que contém um adjetivo ou um substantivo. O elemento predicador dessas sentenças é tradicionalmente chamado de *predicativo do sujeito*, núcleo do predicado nominal.

Assimile

O verbo de ligação, como os demais verbos, organiza sentenças, comportando as flexões verbais que as fazem expressar determinado estado de coisas (ex.: *A porta está aberta*). Ocorre que, diferentemente

dos típicos verbos predicadores, este não atribui traços às entidades representadas pelos sintagmas circundantes (*A porta* é *aberta*), servindo apenas como elemento de ligação entre um verdadeiro predicador (*aberta*) e o outro elemento, em geral, o sujeito (*A porta*).

Nessa descrição da sentença atributiva, talvez você tenha sentido falta de uma explicação para sentenças como (12), em que, à direita do verbo de ligação, há um sintagma nominal:

(12) [O meu vizinho da frente] é [o meu professor de matemática].

Há muito tempo, linguistas têm observado nessa relação, que é igualmente considerada pelas gramáticas tradicionais como uma relação entre um predicado nominal e um sujeito, uma diferença em relação às sentenças atributivas. Sentenças como (12), em que há dois sintagmas nominais, expressam uma relação de equivalência entre as entidades às quais deletar se referem, relação que não ocorre em sentenças como (10) e (11). Sentenças como (12) são classificadas como *sentenças equativas*, pois são análogas a uma equação (X = Y). Uma distinção clássica entre sentenças atributivas e sentenças equativas é feita, por exemplo, por Lyons (1977).

Tanto *sentenças atributivas*, do tipo *O pastel é de carne*, como *sentenças equativas*, como *O meu irmão é o dono da loja da esquina*, são construções em que o verbo não atua como um elemento predicador. A diferença entre elas está em que, no segundo caso, não há propriamente uma relação de predicação (uma atribuição de propriedades) entre o elemento à direita do verbo e o elemento à esquerda. Há, na verdade, uma relação de equivalência.

Voltemos a tratar agora das principais funções sintáticas que os sintagmas assumem nas sentenças. Até aqui, estudamos o sujeito e os complementos verbais, que são elementos requeridos pelos verbos

predicadores. Há, no entanto, outros termos que, embora não sejam selecionados pelo verbo, constituem também a sentença. Trata-se dos adjuntos. Os **adjuntos** adicionam informações acessórias à sentença e são elementos que não foram selecionados por um verbo predicador; eles não são argumentos do verbo.

(13) Algumas pessoas comem pizza [diariamente].

(14) Eu [sempre] caminho [de manhã].

(15) [Ontem], eu fui a uma festa.

(16) Eu viajo [de ônibus] [diariamente].

Veja que nenhum dos sintagmas destacados em (13-16) é elemento requerido pelo verbo, embora tragam todos novas informações para a sentença. Elementos como esses são chamados de **adjuntos adverbiais** e podem ter a forma de sintagmas adverbiais – [diariamente], [sempre], [ontem] – e preposicionais – [de manhã], [de ônibus]. Adjuntos são elementos *dispensáveis, acessórios, complementares*, apenas quando considerados do ponto de vista sintático, no sentido de que, se retirarmos os adjuntos, a sentença não ficará agramatical: se retirarmos dos exemplos (13-16) os adjuntos destacados, as sentenças continuam bem formadas (*Algumas pessoas comem pizza; Eu caminho; Eu fui a uma festa; Eu viajo*. Do ponto de vista semântico-discursivo, no entanto, numa situação de comunicação específica, os adjuntos não são dispensáveis: pode ser necessário, por exemplo, indicar quando se foi a uma festa (ontem), em vez de dizer apenas *Eu fui a uma festa*.

Há adjuntos que integram sintagmas nominais e são chamados de **adjuntos adnominais**. Quando você estudou a constituição dos sintagmas, deparou-se com diferentes elementos que têm essa função. Você se lembra dos sintagmas que frequentemente se encaixam na margem direita dos sintagmas nominais? Vários deles exercem essa função, pois não são elementos requeridos por um predicador. Veja: em [pão [de alho]], o sintagma preposicional [de alho] não recebe atribuição de traços de pão. A direção da predicação é pão ← de alho, sendo *de alho* o predicador. Como não se trata de um elemento projetado pelo nome, é considerado um termo acessório, adjunto. O mesmo ocorre com o adjetivo *fixo*, em *telefone* ← *fixo*.

Nesta seção, estudamos as principais funções sintáticas dos sintagmas na sentença, enfatizando as propriedades gramaticais desses elementos. Se você observar as funções sintáticas analisadas aqui, verá que elas estão sistematicamente associadas a algumas classes de palavras: sujeito (substantivos e pronomes); objetos (substantivos, pronomes e advérbios, às vezes, ligados por preposição); adjuntos adverbiais (advérbios ou elementos adverbiais preposicionados); adjuntos adnominais (adjetivos e substantivos preposicionados). Posteriormente, vamos nos dedicar às relações de sentido que se estabelecem entre os constituintes sentenciais, destacando os papéis semânticos dos sintagmas cujas funções foram descritas aqui.

Sem medo de errar

Nesta seção, sua tarefa como gramaticista é explicar, a partir da sentença *Hoje eu almoçarei mais tarde*, aplicada a um contexto em que as informações *hoje* e *mais tarde* parecem necessárias, se e por que os adjuntos seriam elementos dispensáveis ou indispensáveis. A seguir, apresentamos uma solução possível para essa tarefa:

> O que caracteriza os adjuntos é o fato de eles funcionarem na sentença como elementos não argumentais, isto é, como elementos que não são requeridos pelo verbo que a organiza. Na *sentença Hoje eu almoçarei mais tarde*, organizada pelo verbo *almoçar*, o argumento do verbo é o item [*eu*], um sintagma nominal que atua como o sujeito da sentença (haja vista o fato de corresponder a um pronome nominativo). Os demais elementos, [*Hoje*] e [*mais tarde*], que são sintagmas adverbiais, não são selecionados pelo verbo, embora constituam a sentença.
>
> Do ponto de vista sintático, o fato de o verbo não requerer esses últimos sintagmas faz deles elementos acessórios, dispensáveis. Ocorre que estes só podem ser entendidos como elementos dispensáveis no sentido sintático, considerando-se a noção de gramaticalidade: se retirarmos da sentença em questão os sintagmas [*Hoje*] e [*mais tarde*], obteremos a sentença *Eu almoçarei*, que é uma sentença gramatical, bem formada do ponto de vista sintático.

Quando pensamos, no entanto, na funcionalidade do uso da sentença, empregada em contextos discursivos específicos, como aquele em que o leitor mostra que precisa avisar ao amigo "quando" vai almoçar, os adjuntos se tornam elementos essenciais, pois trazem informações que o verbo e seus argumentos não trazem e que são indispensáveis à situação discursiva. O leitor precisou dos elementos [Hoje] e [mais tarde] para informar ao amigo que não almoçaria no horário usual, caso contrário (se dissesse apenas *Eu almoçarei*) seu amigo poderia achar que ele almoçaria no mesmo horário de sempre. Portanto, do ponto de vista da situação discursiva, os adjuntos não são elementos dispensáveis.

É preciso, para a sentença em questão, fazer uma observação: é gramaticalmente possível omitir o sujeito (Eu) de *Eu almoçarei*, sem que isso afete a gramaticalidade da sentença (Almoçarei). No entanto, o que torna essa omissão (o sujeito nulo) possível é o fato de o argumento ser subentendido por meio da flexão do verbo (almoçar-ei), que expressa a primeira pessoa do singular. Isso mostra que o argumento requerido pelo verbo está gramaticalmente presente, apenas não realizado foneticamente.

Faça valer a pena

1. Na gramática tradicional, é comum que as orações sejam divididas em dois elementos básicos, chamados de *sujeito e predicado*. O sujeito é comumente definido como o termo sobre o qual se diz algo, e o predicado, como aquilo que se declara sobre o sujeito.

Assinale a alternativa com o elemento que, em termos sintagmáticos, geralmente corresponde ao que se delimita como predicado:

a) Sintagma preposicional.

b) Sintagma verbal.

c) Verbo auxiliar de um sintagma verbal.

d) Sintagma nominal.

e) Núcleo do sintagma nominal.

2. Segundo algumas definições, a predicação é o fenômeno que envolve a atribuição de propriedades sintáticas e semânticas de um elemento predicador a outro elemento da sentença. Isso acontece tanto nas sentenças que, pela classificação tradicional, têm um predicado verbal quanto naquelas que têm um predicado nominal.

A partir desse conceito, avalie as afirmações a seguir:

I. Não há predicação no interior do predicado da sentença (por exemplo, entre o verbo e seu complemento), pois a predicação se dá entre o sujeito e o predicado.

II. O sujeito é um dos elementos exigidos por um verbo predicador da sentença, estando, portanto, envolvido na predicação.

III. O núcleo de um predicado nominal pode ser considerado um elemento predicador.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I.

e) II.

3. Na análise sintagmática, delimitamos blocos gramaticais que exercerão, no nível da sentença, diferentes funções sintáticas. Algumas delas são a de sujeito, de complemento (que incluem os objetos diretos, indiretos e oblíquos) e de adjunto.

Considerando a informação acima, estabeleça a relação entre o nome da função, na coluna da esquerda, e seu respectivo exemplo, na coluna da direita, em que o sintagma que assume a função em questão aparece destacado:

1. Sujeito	A. Entreguei meu trabalho [à professora].
2. Objeto direto	B. [Meu cachorro] comeu toda a ração.
3. Objeto indireto	C. [Amanhã] eu vou almoçar feijoada.
4. Adjunto adverbial	D. Não resisti e comprei [outro cachorro-quente].

Assinale a alternativa com a associação correta:

a) 1-A; 2-B; 3-C; 4-D.

b) 1-A; 2-C; 3-B; 4-D.

c) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.

d) 1-B; 2-D; 3-C; 4-A.

e) 1-B; 2-D; 3-A; 4-C.

Seção 3.2

As relações semânticas entre os constituintes da sentença

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você já deve ter ouvido muitas vezes as seguintes definições para, respectivamente, a função de sujeito e a função de complemento verbal: (1) sujeito é o indivíduo que pratica a ação verbal e (2) complemento é aquele que sofre a ação verbal. Na verdade, apesar de, em uma sentença específica, as funções dos sintagmas (como a de sujeito e complemento) se associarem a "funções semânticas" (praticar/sofrer a ação designada pelo verbo, *por exemplo*), essas funções semânticas não são sempre as mesmas em todas as sentenças. Além disso, a função sintática não se *define* pela função semântica, tampouco vice-versa, como veremos.

Definições como as mencionadas fazem parte de um conjunto de inconsistências em descrições sobre a língua que, hoje em dia, tem se tentado superar nos novos estudos linguísticos. Como você é um gramaticista que preza pela atualização dos conteúdos usados no estudo da língua portuguesa, os papéis semânticos associados às funções sintáticas tomaram um espaço importante em sua gramática. Como era de esperar, alguns de seus leitores-colaboradores tiveram dúvidas sobre o assunto, pois não estavam acostumados com as novas conceituações.

Um deles, depois de ler seu texto, começou a folhear jornais em busca de manchetes, a fim de analisar os papéis que o sujeito e o complemento das sentenças desempenhavam em cada uma delas. Ainda inexperiente na identificação desses papéis, ele não conseguiu decifrar os papéis semânticos do sujeito e do complemento em uma manchete que leu no jornal de seu bairro: *Deslizamento de ontem deixou dezenas de feridos*.

Depois de tentar aplicar a famosa distinção entre o sujeito como aquele que pratica a ação e o complemento como aquele que sofre

a ação, que era aquela com a qual estava acostumado, ele disse a você que parece não fazer sentido dizer que *dezenas de feridos* (o complemento do verbo *deixar*) sofre a ação do verbo, pois, aparentemente, os feridos a que se faz referência só se tornaram feridos depois de ter ocorrido determinado evento. "É diferente de uma sentença como *Eu comi um bolo*, em que o bolo é bolo desde o momento em que eu começo a comê-lo". Além disso, o leitor disse que, com esse verbo, o sujeito não parece se comportar exatamente como um agente, mas que não sabe explicar por que motivo.

Você concorda com as impressões desse leitor? Acha que os sintagmas nominais *Deslizamento de ontem* e *dezenas de feridos* se associam a papéis diferentes dos de agente e paciente? Seu desafio, nesta seção, será solucionar esse problema e oferecer um esclarecimento ao leitor, devendo, portanto, explicar se e por que esses sintagmas representam ou não esses papéis.

Para chegar a uma solução, você deverá levar em conta a noção de *papéis temáticos* em sua relação com a noção de *estado de coisas*, desenvolvidas ao longo da seção, dando especial atenção ao que caracteriza um papel agentivo e um papel de paciente e contrastando-os com outros papéis discutidos no texto. Isso poderá ajudá-lo a identificar os papéis representados na sentença em questão.

Não pode faltar

Você deve se lembrar de que verbos predicadores, que são aqueles que selecionam argumentos na sentença, além de atribuírem uma função sintática a cada um desses elementos, atribuem a eles certos valores semânticos. Nesta seção, vamos explorar fenômenos como este último, em que o verbo estabelece com os demais constituintes da sentença determinadas relações semânticas.

Para entendermos essas relações, precisamos considerar, primeiramente, o fato de os verbos expressarem diversos tipos de conceitos, como *processos, ações, fenômenos* etc. e o de que eles se particularizam numa sentença pela relação que um verbo específico estabelece com seus argumentos e adjuntos.

Pense, por exemplo, no verbo *sacudir*. É possível identificar, apenas pela menção a esse verbo, uma ação à qual ele se refere. Essa

ação se torna uma ação particular quando ouvimos um enunciado como *O político sacudiu a bandeira rapidamente*, em que se associa ao verbo um sujeito (*o político*), um complemento verbal (*a bandeira*) e um adjunto adverbial (*rapidamente*). A ação designada agora não é apenas *sacudir*, mas *o político sacudir a bandeira rapidamente* (ação com uma localização temporal específica). Observe que, nesse enunciado, não há qualquer impedimento em considerarmos o verbo *sacudir* também como um processo, pois indica uma ação durativa.

Quando o verbo, como a matriz da sentença, tem todas as suas posições preenchidas (isto é, está associado a todos os argumentos que ele requer), relacionando-se, inclusive, com os adjuntos, é a sentença que passa a expressar a ação, o processo ou o fenômeno em questão. Podemos dizer, genericamente, que a sentença expressa um *estado de coisas*.

A expressão **estado de coisas** é uma expressão-coringa usada para fazer referência aos tipos de processo, ação, fenômeno etc. que a sentença designa. Nas metalinguagens utilizadas para analisar a língua, uma das maiores dificuldades existentes é a de encontrar uma palavra adequada para fazer referência a eles de maneira genérica, pois, como essa metalinguagem geralmente depende da própria língua, ela está sujeita a certas limitações que esta lhe impõe.

Palavras como *situação, fato, circunstância* etc., apesar de serem relativamente abrangentes, podem levar a entendimentos diversos, não sendo muito adequadas como palavras genéricas. *Situação* e *circunstância* podem nos remeter à ideia de conjuntura, que é uma configuração do mundo geralmente evocada como *acompanhamento* para um fato a que se quer fazer referência, não se remetendo diretamente ao fato. A palavra *fato* é também problemática, pois pode remeter a um estado de coisas necessariamente real, o que não ocorre em todos os usos da língua.

A questão é que não podemos, toda vez que formos nos referir *genericamente* às *ações, processos, fenômenos* designados pela sentença, usar a expressão ações, processos, fenômenos etc., pois isso seria extremamente trabalhoso. O termo estado de coisas, apesar de não ser uma expressão genérica perfeita (já que a palavra estado remete a um tipo específico de estado de coisas), é um termo razoavelmente abrangente, que tem um sentido relativamente convencional na filosofia: uma configuração específica dos elementos no mundo que

permite verificar a verdade de uma proposição (expressão linguística passível de ser avaliada como verdadeira ou falsa).

Entenderemos, aqui, que um estado de coisas envolve uma configuração (promovida pela língua) de mundos possíveis (reais ou imaginários), e nos ateremos à sua descrição, e não à verificação de sua veracidade. O conceito de estado de coisas é importante para definirmos a categoria linguística que será explorada nesta seção, que é a de *papel temático*. Nas sentenças, diferentes sintagmas, associados a diferentes funções sintáticas, se referem a entidades que, em cada estado de coisas expresso, desempenham um papel como *participantes* deste. Esse papel se define pela relação que os sintagmas estabelecem com o verbo, que, entendido como um elemento *predicador*, atribui valores semânticos aos seus escopos (representados por alguns desses sintagmas). Observe um exemplo:

(1) **As crianças** comeram **o bolo** rapidamente.

No estado de coisas descrito em (1), *as crianças e o bolo* têm funções muito específicas: em decorrência da extensão dos traços do verbo *comer* a esses argumentos, *o bolo* assume a função de ser a *coisa comida*, enquanto *as crianças*, a de serem *aquelas que comem o bolo*. Note que o sintagma adverbial *rapidamente*, apesar de exercer uma predicação sobre o verbo, tendo, portanto, uma função semântica, não tem um papel enquanto um *participante* do estado de coisas. É por isso que se costuma admitir que os participantes dos estados de coisas expressos pelas sentenças estão comumente associados aos sintagmas nominais, ou aos elementos que atuam no lugar de sintagmas nominais (por exemplo: em *O artista percebeu que o quadro estava torto*, a sentença *que o quadro estava torto* assume a posição comum de sintagmas nominais que se encaixam na margem direita de sintagmas verbais, como ocorre em *O artista percebeu o problema*). Note que alguns participantes parecem ter o mesmo tipo de participação em estados de coisas distintos. Compare o exemplo (1) com o exemplo (2), a seguir:

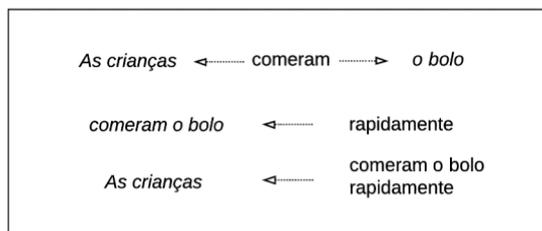
(2) **O aluno estrangeiro** está lendo **um livro de Machado de Assis**.

Em (2), o verbo predicador *ler* seleciona os argumentos *o aluno estrangeiro* e *um livro de Machado de Assis*. Nessa predicação, *um*

livro de Machado de Assis se torna a coisa lida, e *o aluno estrangeiro*, aquele que lê o livro. Comparando essa sentença com (1), vemos que, nos dois casos, o estado de coisas descrito corresponde a uma ação, em que há um *agente* que a realiza e um *paciente* que a sofre. Esses papéis *genéricos* aos quais os sintagmas se associam em várias sentenças são chamados de **papéis temáticos** (também denominados *papéis semânticos, papéis de participação, casos semânticos, papéis-theta*, entre outros termos) e constituem o objeto de estudo de uma teoria linguística conhecida como *teoria dos papéis temáticos*.

Ocorre que os papéis temáticos de agente e paciente, apesar de serem muito comuns, não são os únicos papéis associados aos sintagmas e suas funções sintáticas. A propósito, com o conhecimento do conceito de papel temático que está sendo desenvolvido, você provavelmente deixará de lado as recorrentes definições segundo as quais sujeito e complemento verbal são, respectivamente, o indivíduo que pratica a ação (agente) e a entidade que sofre a ação (paciente).

A natureza do papel temático ao qual um sintagma se associa depende muito daquilo que o verbo designa (e aqui se torna importante a distinção entre um evento, uma ação, um processo etc.), pois este se combina semanticamente com esses sintagmas. É preciso notar, no entanto, que a predicação que o verbo opera sobre seus escopos (os argumentos) é influenciada pelas outras predicações presentes na sentença e que estas influenciam o papel dos participantes no estado de coisas. Em (1), por exemplo, o estado de coisas que o verbo constrói, que corresponde a uma ação, envolve a ação de comer, mas de comer algo e rapidamente. Assim, dizemos que um papel temático se associa semanticamente àquilo que o verbo expressa, que, por sua vez, está articulado semanticamente a outros elementos da sentença.

Figura 3.2. | Relações de predicação em *As crianças comeram o bolo rapidamente*

Obs.: a seta indica a direção da predicação (atribuição de traços).

Fonte: elaborada pelo autor.

Observe, na Figura 3.2, que a primeira relação de predicação corresponde à extensão de traços do verbo aos seus escopos, correspondentes aos argumentos. A segunda corresponde à predicação do advérbio *rapidamente* sobre seu escopo *comer o bolo*, e a terceira, à relação predicativa entre a última predicação mencionada e o escopo *As crianças*. Esta terceira predicação corresponde à relação entre sujeito e predicado da qual as gramáticas tradicionais tratam. O que se deve entender a partir dessa observação é que o valor semântico que o verbo, como matriz predicadora, estende a cada elemento com o qual se relaciona é afetado por todas as demais relações semânticas. Esse concatenamento semântico influencia a definição do papel temático ao qual cada sintagma se associa. Veremos isso ao estudarmos, a seguir, diferentes tipos de papéis temáticos.

As diferentes teorias dos papéis temáticos descrevem uma quantidade muito grande de papéis, e nem sempre as classificações são correspondentes entre os autores. Há, no entanto, alguns papéis mais comumente reconhecidos, a saber: *agente, paciente, experienciador, objeto da experiência, objeto resultante, origem, alvo, beneficiário* (ou *benefactivo*), *locativo, objeto locado, causa e objeto deslocado* – lista baseada em Ilari e Basso (2014) e Kenedy (2013).

Nas páginas indicadas da obra sugerida a seguir, você encontra uma lista comparativa das denominações e definições para papéis temáticos produzidas por vários teóricos. A partir dela, você terá acesso às conceituações originais da teoria dos papéis temáticos:

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 253-257.

Trataremos de cada um desses papéis e começaremos pela definição do papel de agente. O **agente** é representado pelo sintagma que designa o indivíduo *controlador* da ação designada pelo verbo, no sentido de que um indivíduo *deliberadamente* faz algo acontecer. Só há agente, portanto, se o verbo designa um evento controlado por uma entidade que é explicitada na sentença. Veja:

(3) **Eu** cortei as cebolas.

(4) As cebolas foram cortadas por **mim**.

Em (3) e (4), os sintagmas nominais *Eu* e *mim* (ambos, em referência à 1ª pessoa) correspondem ao agente da ação de *cortar* (cebolas) em cada sentença. Veja que o papel temático de agente pode corresponder à função sintática de sujeito, como em (3), ou pode ser um complemento verbal (do tipo agente da passiva), como em (4). Note também que, apesar de o sintagma nominal *mim* integrar um sintagma preposicional (*por mim*), apenas o sintagma nominal, que é o elemento correspondente ao indivíduo controlador, é destacado como agente.

Se, por outro lado, observarmos o outro sintagma dos exemplos (3) e (4), *as cebolas*, veremos que, na ação descrita pelo verbo, elas não são os elementos que controlam a ação, mas os que são *afetados* pela ação; esse papel que *as cebolas* assumem é o papel temático de **paciente**, a entidade afetada pela ação do verbo. Note que *as cebolas*, em (4), é o sujeito da sentença, mesmo tendo o papel temático de paciente, o que mostra que a função sintática de sujeito não coincide necessariamente com o papel temático de agente. Não se pode pensar, no entanto, que isso só ocorra quando a sentença estiver na voz passiva. Veja alguns casos em que, mesmo sem voz passiva, o sujeito não corresponde a um agente:

(5) **O atleta** sentiu **sono** durante a prova.

(6) **Os economistas** temem **o futuro**.

Em (5) e (6), o sujeito da sentença não controla aquilo que o verbo expressa, apenas vivencia a experiência designada. Nesse caso, o papel temático associado ao sintagma e à sua função sintática é o de **experienciador**, que é a entidade que vivencia uma experiência. Por outro lado, os complementos dos verbos *sentir* e *temer* (*sono* e *o futuro*) correspondem à entidade que *desencadeia* a experiência; por isso, eles assumem um papel temático denominado **objeto da experiência**.

Talvez os últimos exemplos devem a você a impressão de que os papéis temáticos, quando envolvem dois participantes, estão sempre numa relação de simetria (*agente/paciente; experienciador/objeto*

da experiência), mas a verdade é que isso não ocorre em todas as sentenças. Veja, por exemplo, o caso apresentado em (7):

(7) **Meu pai** fez **feijoada** hoje.

O argumento do verbo *fazer* correspondente ao sujeito (*Meu pai*) tem o papel de agente, pois *meu pai* é o indivíduo que controla a ação verbal. Note, no entanto, que, diferentemente do que ocorria em (3) e (4), entre *cortar* e *as cebolas*, a *feijoada* não é exatamente afetada pela ação de *fazer*, pelo menos não do mesmo modo como *as cebolas* são afetadas pela ação de *cortar*. O que diferencia os enunciados é que, em (7), a *feijoada* é o resultado de um processo, enquanto, em (3) e (4), *as cebolas* não são o resultado, mas entidades já constituídas, que são afetadas pela ação de *cortar*. Mesmo que encaremos o *cortar das cebolas* como um processo, o seu resultado são as *cebolas cortadas*, e não as cebolas propriamente ditas. A entidade, sintagmaticamente representada, que corresponde ao resultado de um processo expresso pelo verbo (no exemplo, *feijoada*) tem o papel temático de **objeto resultante**.

Há ainda outras situações em que, mesmo que o verbo designe uma ação, os papéis temáticos do sujeito e do complemento verbal não se enquadram na relação simétrica que há entre *agente* e *paciente*. Observe o exemplo a seguir:

(8) **O coelho** saiu **da toca**.

Veja que *o coelho*, sujeito da sentença, controla a ação designada pelo verbo; trata-se, portanto, de um agente, e o verbo é um verbo de ação. No entanto, *a toca*, que constitui o complemento verbal *da toca*, não é uma entidade paciente, pois ela não é afetada pela ação de *sair. A toca* assume um papel temático conhecido como **origem**, que é o ponto a partir do qual um evento qualquer se desencadeia.

Até aqui, analisamos os papéis temáticos em sentenças formadas por verbos biargumentais, ou seja, verbos que dão origem a dois argumentos, que desempenham a função de sujeito e complemento. É preciso destacar, no entanto, os casos de verbos que requerem mais de um argumento interno, ou seja, mais de um complemento. Nesses casos, os complementos tendem a ter papéis temáticos distintos. Observe, por exemplo, as sentenças a seguir:

(9) **O jogador** passou **a bola para o adversário**.

(10) **A mulher** deu **algumas moedas à criança**.

(11) **O músico** pôs **o piano na sala**.

Em (9), o verbo *passar* seleciona três argumentos; um deles (*o jogador*) corresponde ao sujeito da sentença, o outro (*a bola*), ao complemento objeto direto, e um terceiro (*para o adversário*) corresponde ao objeto indireto. Os sintagmas nominais que constituem esses argumentos têm, cada um, um papel temático. *O jogador* é o agente, pois controla a ação designada pelo verbo. *A bola*, entidade afetada por essa ação, é o paciente, e o *adversário* recebe um papel denominado **alvo**, que é a entidade em direção à qual um evento se realiza.

A estrutura sintática de (9) corresponde à estrutura sintática de (10), em que há um sujeito (*a mulher*), o objeto direto (*algumas moedas*) e o objeto indireto (*à criança*). Embora os dois primeiros sintagmas destacados exerçam os mesmos papéis temáticos que os dois primeiros sintagmas de (9), o terceiro sintagma nominal de (10) exerce um papel classificado por alguns autores como **beneficiário**, a entidade beneficiada pelo evento (*dar algumas moedas*).

Ainda envolvendo um verbo que requer dois argumentos, a sentença (11) descreve um estado de coisas em que a entidade que corresponde ao terceiro complemento do verbo assume um papel do qual ainda não falamos; trata-se do papel temático de **locativo**, que corresponde à entidade tomada como o lugar onde se situa uma ação, um estado, um acontecimento ou um objeto qualquer. No exemplo, o piano foi situado *na sala*, sendo *a sala*, portanto, o locativo.

Reflita

Usando sua intuição de falante e refletindo semanticamente sobre a sentença *O músico pôs o piano na sala*, você diria que o locativo (a sala) é usado para situar o piano ou a ação de pôr o piano na sala? Seu raciocínio exclui alguma das opções ou permite ambas as possibilidades?

O exemplo (11) é ainda relevante para que se entenda que, em alguns casos, um mesmo participante do estado de coisas expresso pela sentença pode assumir mais de um papel temático. Na sentença

em questão, *O músico pôs o piano na sala, o piano* é o paciente da ação designada pelo verbo (*pôr*), da qual *o músico* é o agente. Ocorre que *o piano* é também o objeto que se situa na sala. Você se lembra de que, no início da seção, falamos do concatenamento semântico que está envolvido na predicação do verbo sobre seus argumentos (*a extensão de traços do verbo ao seu escopo leva em conta as relações do verbo com outros elementos*)? Essa noção é extremamente relevante aqui. O verbo *pôr* predica o escopo *o piano*, mas também predica o escopo *na sala*; portanto, este locativo deve ser considerado na atribuição de papel temático para *o piano*. Considerado esse concatenamento, é possível dizer que *o piano* assume, além do papel de paciente, o papel de **objeto locado**, que é a entidade que se situa em determinado local. É muito comum que uma mesma entidade assuma mais de um papel.

Ainda tratando da questão de *lugar*, é preciso destacar que tanto o papel temático de locativo quanto o de alvo podem estar associados a entidades correspondentes a lugares. O que os diferencia basicamente são as noções *situar-se em* e *em direção a*. O locativo é o lugar onde algo/alguém se situa (ex.: As crianças estão na *sala de jogos*), e o alvo é o lugar em direção ao qual ocorre um evento (ex.: As crianças estão indo à *sala de jogos)*.

Assimile

A diferença entre **locativo** e **alvo** não está necessariamente associada à preposição que introduz o sintagma nominal; não se pode pensar, por exemplo, que sempre que houver a preposição *a* o papel associado ao sintagma será o de alvo. Para constatar isso, veja o seguinte exemplo, em que o sintagma preposicional destacado tem como núcleo a preposição *a*, mas o papel temático de *o fundo da casa* é de locativo. Ex.: "Nem só não cedo uma polegada do meu terreno, como ainda lhe compro, se mo quiser vender, aquele pedaço que lhe fica ao *fundo da casa*!" (AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Fundação Biblioteca Nacional, p. 5. Disponível em: <https://goo.gl/spQp2u>. Acesso em: 7 jul. 2017.)

Com exceção de quando tratamos do papel de experienciador, até aqui estudamos os papéis temáticos analisando estados de coisas que correspondem a uma ação (que contêm um agente). Há casos

um pouco distintos a considerar, em que nenhuma das entidades é uma entidade *controladora*. Nesses casos, é *comum* que as entidades sejam inanimadas. O primeiro caso é o do papel de **causa**, que corresponde à entidade que provoca uma ação, reação ou o surgimento de algo, sem ter qualquer controle ou responsabilidade sobre esse desencadeamento, o que ocorre no exemplo a seguir:

(12) **A estiagem** gerou **um problema de abastecimento de água**.

Veja que, em (12), nenhum dos sintagmas destacados pode ser considerado um agente; *a estiagem* não controla o evento *gerar*; trata-se de uma entidade que desencadeia algo involuntariamente, desempenhando, portanto, o papel temático de causa. Por outro lado, o sintagma u*m problema de abastecimento de água* está associado ao papel de *objeto resultante*, pois a entidade referida é o resultado do processo expresso pelo verbo *gerar*.

Havendo um papel temático de **causa**, pode ocorrer que tudo o que se descreve a partir do verbo (inclusive, em outra sentença) corresponda àquilo que foi desencadeado pelo participante que tem esse papel. Esse elemento desencadeado corresponde ao segmento em itálico do exemplo a seguir: "A sensação de náusea fez com que *a repórter agradecesse a Shiva por não ter comido nada nas últimas cinco horas*." (BIDERMAN, Iara. Ioga nas alturas. **Folha de S. Paulo**, 3 jul. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/urWQC9>. Acesso em: 8 jul. 2017).

Um segundo caso a destacar envolve o papel de **objeto deslocado**, que corresponde a uma entidade que se desloca de um ponto / para um ponto / num espaço. Em muitos casos, esse objeto não tem qualquer controle sobre o evento que o verbo expressa. Observe os seguintes exemplos:

(13) **A fumaça do incêndio** chegou a**o hospital**.

(14) **Os fortes ventos** estão avançando para **a capital**.

(15) Há **uma bolha** pairando n**o ar**.

Em (13), *a fumaça* (objeto deslocado) é a entidade que se desloca em direção ao hospital (alvo). Semelhantemente, em (14), *os fortes ventos* são as entidades que se deslocam em direção *à capital* (alvo). Em (15), *uma bolha* (também um objeto deslocado) se move no *ar* (locativo). Veja que nenhum dos eventos destacados representa uma ação deliberada dessas entidades que se movimentam; não há controle sobre o evento.

Estes últimos estados de coisas, e diversos outros mencionados anteriormente, mostram que a interação entre papéis temáticos (por intermédio do verbo) é bastante variável. Além disso, pudemos ver que os papéis temáticos não estão rigidamente relacionados às propriedades sintáticas dos enunciados, pois sujeitos, por exemplo, podem ter distintos papéis. A principal lição que você pode tirar deste estudo é que, embora saibamos que o sujeito e o complemento verbal desempenham papéis temáticos na sentença, os papéis que o sujeito exerce semanticamente não são exclusivos dele, assim como não o são os papéis exercidos pelo complemento. O que importa, de fato, na identificação dos papéis temáticos, são as relações semânticas presentes na sentença. Importa, portanto, verificar se um elemento controla ou é afetado pela ação, se é um experienciador ou o objeto da experiência, se é a causa involuntária de algo, um beneficiário, e assim por diante. Observe mais alguns exemplos:

(16) **Pedro** recebeu **a encomenda** d**o carteiro**.

(17) **O pai** levou **as crianças** a**o parque**.

(18) Durante **o terremoto**, **o vaso** caiu.

Veja que, em (16-18) os sujeitos (*Pedro, O pai e o vaso*) têm diferentes papéis temáticos (respectivamente, o de beneficiário/alvo, agente e objeto deslocado). O mesmo ocorre com os complementos: *a encomenda* tem o papel de objeto deslocado; *as crianças*, o de paciente/objeto deslocado; *o carteiro* e *o parque*, que constituem os complementos *do carteiro* e *ao parque*, têm, respectivamente, o papel de origem e alvo.

É importante também notar que, apesar de o verbo, na predicação verbal, atribuir papéis aos argumentos (sujeito e complementos), os papéis temáticos não correspondem sempre a argumentos do verbo. Veja que, no exemplo (18), o item *o terremoto* também tem um papel

temático (o de causa da queda do vaso), pois é um participante do estado de coisas, embora não tenha sido selecionado pelo verbo *caiu* e integre um adjunto adverbial (*Durante o terremoto*) – note que esse adjunto é diferente daqueles que não têm um participante, como o do exemplo (1), *rapidamente*. Estudar os papéis temáticos, portanto, envolve, primeiramente, identificar participantes de um estado de coisas; depois, identificar o papel desses participantes no estado de coisas, podendo-se, então, associá-lo a uma função sintática (sujeito, complemento ou adjunto).

Para ajudá-lo nessa identificação, o Quadro 3.2 resume os papéis temáticos estudados, com a explicitação das relações semânticas que eles envolvem:

Quadro 3.2 | Papéis temáticos estudados na seção

Agente: entidade que controla a ação designada pelo verbo (***O cachorro*** *mordeu a bola*).
Paciente: entidade que é afetada pela ação designada velo verbo (*O cachorro mordeu* ***a bola***).
Experienciador: entidade que vivencia uma experiência (***Muitas crianças*** *têm medo de palhaço*).
Objeto da experiência: entidade que desencadeia uma experiência (*Eu estou sentindo* ***um cheiro ruim***).
Objeto resultante: entidade que corresponde ao resultado de um processo expresso pelo verbo (*Minha avó tricotou* ***um cachecol***).
Origem: entidade que representa o ponto a partir do qual um evento se desencadeia (*O leão saiu d*a jaula).
Alvo: Entidade em direção à qual um evento se realiza (*Os mísseis atingiram* ***o centro da cidade***).
Beneficiário: entidade que se beneficia de um evento (***O jogador*** *recebeu um prêmio por seu desempenho*).
Locativo: entidade tomada como o local em que se situa um evento, um estado, um objeto etc. (*Choveu em* ***São Paulo***; *A casa da Paula fica n*a esquina; *Eu vou colocar os pratos sobre* ***a mesa***).
Objeto locado: entidade que se situa em algum lugar (***O dinheiro*** *está na carteira*).
Causa: entidade que provoca uma ação, reação ou o surgimento de algo, sem ter qualquer controle ou responsabilidade por esse desencadeamento (***Os raios*** *fizeram as casas ficarem sem energia*).
Objeto deslocado: entidade que se desloca de um ponto / para um ponto / num espaço (*Com o vento,* ***os papéis*** *foram todos ao chão*).

Fonte: elaborado pelo autor.

Os papéis temáticos estudados nesta seção não correspondem ao conjunto completo de papéis já propostos por diferentes estudiosos

do tema. Eles fornecem, no entanto, as ferramentas para que você consiga analisar um grande número de enunciados, identificando pelo menos uma parte dos papéis temáticos neles representados.

Sem medo de errar

Nesta seção, você ficou encarregado de explicar a um de seus leitores se e por que, na sentença *Deslizamento de ontem deixou dezenas de feridos*, o sujeito e o complemento se associam (ou não), respectivamente, ao papel temático de agente e de paciente. Confira a seguir uma solução:

É natural que você, caro leitor, tenha achado estranho dizer que *Deslizamento de ontem* é um agente nessa sentença e que *dezenas de feridos* seria o paciente, pois, na verdade, o estado de coisas que a sentença designa não corresponde a uma ação.

O papel de agente se caracteriza por corresponder à entidade que *controla* uma ação expressa pelo verbo. A entidade *deslizamento de ontem* não tem qualquer controle sobre deixar (*dezenas de feridos*). Na verdade, *deslizamento de ontem* é a *causa* do surgimento das dezenas de feridos e, por isso, tem um papel temático que recebe exatamente esse nome (*causa*). O papel temático de causa ocorre comumente quando um sintagma designa uma entidade não humana, inanimada, que não pode controlar qualquer evento que se caracterize como uma ação.

E quanto ao papel temático do complemento do verbo *deixar*, o sintagma nominal *dezenas de feridos*? Seria possível dizer que ele está associado ao papel de paciente? Ora, o paciente se caracteriza por ser a entidade que é afetada por uma ação, mas, em consonância com a intuição do leitor, a entidade *dezenas de feridos* não é afetada pela ação de *deixar*; na verdade, considerando-se o fato de a predicação de *deixar* sobre *deslizamento de ontem* influenciar a predicação do verbo sobre seu complemento, *deixar* sequer constrói um estado de coisas que representa uma ação.

O papel temático de *dezenas de feridos* é, na verdade, o de *objeto resultante*, que é a entidade correspondente ao resultado de um processo qualquer. As *dezenas de feridos* resultam do deslizamento,

e o verbo *deixar*, associado a esta última entidade, simplesmente explicita uma relação causal.

Exemplos como o seu, que permitem análises como esta, mostram a importância de tratar do conceito de papel temático em uma gramática (como fiz na minha), pois permitem discutir de modo mais profundo as relações semânticas que se estabelecem entre os constituintes da sentença, fazendo-nos deixar de lado a superficial explicação que se restringe à relação agente-paciente, presente em algumas gramáticas tradicionais.

Faça valer a pena

1. Há casos em que, havendo dois sintagmas nominais na sentença, associados a um verbo, os papéis temáticos representados por esses dois sintagmas estão em uma relação simétrica. Por exemplo: o primeiro sintagma pode corresponder a uma entidade que gosta de algo, e o segundo, à entidade correspondente à coisa de que se gosta.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que indica a relação entre os papéis temáticos simétricos descritos no exemplo:

a) Agente – paciente.

b) Agente – objeto da experiência.

c) Experienciador – paciente.

d) Causa – objeto da experiência.

e) Experienciador – objeto da experiência.

2. Dois exemplos de papéis temáticos associados aos sintagmas nas sentenças são o de *paciente* e o de *objeto resultante*. No caso do papel temático de paciente, quem o assume são as entidades, sintagmaticamente representadas, que são afetadas pela ação do verbo. Por outro lado, o papel de objeto resultante é assumido pela entidade que corresponde ao resultado de um processo expresso pelo verbo.

Com base nessa explicação, assinale o item em destaque que exerce o papel temático de *objeto resultante*.

a) As crianças esconderam **os brinquedos** na areia.

b) As meninas quebraram **a mesinha** da sala.

c) O rato roeu **a roupa** do rei.

d) Meu pai construiu **o novo hotel** da cidade.

e) **O carro** foi levado pela polícia.

3. Quando os diferentes sintagmas nominais constituem uma sentença, as entidades por eles designadas se tornam participantes de um estado de coisas, desempenhando nele um papel temático. Alguns desses papéis são o de agente, experienciador, causa, paciente, objeto resultante, objeto da experiência, beneficiário, instrumento, locativo, alvo, objeto deslocado e origem.

Considerando as peculiaridades de cada papel temático, relacione os itens em destaque nas sentenças da coluna à esquerda com seus respectivos papéis temáticos, na coluna da direita.

1. **O menino** foi ferido pel**o leão**.	A. Experienciador e objeto da experiência.
2. **Eu** detesto **jiló**.	B. Objeto resultante e agente.
3. **A caneta** foi fabricada por **uma empresa nova**.	C. Agente e origem.
4. **O bandido** fugiu d**a cadeia**.	D. Paciente e agente.

Assinale a alternativa com a associação correta:

a) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.

b) 1-A; 2-D; 3-B; 4-C.

c) 1-D; 2-A; 3-B; 4-C.

d) 1-B; 2-C; 3-A; 4-C.

e) 1-A; 2-C; 3-D; 4-B.

Seção 3.3

Combinando sentenças: a construção das sentenças complexas

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Você deve se lembrar de que, na morfossintaxe, as unidades linguísticas vão se combinando de diferentes modos e formando outras unidades maiores e mais complexas. Os morfemas, por exemplo, combinados, dão origem às palavras; as palavras, por sua vez, se combinam para formar os sintagmas; e os sintagmas se combinam para formar as sentenças. Nesta seção, vamos continuar estudando as combinações entre unidades linguísticas, que dão origem a novas unidades, e, desta vez, vamos combinar sentenças, a fim de constituir uma unidade chamada de *sentença complexa*.

Cotidianamente, quando usamos a língua, para falar, escrever ou ler, lidamos, na maior parte do tempo, com sentenças complexas, pois temos que combinar diversas informações para transmitir a mensagem que precisamos ou desejamos transmitir. Para que isso ocorra, nós colocamos em funcionamento nosso conhecimento intuitivo de falantes e usamos espontaneamente vários recursos gramaticais que nos permitem articular sentenças. Nesta seção, você vai estudar exatamente esses recursos.

Como tem feito ao longo desta unidade, você, como gramaticista, vai novamente responder ao comentário de um dos leitores que estão avaliando a primeira versão de sua gramática do português. Dessa vez, uma leitora chamou sua atenção para um tipo de sentença que, segundo ela, você se esqueceu de incluir em sua gramática: as sentenças adjetivas explicativas. Um exemplo dado pela leitora foi *Meus filhos, que moram comigo, sempre me ajudam com as tarefas domésticas*, em que a sentença *que moram comigo* é considerada uma sentença adjetiva explicativa.

Como você ainda não havia escrito sobre o assunto, ela lhe perguntou se era possível definir essas sentenças adjetivas como

aquelas que vêm separadas por vírgulas, pois já tinha ouvido essa explicação inúmeras vezes. Você considera que, do ponto de vista gramatical, essa explicação é suficiente para caracterizar as sentenças adjetivas explicativas? O critério do uso das vírgulas é um critério gramatical? Será que ele traz alguma limitação?

Seu desafio será solucionar esse problema e oferecer à sua leitora uma explicação adequada e baseada em critérios sintáticos para as sentenças adjetivas explicativas. Você deve explicar a ela se e por que o critério da pontuação seria ou não válido. Não se esqueça de, em sua explicação, comparar as sentenças adjetivas explicativas com as sentenças adjetivas restritivas e de tomar como base o exemplo apresentado pela leitora. Para solucionar esse problema, você deve se valer dos conceitos de *dependência e encaixamento* relacionados à construção das sentenças complexas.

Bom trabalho!

Não pode faltar

Sem muitos pormenores, a sentença complexa pode ser definida como a sentença formada por mais de uma sentença, ou, em outras palavras, a sentença que tem mais de um sintagma verbal. Se você parar e pensar, vai perceber que, quando falamos, escrevemos ou lemos, operamos, na maior parte do tempo, com sentenças complexas. Isso acontece porque, em diferentes tipos de discurso, tendemos a articular informações para construir a mensagem que queremos transmitir ao nosso interlocutor, e isso geralmente envolve usar vários verbos e várias sentenças. Observe o exemplo a seguir:

(1) Quando eu **era** criança, eu **gostava** muito de contos antigos; meus pais sempre me **contavam** as histórias que **tinham ouvido** de seus avós durante a infância. Meus irmãos **ouviam** as mesmas histórias e **ficavam** entediados.

Note que há, nesse trecho, seis sintagmas verbais e que, portanto, há seis sentenças. Ocorre que afirmamos haver seis sentenças por estarmos nos referindo a cada sentença separadamente. No entanto,

se observarmos o trecho com cuidado, veremos que algumas dessas sentenças estão combinadas e que, juntas, formam uma sentença maior. Observe o esquema (1a), em que os colchetes delimitam as sentenças complexas, e os parênteses, suas sentenças constituintes:

(1a) [(Quando eu **era** criança), (*eu* ***gostava*** *muito de contos antigos*)]; [(*meus pais sempre me* ***contavam*** *as histórias*) (*que* ***tinham ouvido*** *de seus avós durante a infância*)]. [(*Meus irmãos* ***ouviam*** *as mesmas histórias*) e (***ficavam*** *entediados*)].

O esquema (1a) nos mostra que o trecho em questão tem três sentenças complexas, formadas, cada uma, por dois sintagmas verbais (duas outras sentenças). Mas como sabemos disso? E que critério usamos para definir os limites entre essas sentenças? As sentenças complexas têm em comum o fato de decorrerem da *integração* entre sentenças. Sentenças integradas são aquelas apresentadas no enunciado de modo que constituam uma mesma unidade. Na fala, as integrações podem ser, em alguns momentos, delimitadas por pausas; e na escrita, por sinais de pontuação (ex.: ponto e vírgula e ponto-final), mas existem critérios sintáticos para identificar essa integração, e são estes os que mais nos interessam aqui.

Apesar de, quando lidamos com certos textos, as sentenças aparecerem separadas por recursos da escrita (como a pontuação), não podemos nos basear nesses recursos para estabelecer, gramaticalmente, os limites das sentenças que formam uma sentença complexa. A escrita pode assinalar os limites das sentenças no texto escrito, mas ela não cria esses limites, e sim os mecanismos linguísticos; caso contrário, não conseguiríamos fazer essas delimitações na fala e não nos compreenderíamos, tampouco saberíamos como delimitar as sentenças pela pontuação. Por esse motivo, é importante estabelecermos critérios gramaticais e outros critérios puramente linguísticos para delimitar sentenças complexas.

Os critérios usados para a delimitação de sentenças complexas são muito parecidos com aqueles que usamos anteriormente na identificação de sintagmas, com pequenas diferenças. Você se lembra de que, ao analisarmos os sintagmas, usamos os critérios de *dependência e encaixamento*? Estes são critérios sintáticos que nos

permitem dizer se um elemento depende ou não de outro e se, sendo dependente, exibe ou não um alto grau de coesão em relação a ele, encaixando-se nesse elemento. Usaremos esses mesmos critérios aqui para delimitar sentenças complexas e identificar seus tipos.

Observe primeiramente a sentença complexa [(*Quando eu* ***era*** *criança*), (*eu* ***gostava*** *muito de contos antigos*)]. Verifique agora se uma das sentenças constituintes depende da outra sintaticamente, isto é, se, para existir gramaticalmente, ela se apoia na existência de outra sentença. Vejamos: se proferirmos apenas a sentença *Quando eu era criança*, veremos que ela não forma uma unidade gramatical sintaticamente independente; ela se apoia na existência da sentença *eu* ***gostava*** *muito de contos antigos*. *Quando eu era criança* é, então, uma sentença dependente.

Agora, observe a sentença complexa [(*meus pais sempre me* ***contavam*** *as histórias*) (*que* ***tinham ouvido*** *de seus avós durante a infância*)] e perceba que, nela, a segunda sentença depende da primeira. Experimente dizer a segunda sentença, sem usar a primeira, e note que ela não parece estar bem formada gramaticalmente.

Uma sentença dependente sintaticamente de outra numa sentença complexa recebe o nome de **sentença subordinada**, e a sentença da qual ela é dependente, o de **sentença principal**. A esse fenômeno de dependência entre sentenças se dá o nome de **subordinação**.

É preciso considerar, no entanto, uma diferença entre as sentenças subordinadas que identificamos nesse exemplo: a sentença *Quando eu era criança* não está encaixada na sentença principal, enquanto a sentença *que tinham ouvido de seus avós*... exibe esse tipo encaixamento.

O encaixamento ocorre em um dos sintagmas da sentença principal; no exemplo, esse sintagma é o sintagma nominal que tem como núcleo *histórias* – *meus pais sempre me contavam* [*as histórias* [*que tinham ouvido de seus avós durante a infância*]]. Veja que a sentença introduzida por *que* está encaixada no sintagma em questão, em sua margem direita.

Sentenças subordinadas como a do primeiro tipo, que não se encaixam em outra, têm uma atuação semelhante à dos advérbios. Você se lembra de que os advérbios costumam não estar encaixados em sintagmas e que têm uma colocação muito variável na sentença (*A porta rapidamente abriu; a porta abriu rapidamente; rapidamente*

a porta abriu)? As subordinadas em questão têm essa mesma característica. Veja que poderíamos inverter a ordem das sentenças, e a sentença complexa ficaria bem formada: [(*eu* ***gostava*** *muito de contos antigos*) (*quando eu era criança*)]. Além disso, é preciso notar que a função sintática desse tipo de sentença na sentença complexa é a de *adjunto adverbial*, pois se trata de uma sentença que não atua como um argumento do verbo. É por essas razões que sentenças desse tipo (dependentes, não encaixadas e de colocação variável), são chamadas de **subordinadas adverbiais**, ou simplesmente *sentenças adverbiais*.

Reflita

Quando estudamos os sintagmas que exercem a função de adjunto adverbial, vimos que, apesar de sintaticamente dispensáveis, eles podem ser funcionalmente necessários no discurso. Você acha que o mesmo se aplica às sentenças subordinadas adverbiais?

Sentenças adverbiais são introduzidas por conjunções como *quando*, que aparece no exemplo; trata-se de *conjunções subordinativas adverbiais*, especializadas em introduzir sentenças dependentes não encaixadas de função adverbial. Você poderá ver outros exemplos, mais adiante, no Quadro 3.3.

Observe, agora, o caso da sentença encaixada que destacamos anteriormente, que constitui a sentença complexa [*meus pais sempre me contavam as histórias que tinham ouvido de seus avós*...]. Nesse caso, há encaixamento da sentença subordinada (*que tinham ouvido de seus avós*...) na principal (*meus pais sempre me contavam as histórias*) – [as histórias [*que tinham ouvido*...]]. Observe que a posição que a sentença assume no sintagma nominal corresponde à posição que os adjetivos costumam ocupar nele – por exemplo: [o vaso [*azul*]]. Como esse tipo de sentença subordinada exerce predicação sobre o nome do mesmo modo como o adjetivo o faz (*o vaso* ← *azul / as histórias* ← *que tinham ouvido*...), ela é chamada de **sentença subordinada adjetiva** (ou, simplesmente, *sentença adjetiva*) e, ocorrendo como elemento que se encaixa na margem direita do sintagma nominal (o caso do exemplo em questão), tem a função de *adjunto adnominal*, pois não é um item argumental (não foi selecionada por um predicador).

As sentenças adjetivas se relacionam com a sentença principal por meio de uma palavra-Q conhecida como *pronome relativo*. Essa palavra atua, simultaneamente, como um elemento conectivo e como um elemento anafórico, pois faz remissão a algo que foi apresentado na sentença principal. Em nosso exemplo, o pronome relativo retoma *as histórias*. Veja a seguir:

(1b) meus pais$_i$ sempre me contavam **as histórias** ***que*** *(ø$_i$) tinham ouvido...*

O elemento ao qual o pronome relativo se remete é chamado de *antecedente do pronome relativo*. Representada pelo pronome relativo na sentença subordinada, a entidade à qual o antecedente se refere passa a ter um papel temático no estado de coisas que a sentença subordinada descreve (no exemplo, o de objeto da experiência), de modo que o pronome relativo se constitui, sintaticamente, como um argumento do verbo dessa sentença: o *que* da sentença adjetiva atua como objeto direto do verbo *ouvir*. Veja que o sujeito desse verbo é um sujeito nulo, correferencial a *meus pais*, da sentença principal (o índice *i* subscrito indica essa correferencialidade). A correferencialidade é a propriedade que certas expressões têm de se referirem a uma mesma entidade, de terem o mesmo referente.

É preciso notar ainda que, em (1b), o antecedente *as histórias* e o pronome relativo *que* acabam desempenhando a mesma função sintática em sentenças distintas (tanto *as histórias* quanto *que* são objetos diretos, respectivamente, do verbo *contar* e do verbo *ouvir*). Porém, isso não acontece em todos os casos. Veja o exemplo a seguir:

(1c) meus pais sempre me contavam **as histórias** ***que*** lhes agradavam.

No exemplo (1c), em que a sentença subordinada adjetiva aparece reformulada, o pronome relativo *que* não mais atua como objeto direto. Ele desempenha, neste caso, a função de sujeito do verbo *agradar* (sendo proporcional a um pronome nominativo – [*elas*] *lhes agradavam*). Como se pode ver, a função sintática do pronome relativo se define não pela função do antecedente na sentença

principal, mas pelo modo como o verbo da subordinada organiza sua sentença, distribuindo funções a seus argumentos (incluindo papéis temáticos – em (1c), *que* representa um objeto da experiência, mas *as histórias*, um objeto resultante).

É preciso destacar que identificamos essas funções distintas apenas quando segmentamos as sentenças e as analisamos separadamente, porém, quando consideramos o encaixamento entre a sentença adjetiva e a principal, vemos que a adjetiva integra o sintagma ao qual ela se subordina na principal, constituindo com o antecedente do pronome relativo uma mesma função sintática (o mesmo argumento do verbo da sentença principal). Observe:

(1d) *meus pais sempre me contavam* ***as histórias que tinham ouvido****...*

Em (1d), todo o elemento destacado em negrito corresponde ao objeto direto do verbo contar, e não apenas *as histórias*. Isso está associado ao fato de sentenças adjetivas como essa, encaixadas no sintagma nominal, servirem como elementos que ajudam a identificar a entidade à qual o núcleo nominal se refere. Em (1d), com o uso de *que tinham ouvido*..., mostra-se que não se trata de quaisquer histórias, mas de histórias específicas (aquelas que os pais tinham ouvido de seus avós na infância). É por esse motivo que esse tipo de sentença adjetiva é chamado de *sentença adjetiva restritiva*; ela restringe a referência, ajuda a especificar uma entidade.

Exemplificando

Em alguns casos, o pronome relativo da sentença adjetiva restritiva se encaixa em um sintagma por meio de uma preposição. Veja o exemplo a seguir, em que o relativo *que* constitui um adjunto adverbial.

"Após a audiência pública, Dias Toffoli afirmou que ainda não é possível prever **[a data [em que o caso será julgado pelo plenário do Supremo]**". (EM DEBATE no STF, especialistas divergem sobre direito a esquecimento. **Folha de S. Paulo**, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/LCpQ5Q>. Acesso em: 23 jul. 2017.)

Há de se considerar, no entanto, o fato de haver sentenças adjetivas que não integram o sintagma constituído pelo antecedente do pronome relativo. Trata-se das sentenças adjetivas **explicativas** ou **apositivas**, que, integrando uma sentença complexa, dependem de uma sentença principal, mas não se encaixam nela sintagmaticamente. Observe este exemplo:

(1e) meus pais sempre me contavam [*as histórias que tinham ouvido*...]$_i$, [***que***]$_i$ **eram contadas a todos os membros da família**.

Na sentença complexa (1e), a sentença destacada é uma sentença adjetiva, que se subordina à (depende da) sentença principal pelo fato de o pronome relativo que a constitui retomar um elemento presente na principal, o antecedente *as histórias que tinham ouvido*... (correferencial a *que*). Semelhantemente ao que ocorria nas adjetivas encaixadas, o pronome relativo exerce um papel na subordinada (neste caso, o de sujeito). A grande diferença é que, diferentemente do que ocorria com as restritivas, a sentença adjetiva apositiva não integra o sintagma constituído pelo antecedente – [as histórias que tinham ouvido...], não servindo propriamente para especificar a entidade referida nesse sintagma. Na fala, a diferença entre elas é marcada por pausas. As apositivas ocorrem, em geral, depois de uma pausa, enquanto isso não costuma ocorrer com as restritivas. Na escrita, essa distinção é representada pelo uso das vírgulas nas duas extremidades da sentença adjetiva explicativa; as restritivas não vêm entre vírgulas.

Até aqui, vimos dois tipos de sentenças subordinadas, as adverbias e as adjetivas, mas há um terceiro tipo a considerar, que são as chamadas **subordinadas substantivas** (*sentenças substantivas*) ou **sentenças completivas** (assim chamadas especialmente quando exercem função de complemento). As sentenças subordinadas substantivas recebem esse nome porque desempenham os papéis que sintagmas nominais desempenham em sentenças simples: são argumentos de um predicador. Veja um exemplo:

(2) Eu **sabia que meus irmãos não gostavam das histórias**; todos percebiam **que eles não viam a hora de elas acabarem**.

No excerto (2), as sentenças subordinadas destacadas também se encaixam em um sintagma, como ocorria com as adjetivas restritivas – [sabia [que meus irmãos não gostavam das histórias]]; [percebiam [que eles não viam a hora de elas acabarem]]. A diferença é que, no caso das substantivas, o elemento que liga a subordinada à sentença principal (*Eu sabia.../todos percebiam*...), o elemento *que*, não tem uma função sintática dentro da sentença subordinada (veja que o *que* dessas sentenças não faz remissão – por anáfora – a qualquer elemento da sentença principal. Diferentemente dos pronomes relativos, os elementos que ligam a sentença subordinada à sentença principal são conjunções (elementos puramente conectivos), e de um tipo muito específico, conhecido como *conjunção integrante* ou *elemento complementizador* (nome que se refere ao fato de *introduzirem* sentenças que se encaixam tipicamente na margem direita de sintagmas e que correspondem a um argumento).

Nas sentenças destacadas em (2), as subordinadas substantivas correspondem a um dos argumentos dos verbos predicadores *saber* e *perceber* e desempenham a função sintática de complemento do tipo *objeto direto*. A presença de verbo predicador de sentença na sentença principal é o que a torna uma sentença principal, pois o argumento do verbo (a subordinada) sempre será um elemento dependente.

Note que as sentenças subordinadas em questão desempenham um papel temático: os verbos *saber* e *perceber* nessas sentenças designam experiências; nelas, o papel de *experienciador* é assumido por *Eu* (*Eu sabia*) e por *Todos* (*Todos percebiam*); por outro lado, as sentenças subordinadas substantivas designam o *objeto da experiência* (aquilo que *Eu* sabia e aquilo que *Todos* percebiam).

Pesquise mais

Em algumas classificações, são consideradas *subordinadas* apenas as sentenças que dispõem, simultaneamente, dos traços [+dependência] e [+encaixamento]. Confira uma discussão sobre esse tema em:

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/5afWCe>. Acesso em: 13 jul. 2017.

A análise e a conceituação das sentenças subordinadas que fizemos até aqui tomaram como ponto de partida as duas primeiras sentenças complexas do trecho (1), que destacamos no esquema (1a). Falta caracterizar a terceira sentença complexa do trecho, assim destacada em (1a): [(*Meus irmãos* ***ouviam*** *as mesmas histórias*) e (***ficavam*** *entediados*)].

Nesse caso, estamos novamente diante de duas sentenças em integração, mas, agora, essa integração não envolve encaixamento (nenhuma das sentenças destacadas entre parênteses se encaixa em um sintagma da outra) e também não envolve dependência; veja que *Meus irmãos ouviam as mesmas histórias* e *(ø) ficavam entediados* são sentenças sintaticamente independentes, que poderiam subsistir sozinhas. O fenômeno pelo qual duas sentenças se integram sem que uma se encaixe na outra e sem que uma dependa sintaticamente da outra é chamado de **coordenação**.

Quando há um elemento que *explicita* a integração entre essas sentenças, uma *conjunção coordenativa* (no exemplo, a conjunção *e*), elas recebem o nome de *coordenadas sindéticas* ou *conjuncionais* (em que há elemento de ligação). Veja que, diferentemente das conjunções complementizadoras (integrantes) das sentenças subordinadas substantivas, as conjunções coordenativas não podem ser consideradas como parte de qualquer uma das sentenças que elas relacionam (não haveria como dizer que o *e* faz parte da primeira ou da segunda sentença). Uma boa forma de demonstrar isso é atentar para o fato de ser possível omitir a conjunção entre elas. Veja:

(1f) *Meus irmãos ouviam as mesmas histórias, ficavam entediados e saíam*.

Sentenças coordenadas como as duas primeiras de (1f), entre as quais não há conjunção, são chamadas de *sentenças justapostas*, porque simplesmente se justapõem uma à outra, ou de *sentenças coordenadas assindéticas* (porque não têm *síndeto* – presença de um elemento de ligação). A coordenação envolve a relação entre dois elementos que têm a mesma natureza sintática, e essa relação pode se dar entre sentenças e entre termos de uma sentença. Observe:

(3) Eles não gostavam das histórias e caçoavam do meu interesse. Meu pai e minha mãe os reprendiam todas as vezes.

Em (3), a primeira coordenação envolve uma relação entre sentenças, mas a segunda envolve a relação entre dois sintagmas nominais (*meu pai* e *minha mãe*). Note-se que ambos os sintagmas assumem na sentença a função de sujeito do verbo *repreender*.

Assimile

As sentenças coordenadas e subordinadas podem ser caracterizadas pelos traços sintáticos de *dependência* e *encaixamento* do seguinte modo (em que o sinal + indica presença do traço e o sinal - indica ausência):

S. coordenadas: [-dependência], [-encaixamento]

S. subordinadas adverbiais: [+dependência], [-encaixamento]

S. subordinadas adjetivas restritivas: [+dependência], [+encaixamento]

S. subordinadas adjetivas explicativas: [+dependência], [-encaixamento]

S. subordinadas substantivas: [+dependência], [+encaixamento]

As sentenças subordinadas e coordenadas apresentadas aqui foram diferenciadas por meio de critérios sintáticos. Há de se considerar, no entanto, o fato de que os diferentes procedimentos de subordinação e coordenação são usados para atender a determinadas demandas comunicativas. Os falantes usam esses recursos para combinar informações e transmitir uma mensagem a seu interlocutor e, com isso, acabam fazendo com que as sentenças estabeleçam entre si diferentes nexos semânticos. Como esses nexos ocorrem *entre* sentenças, eles são chamados de **nexos intersentenciais**. O Quadro 3.3 apresenta alguns desses nexos, associando-os ao uso de algumas conjunções e aos diferentes tipos de sentença que estudamos:

Quadro 3.3. | Nexos intersentenciais em sentenças coordenadas e subordinadas

Nexo	Tipo de sentença	Conjunção	Exemplo
adição	coordenada	*e*	As crianças brincavam **e** sorriam.
opção/alternativa	coordenada	*ou*	Devo sair **ou** ficar em casa?
adversidade	coordenada	*mas, embora, porém*	O bolo está bonito, **mas** não está gostoso.

conclusão	coordenada	*portanto, logo*	A luz acabou, **logo**, não haverá festa.
explicação/ justificativa	coordenada	pois, que, porque	Vou embora, **que** já está tarde.
tempo	subordinada adverbial	quando, enquanto, depois que etc.	**Quando** cheguei em casa, a porta estava aberta.
condição	subordinada adverbial	*se, caso, desde que*	Só saio **se** você me convidar.
causa	subordinada adverbial	porque, como, já que	Não fui **porque** você não me convidou.
dúvida	subordinada substantiva	*se*	Preciso saber **se** você vai.
certeza	subordinada substantiva	*que*	Ele disse **que** você vai. (estou certo de que ele disse)

Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo analisado as diferentes sentenças complexas que representam os processos linguísticos de coordenação e subordinação, você deve ter notado que duas classes de palavras se destacam quando falamos desse tipo de sentença: o pronome relativo (uma palavra-q) e as conjunções. Entre as palavras de classe fechada, estes são os elementos que mais diretamente se associam à construção da sentença complexa.

Você também deve ter percebido que fenômenos que ocorriam nos sintagmas e nas sentenças simples ocorrem igualmente ou semelhantemente na sentença complexa; basta atentar para elementos como a dependência, o encaixamento, as funções sintáticas e os papéis temáticos. Isso mostra que a morfossintaxe nada mais é que o resultado de uma série de combinações, que têm seu início na morfologia e se desenvolvem até alcançar a complexidade das sentenças integradas.

Sem medo de errar

Seu desafio nesta seção é solucionar a questão de uma leitora que perguntou se é possível definir as sentenças adjetivas explicativas como *aquelas que vêm separadas por vírgulas*. Usando

o exemplo dado por ela (*Meus filhos, que moram comigo, sempre me ajudam com as tarefas domésticas*), você deve explicar como as adjetivas explicativas se caracterizam gramaticalmente. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio:

Cara leitora, de fato, é muito comum que algumas pessoas, incluindo alguns professores de português, digam que as sentenças adjetivas explicativas, como a do seu exemplo, sejam *aquelas que vêm separadas por vírgulas*. A verdade, no entanto, é que esse critério para identificar esse tipo de sentença adjetiva não é um critério gramatical. Além disso, ele pressupõe que essas sentenças já estejam delimitadas na escrita, o que não ocorre sempre.

Imagine uma situação em que alguém esteja escrevendo um texto e precise separar por vírgulas as adjetivas explicativas. Como essa pessoa vai fazer isso se a única definição que ela conhece é a que diz que as explicativas estão separadas por vírgulas? Ora, no texto dela, elas ainda não estão.

O que caracteriza gramaticalmente as sentenças adjetivas explicativas é o fato de (1) serem sentenças que dependem de outra (sendo, portanto, sentenças subordinadas) e (2) o fato de não se encaixarem em um sintagma da sentença principal, o que ocorre com as adjetivas restritivas. Desta última propriedade decorre que as sentenças adjetivas explicativas não são usadas para delimitar a entidade, ou o grupo de entidades, à(s) qual(is) o núcleo do sintagma nominal antecedente se refere.

Vejamos seu exemplo: *Meus filhos, que moram comigo, sempre me ajudam com as tarefas domésticas*. Nessa sentença complexa, a sentença *que moram comigo* não está sendo usada para indicar que, entre os filhos de tal pessoa, aqueles que moram com ela a ajudam com as tarefas, e sim que todos os filhos dessa pessoa moram com ela (a adjetiva traz uma informação a mais sobre os filhos, uma explicação que não é usada para delimitar um grupo de pessoas). Quando essa é a função da adjetiva, a sentença não se encaixa no sintagma antecedente, e é a consciência desse uso específico que leva alguém a usar as vírgulas.

Por outro lado, se interpretássemos a sentença subordinada adjetiva como uma restritiva, *que moram comigo* se encaixaria

no sintagma *meus filhos* – [*Meus filhos que moram comigo*] *me ajudam com as tarefas domésticas*. Neste caso, a sentença adjetiva seria usada para delimitar um grupo de filhos dentro de um grupo maior. Subentende-se, neste caso, que a pessoa tem certo número de filhos e que, entre eles, só aqueles que moram com ela a ajudam com as tarefas domésticas. A consciência dessa função é o que leva ao não uso das vírgulas.

Vemos assim que, embora as vírgulas sejam necessárias para diferenciar os dois tipos de sentença adjetiva na escrita, por meio de uma convenção, não são as vírgulas (ou a falta delas) que explicam a natureza das sentenças. A língua natural e suas manifestações independem da escrita para existirem, sendo esta um modo de representá-las.

Faça valer a pena

1. A presença ou a ausência das propriedades linguísticas de *dependência* e *encaixamento* define os diferentes tipos de sentenças que integram sentenças complexas. Essas propriedades se combinam de diferentes modos; por exemplo: uma sentença pode ser dependente, mas não encaixada.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que indica uma sentença que dispõe, simultaneamente, dos traços [+dependência] e [-encaixamento]:

a) Sentenças adjetivas restritivas.

b) Sentenças substantivas.

c) Sentenças coordenadas assindéticas.

d) Sentenças adverbiais.

e) Sentenças coordenadas justapostas.

2. Em algumas sentenças complexas, a associação entre suas sentenças constituintes é explicitamente marcada pelo uso de certas palavras

de classe fechada. Essas palavras de classe fechada são chamadas de conjunções e pronomes relativos.

Sobre esses dois tipos de palavra, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

( ) As conjunções são, simultaneamente, elementos anafóricos e de ligação.

( ) Os pronomes relativos introduzem sentenças adverbiais.

( ) Conjunções e pronomes relativos são elementos conectivos.

( ) Conjunções e pronomes relativos constituem sentenças subordinadas.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

a) F; F; V; V.

b) F; F; F; V.

c) F; V; V; V.

d) V; F; V; V.

e) V; F; V; F.

3. As sentenças adjetivas restritivas se caracterizam por, além de serem dependentes de uma sentença principal, encaixarem-se em um dos sintagmas dessa sentença. Apesar disso, como as demais, as adjetivas têm um verbo que organiza a sentença do mesmo modo como os verbos das principais fazem, selecionando seus argumentos e se associando a seus adjuntos.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que exibe corretamente o **encaixamento** da sentença adjetiva restritiva em uma sentença principal.

a) **[As pessoas] [que não votaram durante o primeiro turno]** poderão votar no segundo.

b) **[As pessoas [que não votaram]]** durante o primeiro turno poderão votar no segundo.

c) **[As pessoas [que não votaram durante o primeiro turno]]** poderão votar no segundo.

d) **[As pessoas [que não votaram durante o primeiro turno poderão votar]]** no segundo.

e) As pessoas **[que não votaram durante o primeiro turno]** poderão votar no segundo.

Referências

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. O verbo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português culto falado no brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. v. 3, p. 65-242.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto: 2013.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática resumida**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

Colocação e concordância

Convite ao estudo

Prezado aluno,

Esta unidade é dedicada ao estudo de dois fenômenos morfossintáticos de extrema relevância para o português e para outras línguas naturais: a colocação e a concordância. A colocação é a ordenação de elementos linguísticos em uma unidade gramatical, elementos que precisam, em qualquer situação (e em qualquer língua), ser apresentados em alguma ordem, e a concordância é o compartilhamento de traços morfológicos entre alguns elementos que se relacionam no enunciado. Esse compartilhamento de traços está presente em algumas línguas, como o português.

Nessa etapa, você terá acesso a novos exemplos de como a morfologia e a sintaxe se articulam para produzir gramática, especialmente quando tratarmos de concordância, e de como as palavras, a depender da classe a que pertençam e das funções que exerçam no sintagma e na sentença, atuam nos diferentes fenômenos gramaticais. Você verá que as palavras de diferentes classes são ordenadas de diferentes modos nas unidades linguísticas e que, enquanto certas palavras são afetadas pelo fenômeno da concordância, outras são imunes a ele.

Ao longo desta unidade, você se colocará no lugar de um jornalista recém-formado que acabou de ser contratado por um jornal de grande circulação. No seu novo trabalho, em que você vai lidar especificamente com o português escrito, e, ainda mais especificamente, com o português em textos jornalísticos, você terá a responsabilidade de fazer escolhas gramaticais adequadas aos gêneros discursivos com os quais estiver trabalhando e,

quando escrever sobre qualquer assunto que trate da língua portuguesa, precisará fazer uso das informações corretas sobre o funcionamento da língua. Essas escolhas deverão ser tomadas depois de muita reflexão sobre os usos da língua portuguesa no Brasil.

Você já parou para pensar em como as escolhas gramaticais podem dar lugar a diferentes modos de transmitir uma mensagem jornalística? Já pensou na responsabilidade que os jornalistas, como redatores que alcançam um grande número de pessoas, têm na disseminação e/ou na manutenção de ideias sobre a língua? Pois bem, nesta unidade, você terá a oportunidade de refletir um pouco sobre isso.

Na primeira seção desta unidade, você vai estudar a colocação, que é o fenômeno gramatical da ordenação dos elementos linguísticos em um enunciado; nela, você estudará diferentes fenômenos de colocação no português, como a ordenação dos elementos no sintagma e a colocação dos pronomes clíticos. A segunda seção se dedicará a um pronome clítico de uso extremamente complexo no português (o clítico *se*). Tal seção integra esta unidade pelo fato de seu uso estar associado a certas regras de colocação e de concordância. Por fim, a terceira seção tratará, exclusivamente, dos diferentes fenômenos da concordância no português.

Aproveite o conteúdo, e bom trabalho!

Seção 4.1

Colocação: ordenando elementos na sentença

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você se lembra de que toda língua tem uma gramática e de que a gramática é o conjunto de regras que determinam como as formas linguísticas podem se combinar? Essa combinação pode ser estudada de diferentes modos. Um deles envolve a observação dos tipos de elementos que se relacionam (você fez isso em momentos anteriores da disciplina, por exemplo, quando identificou os tipos de sintagma que se combinam com diferentes tipos de verbo na predicação verbal). Outro modo de estudar a combinação em questão é observar como esses tipos de elementos são ordenados na unidade gramatical (seja ela qual for: uma palavra, um sintagma, uma sentença simples etc.).

Nesta seção, vamos nos dedicar a esse segundo modo de estudar a combinação entre os elementos gramaticais e chamaremos o fenômeno de ordenação em questão de *colocação*. Você entenderá o que é a colocação nas línguas naturais e, posteriormente, estudará os diferentes fenômenos de colocação no português.

Lembre-se de que, nesta unidade, você deve se colocar no lugar de um jornalista recém-formado que acabou de ser contratado por um jornal de grande circulação. Em seu primeiro dia de trabalho, você se deparou com um problema que deverá resolver para conseguir entregar um texto que será publicado em breve pelo jornal: você ficou encarregado de escrever uma notícia sobre as inscrições para um concurso público de *fiscal de obras* que serão abertas em breve, informação obtida em primeira mão pelo jornal.

Sua dúvida, depois de ter concluído a notícia, está relacionada ao título que deve dar a ela. Você ficou em dúvida entre as seguintes opções: *As inscrições para o concurso de fiscal de obras começam hoje* e *Começam hoje as inscrições para o concurso de fiscal de obras*. As duas sentenças são bem formadas do ponto de vista

gramatical e, aparentemente, têm o mesmo sentido. O que pode ter levado, então, você a ficar em dúvida? Será que a alteração na colocação do sujeito (anteposto ao verbo, na primeira sentença, e posposto ao verbo, na segunda) produz algum efeito?

Você deverá tomar uma decisão e escolher um dos títulos, já que a notícia será publicada em breve, mas, para chegar a essa decisão, deverá conseguir justificar sua escolha, demonstrando estar consciente do funcionamento dos dois enunciados. Seu desafio consiste em (i) escolher um dos enunciados, levando em conta o fato de que a informação em questão será publicada de forma inédita pelo jornal, e (ii) justificar sua escolha, explicando os diferentes efeitos de sentido produzidos pelo uso de cada enunciado. Para cumprir esse desafio, você deverá se valer dos conceitos de *colocação, tema/rema* e *dado/novo*, que serão estudados ao longo da seção. Bom trabalho!

Não pode faltar

Vimos anteriormente que todas as línguas naturais se expressam por meio de determinadas formas e que as regras que determinam o modo como elas se combinam constituem o que chamamos de *gramática*. Até o momento, destacamos, nessa combinação, os tipos de elementos que se combinam: vimos os tipos de palavras que se associam a um núcleo sintagmático, os tipos de sintagmas com os quais um verbo se relaciona para formar uma sentença (sintagmas nominais, preposicionais etc.), os tipos de sentenças subordinadas que se associam a uma sentença principal, entre outros.

Nesta seção, vamos destacar outro aspecto da combinação entre os elementos linguísticos: a *colocação*. A colocação é o modo como os elementos linguísticos são ordenados no enunciado; em outras palavras, é um conjunto de regras linguísticas que determinam *o que se coloca antes ou depois do que* no enunciado. Como nesta disciplina estamos lidando com a morfossintaxe, interessa-nos analisar a colocação no nível da palavra (a colocação dos morfemas), no nível dos sintagmas (a colocação das palavras de classe aberta e fechada e de outros elementos) e no nível da sentença simples e complexa (a colocação de sintagmas e de sentenças).

Para isso, é preciso, primeiramente, entender como a colocação funciona nas línguas em geral e, então, como ela funciona no português. Em todas as línguas naturais, a colocação é um componente da gramática, e suas diferentes configurações podem ter efeitos sobre (i) a gramaticalidade do enunciado, (ii) o sentido do enunciado e (iii) a distribuição da informação no enunciado.

Em algumas línguas, a alteração na ordem natural dos elementos em uma unidade linguística pode tornar essa unidade agramatical (uma construção estranha aos falantes dessa língua). As línguas que apresentam uma ordem mais fixa são chamadas de **línguas configuracionais**, e as línguas que apresentam uma ordem mais livre são chamadas de **línguas não configuracionais**. O português é considerado uma língua não configuracional, pois a colocação de seus constituintes é relativamente variável. Essa variação de colocação, no entanto, não é possível em todos os contextos gramaticais, como veremos adiante.

No nível morfológico, o português, tanto aquele que é falado em Portugal quanto aquele que é falado no Brasil, exibe uma colocação fixa; radicais, morfemas flexionais e derivacionais costumam ocupar as mesmas posições. Observe, por exemplo, as palavras *infelizmente* e *escadas*. Na primeira, os afixos derivacionais *in-* e *-mente* estão ocupando sua posição fixa (respectivamente, antes e depois do radical, em qualquer palavra); na segunda, o sufixo flexional -s (indicador de plural) ocupa também uma posição comum a todas as palavras às quais se aplica (depois do radical).

No nível sintagmático, a história muda um pouco. A depender do tipo de sintagma e do tipo de palavra ou sintagma que se associam ao núcleo sintagmático, a colocação é mais variável ou menos variável. Vejamos primeiramente o caso dos sintagmas nominais, que têm como núcleo, em geral, um substantivo: numa **ordem de base** (ou *ordem não marcada*, a ordem mais comum que os elementos gramaticais de uma língua seguem), a margem esquerda dos sintagmas nominais é ocupada por palavras de classe fechada (conhecidas como especificadores ou determinantes), e a margem direita é ocupada por palavras de classe aberta, que em geral fazem parte de sintagmas adjetivais e preposicionais. Numa ordem marcada, que é uma ordem menos comum, mas, ainda assim, gramatical, os elementos mencionados podem ser distribuídos no sintagma de

um modo diferente. Há, no entanto, algumas restrições, que, se não forem seguidas, tornam a sentença agramatical. Veja os exemplos a seguir, em que os sintagmas nominais estão entre colchetes e os elementos dependentes do núcleo estão em itálico (as estruturas de ordem não marcada estão em negrito):

(1) (a) **Comi [*todos os meus* doces] hoje**.

(b) * Comi [*os todos meus* doces] hoje.

(c) Comi [*meus* doces *todos*] hoje.

(d) * Comi [*meus os* doces] hoje.

(e) Comi [*os* doces *meus*]; os seus ainda estão lá.

(f) * Comi [*meus* doces *os*]; os seus ainda estão lá.

(g) **Comi [*aqueles meus* doces] hoje**.

(h) * Comi [*meus* doces *aqueles*] hoje.

(i) * Comi [*meus aqueles* doces] hoje.

(j) **Comi [*todos aqueles meus* doces] hoje**.

(2) (a) **Não comi [*nenhum* doce] hoje**.

(b) Não comi [doce *nenhum*] hoje.

(c) **Não comi [*nenhum* doce *gostoso*] hoje**.

(d) Não comi [*nenhum bom* doce] hoje.

(3) (a) **Comi [doce *de abóbora*]**.

(b) * Comi [*de abóbora* doce].

(4) (a) Ele é [*um grande* professor].

(b) **Ele é [*um* professor *grande*]**.

Os exemplos (1-4) apresentam diferentes colocações de palavras de classe aberta e de palavras de classe fechada no sintagma nominal. Em alguns casos, a alteração na ordem de base produz uma sentença agramatical, representada por "*"; em outros, a alteração produz uma sentença bem formada.

Veja que alguns especificadores, como quantificadores indefinidos do tipo *nenhum/todos* e possessivos, podem sair de sua posição típica (a margem esquerda do sintagma) para ocupar a margem direita – exemplos 1c, 1e e 2b. Por outro lado, outros especificadores,

como os artigos (*o*/*a*) e os demonstrativos (*esses, aqueles* etc.), só podem ocupar a margem esquerda. A colocação desses elementos na margem direita torna a unidade sintática agramatical – veja os exemplos 1f e 1h. Note também que, mesmo na margem esquerda, a ordem dos especificadores é importante em alguns casos: o artigo e o demonstrativo, por exemplo, ocupam, em geral, a primeira posição do sintagma (exemplos 1e e 1g); a colocação desses elementos depois de outro especificador torna a sentença agramatical (exemplos 1d e 1i), exceto quando se trata especificamente do quantificador indefinido *todos*, que, quando presente na margem esquerda, tende a ocupar a primeira posição – veja os exemplos 1a e 1j. Quando isso ocorre, o artigo e o demonstrativo ocupam necessariamente a segunda posição.

Quando atentamos, por outro lado, para a colocação dos adjetivos e dos sintagmas preposicionais no sintagma nominal, vemos que a colocação só é variável no caso dos adjetivos: em 2c e 4b, o adjetivo aparece em sua posição típica (na margem direita do sintagma nominal), mas, em 2d e 4a, ele aparece antes do núcleo. Em contrapartida, a anteposição do sintagma preposicional torna a sentença agramatical (compare 3a a 3b).

Reflita

Sabendo que a preposição é um item relacional, isto é, uma palavra usada para relacionar dois outros elementos, reflita sobre a agramaticalidade da sentença **Comi de abóbora doce* (no lugar de *Comi doce de abóbora*). Você acha que tal característica da preposição está presente nessa sentença? A presença ou ausência da característica explica a agramaticalidade?

É preciso notar que a mudança de colocação dos elementos no sintagma nominal pode alterar o sentido do enunciado. Observe esse fenômeno comparando 4a a 4b. Em 4a, o sintagma nominal *um grande professor* se refere, provavelmente, a um professor que exerce sua profissão com excelência (um ótimo professor, um excelente professor); por outro lado, o sintagma nominal de 4b, *um professor grande*, parece se referir a uma característica física do professor (ser alto, por exemplo).

Há de se considerar, ainda, como são ordenados os elementos em outros tipos de sintagmas, nos quais a colocação tende a ser mais fixa do que a que ocorre no sintagma nominal. Veja:

(5) (a) Hoje [vou acordar] cedo.
(b) * Hoje [acordar vou] cedo.

(6) (a) Vou preparar um prato [bem gostoso].
(b) * Vou preparar um prato [gostoso bem].

(7) (a) [Muito provavelmente], ela não virá.
(b) * [Provavelmente muito], ela não virá.

O exemplo (5) nos mostra que os verbos auxiliares têm uma colocação fixa no sintagma verbal (sempre à esquerda do núcleo); o mesmo ocorre com os advérbios de intensidade que constituem os sintagmas adjetivais, como em (6), e adverbiais, como em (7).

Pesquise mais

Nas páginas indicadas da obra a seguir, você tem acesso a uma descrição sistemática das posições que as palavras de diferentes classes ocupam na margem esquerda e direita do sintagma nominal.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009, p. 95-112.

Quando passamos para o nível da sentença simples, vemos que há, também, diferentes graus de variação na colocação dos elementos, e a variação depende do tipo de constituinte observado. Como vimos anteriormente, os adjuntos adverbiais são os constituintes que dispõem de maior mobilidade na sentença. Observe os exemplos a seguir, em que *durante a viagem* desempenha a função de adjunto adverbial:

(8) (a) *Durante a viagem*, eu pratiquei diferentes esportes.
(b) Eu, *durante a viagem*, pratiquei diferentes esportes.

(c) Eu pratiquei, *durante a viagem*, diferentes esportes.

(d) * Eu pratiquei diferentes *durante a viagem* esportes.

(e) Eu pratiquei diferentes esportes *durante a viagem*.

Veja que, em (8), o adjunto adverbial *durante a viagem* consegue ocupar quase todas as posições na sentença, exceto aquela em que ele separaria o adjetivo *diferentes* do substantivo esportes, elementos que constituem um sintagma nominal – [diferentes esportes].

Quando se trata do sujeito e dos complementos, por outro lado, a variação tende a ser um pouco menor. Para entender o motivo disso, é preciso levar em conta a ordem de base do português na colocação dos constituintes sentenciais: em termos de ordenação de funções sintáticas, o português é considerado uma língua de estrutura **SVO**, pois sua ordem de base é ***S****ujeito* – ***V****erbo* – ***O****bjeto*. O exemplo a seguir demonstra essa ordem:

(9) O aluno^{S} terminou^{V} a redação^{O}.

Há, no entanto, casos de ordem marcada, que permitem outras combinações.

(10) O aluno^{S} a redação^{O} terminou^{V}. (SOV)

(11) A redação^{O} o aluno^{S} terminou^{V}. (OSV)

(12) Terminou^{V} o aluno^{S} a redação^{O}. (VSO)

(13) Terminou^{V} a redação^{O} o aluno^{S}. (VOS)

Os casos apresentados nos exemplos (10-13) são casos de ordem marcada porque se manifestam em contextos mais restritos. Observe os exemplos e pense em qual é a probabilidade de você usar cada um deles na fala ou em um texto que não seja literário. Talvez você tenha achado os exemplos (10), (12) e (13) os mais improváveis e acredite que o exemplo (11) seja usado em certos contextos, incluindo contextos de fala.

O seguinte exemplo pode explicar o uso provável de (11): imagine uma situação em que, numa sala de aula onde está sendo aplicada

uma prova, todos os alunos a tenham terminado, exceto um; alguém pergunta, então, à professora: "Falta muito para o aluno terminar?", e ela responde: "Bom, *a redação* o aluno terminou". Veja que, nesse contexto, a ordem OSV foi oportuna para que a professora apresentasse *a redação* como o elemento do qual ela queria falar naquele momento, indicando que um dos componentes da prova (talvez o mais difícil) o aluno já tinha resolvido. Esse exemplo nos mostra que a colocação na sentença está associada a distintos modos de apresentar informações, que permitem indicar um elemento como **algo do que se está falando** (*a redação*) e outro como **aquilo que se fala desse algo** (*o aluno terminou*). O elemento que representa aquilo do que se está falando na sentença é chamado de **tema**, o ponto de partida da mensagem veiculada pela sentença (HALLIDAY, 1967), e aquilo que se fala do tema recebe o nome de **rema**. Em português, podemos dizer que o tema é o elemento que ocupa a posição inicial da sentença, e o rema é tudo o que vem depois.

O modo como a informação é distribuída na sentença está associado a necessidades comunicativas que vão aparecendo no discurso. Em certos momentos, o falante julga mais adequado apresentar o sujeito como tema, o que ocorre no exemplo (9); em outros, pode parecer mais adequado apresentar como tema o objeto, o que ocorre no exemplo (11); há ainda os casos em que o ponto de partida da mensagem é o próprio verbo, como demonstram os exemplos (12) e (13).

A articulação **tema-rema** (conhecida entre alguns linguistas como **tópico-comentário**) não deve ser confundida com o conceito de *tópico discursivo*, usado na Linguística Textual e na Análise da Conversação. Enquanto este último se refere a uma unidade de análise textual, entendida, grosso modo, como o assunto para o qual convergem os diferentes enunciados no discurso (JUBRAN, 2015), a articulação tema-rema envolve uma relação presente em uma sentença específica: a relação entre **algo de que se fala** (*tema*) e **aquilo que se fala desse *algo*** (*rema*).

A articulação tema-rema costuma estar associada a outra articulação, conhecida como *dado-novo* (uma relação entre a informação dada e a informação nova). Entende-se como *dado* a informação que é supostamente compartilhada ou mais identificável pelos interlocutores, e o *novo* corresponde a uma informação supostamente desconhecida ou menos conhecida (CASTILHO, 2010).

No português, existe uma tendência de a informação dada ser apresentada no constituinte inicial da sentença (o tema) e de a informação nova corresponder à porção sentencial posterior (o rema). Para verificarmos essas relações, convém retomar o exemplo (11) e o contexto hipotético de sua aplicação mencionado anteriormente: em *A redação o aluno terminou*, é plausível supor que o objeto direto *a redação* (o tema) é apresentado como um elemento supostamente identificável pelo interlocutor (aquele que perguntou se faltava muito para que o aluno terminasse a prova). Quando a professora faz referência à redação, em sua resposta, provavelmente supõe que seu interlocutor saiba que a redação é um componente da prova (trata-se de uma informação dada). O que o interlocutor provavelmente não sabe é que o aluno já terminou a redação (a informação nova).

Ainda que a ordenação dos constituintes na sentença possa variar, sendo influenciada por fatores funcionais, a colocação segue algumas regularidades na língua. Em relação à colocação do sujeito, por exemplo, pesquisas no português brasileiro falado já constataram uma preferência dos falantes pela ordem SV – preferência de 60% contra 40% da ordem VS, conforme pesquisa apresentada por Castilho (2010). Um fenômeno linguístico que favorece a colocação SV é a realização de sujeito foneticamente leve, que contém até sete sílabas, sendo um tipo de sujeito muito comum (ex.: ***Eu***^{S} *acordei*^{V} em vez de *Acordei*^{V} ***eu***^{S}). Por outro lado, sujeitos foneticamente pesados (com mais de sete sílabas), favorecem a ordem marcada (VS). Bons exemplos de sujeitos foneticamente *pesados* são aqueles que atuam como sentenças subordinadas substantivas, como mostra o exemplo a seguir:

(14) Para o cadastro, é imprescindível [que você traga todos os seus documentos].

Se considerarmos [que você traga todos os seus documentos]

como um *critério* para o cadastro, poderemos dizer que *ele* (o critério) é *imprescindível*. A proporcionalidade com o pronome nominativo indicia a função de sujeito dessa sentença subordinada, sujeito este que, por ser foneticamente pesado, tende a aparecer depois do verbo. Na verdade, a maioria das sentenças subordinadas substantivas costumam ser elementos pesados e, por isso, são regularmente colocadas depois do verbo, desempenhando, geralmente, a função de objeto direto, como é possível observar no exemplo (15).

(15) O médico^{S} disse^{V} [que o paciente ficaria melhor logo]^{O}.

Outro fenômeno que favorece a ordem VS é o uso de sintagmas nominais requeridos por verbos monoargumentais, como estes:

(16) Saíram [as notas].

(17) Faltam [10 reais].

Exemplificando

Em textos literários, é comum encontrar sentenças em que o sujeito é colocado depois do verbo, mesmo sendo um sujeito foneticamente *leve*. No trecho a seguir, a primeira sentença tem a estrutura VSO (*verbo – sujeito – objeto*), sendo *Lemos* o sujeito e *esse profundo confrangimento*, o objeto.

"Não percebeu^{V} Lemos^{S} esse profundo confrangimento^{O}, atrapalhado como estava a tirar do bolso uma das folhas de papel selado que estendeu sobre a mesa" (adaptado de ALENCAR, 1875, p. 26).

Embora seja verdade que, na ordem de base (SVO), o objeto tende a aparecer depois do verbo, há uma ressalva a fazer: essa tendência diz respeito aos objetos que correspondem a estruturas sintagmáticas preenchidas por substantivos, como *a redação*, nos exemplos (10-13). Quando os objetos correspondem a pronomes oblíquos átonos, a história muda um pouco, pois, nesses casos, entra em questão um tipo muito específico de colocação, conhecido como *colocação*

pronominal ou *colocação de pronomes clíticos/átonos*, que tem algumas peculiaridades.

A colocação de clíticos no português é um dos assuntos mais controversos nos estudos da linguagem e representa, nas gramáticas tradicionais, um dos maiores desafios de generalização na elaboração de regras gramaticais. Isso decorre do fato de, na história do português e em suas diferentes variedades, haver uma expressiva variação na colocação pronominal. Essa variação é ignorada por alguns gramáticos, que acabam decidindo estabelecer regras subjetivas para esse tipo de colocação em gramáticas prescritivas, regras que não se baseiam em observações sistemáticas do fenômeno.

As possibilidades de colocação dos clíticos são três: a **próclise**, que é a colocação do clítico **antes** do verbo (*me viram*); a **ênclise**, que é a colocação **depois** do verbo (*viram-me*); e a **mesóclise**, que é a colocação do pronome **entre** o radical e a desinência das formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito (*ver-me-ão, ver-me-iam*). A variação em questão envolve, sobretudo, a próclise e a ênclise, pois a mesóclise se restringe aos contextos de futuro mencionados, especialmente em contextos formais.

Carneiro e Galves (2010), ao analisarem sistematicamente a colocação dos clíticos em textos do século XIX do português brasileiro, identificaram variação entre próclise e ênclise em todos os contextos sintáticos, sem qualquer exceção, inclusive em dados produzidos por falantes altamente escolarizados (cultos). Segundo as autoras, o português brasileiro atual tem generalizado o uso da próclise, embora a escrita ainda preserve a variação entre próclise e ênclise nos diferentes contextos. No sentido contrário, o português europeu tem usado muito mais ênclise do que próclise.

É importante notar que, segundo estudos como o dessas autoras, as regras atuais de colocação pronominal no português europeu e no português brasileiro não correspondem às regras observadas no português clássico, que antecede o português moderno e sucede ao português antigo, o que mostra que a colocação pronominal vem ao longo do tempo sofrendo diferentes mudanças, uma das razões para a dificuldade em identificar regras gerais de colocação de clíticos a partir da leitura de textos em português.

Uma das diferenças mais acentuadas entre o português europeu e o português brasileiro na colocação dos clíticos é que, enquanto na

primeira variedade há uma rígida restrição quanto ao uso de clíticos em posição inicial, inclusive na fala, essa restrição não existe no português falado pelos brasileiros, inclusive por falantes cultos. Compare:

(18) Explica-me.

(19) Me explica.

O pronome clítico no contexto sintático em questão (em que o verbo inicia a sentença) só pode ser, no português europeu, enclítico – exemplo (18) –, enquanto a próclise, no mesmo contexto, é possível e extremamente produtiva no português brasileiro, especialmente na língua falada – exemplo (19). Embora o uso da próclise em posição inicial seja produtivo na fala dos brasileiros, a norma-padrão brasileira, que tem ainda se baseado no padrão do português europeu, acolhe como única construção possível nesse contexto a ênclise. É por isso que a escrita em português brasileiro contemporâneo, influenciada pela norma-padrão, ainda preserva esse uso.

O fato de o português brasileiro estar generalizando o uso da próclise nos permite concluir que, nos casos em que o objeto do verbo corresponde a um pronome átono, a ordem de base dessa variedade de português é SOV, como mostra o exemplo (20).

(20) O leão^{S} me^{O} viu^{V}.

Isso nos mostra que a colocação é um fenômeno sensível não apenas à função sintática, mas também ao tipo de palavra que pode assumir essa função na sentença.

Os fenômenos de colocação apresentados nesta seção demonstram que o português é, de fato, uma língua não configuracional, no sentido de que dispõe de uma relativa flexibilidade na ordenação dos constituintes sintagmáticos e sentenciais. Essa característica não se sobrepõe, entretanto, às regularidades de colocação que o português exibe, que permitem definir certas ordens de base.

Sem medo de errar

Nesta seção, como jornalista encarregado de criar uma notícia sobre a abertura de inscrições para um concurso público de fiscal de obras, seu desafio é escolher um dos seguintes títulos para a notícia, justificando sua escolha: *As inscrições para o concurso de fiscal de obras começam hoje* e *Começam hoje as inscrições para o concurso de fiscal de obras*. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio:

A escolha de um desses dois títulos deve levar em conta o fato de que a maioria das pessoas que vão ler a notícia ainda não sabe da existência do concurso público em questão, pois o fato será noticiado em primeira mão pelo jornal.

Na primeira opção, a colocação do sujeito antes do verbo *começam* e antes do adjunto adverbial *hoje* faz com que ele ocupe a posição de *tema* na sentença (o ponto de partida da mensagem veiculada por ela e o elemento do qual se está falando na sentença). Considerando-se o fato de o tema estar associado a uma informação dada (supostamente compartilhada ou *mais identificável* pelos interlocutores), é possível admitir que o enunciado *As inscrições para o concurso de fiscal de obras começam hoje* crie o efeito de apresentação do concurso em questão e das inscrições como elementos já conhecidos pelos interlocutores (os leitores do jornal). O fato de eu saber que isso não é verdade deve ter me levado a ficar em dúvida sobre o uso desse enunciado como título da notícia.

Se observarmos o segundo enunciado, veremos que, nele, o sujeito está posposto ao verbo e ao adjunto, assumindo a posição de *rema* (aquilo que se diz a respeito de um tema). Levando em conta, agora, o fato de o rema estar geralmente associado a uma informação nova, é possível concluir que o enunciado *Começam hoje as inscrições para o concurso de fiscal de obras* crie o efeito de *introdução* de uma informação que é desconhecida ou menos conhecida, em comparação com o modo como se apresentou a informação no enunciado anterior.

O segundo enunciado é mais adequado ao contexto em que será publicada a notícia, pois, além da transmissão da informação, é importante para o jornal não criar no leitor a sensação de que parte da informação já é velha, dada, antiga.

Faça valer a pena

1. Como um componente da gramática, a colocação, que se configura de diferentes modos nas línguas naturais, pode ter efeitos sobre a gramaticalidade do enunciado, sobre o sentido do enunciado e sobre a distribuição da informação no enunciado.

Considerando essa informação, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

( ) No português brasileiro, a colocação do objeto antes do sujeito torna a sentença agramatical.

( ) No português brasileiro, os objetos são sempre colocados antes do verbo, pois é uma variedade de língua que dá preferência à próclise.

( ) Em algumas sentenças, em ordem marcada, o português permite que o objeto constituído por substantivo se anteponha ao verbo.

( ) Em português, a colocação do adjetivo antes do núcleo de um sintagma nominal pode produzir uma diferença de sentido.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F; F; V; V.

b) F; F; F; V.

c) F; V; V; V.

d) F; F; F; F.

e) V; F; V; V.

2. O português, como uma língua não configuracional, dispõe de regras de colocação relativamente flexíveis, tanto no nível sintagmático quanto no nível sentencial. No nível sintagmático, há algumas restrições quanto à mobilidade de algumas palavras de classe fechada no sintagma nominal.

Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa que indica uma palavra de classe fechada que, em português, não pode ser usada depois do núcleo em um sintagma nominal:

a) Adjetivo.

b) Artigo.

c) Quantificador indefinido.

d) Preposição.

e) Conjunção.

3. A articulação tema-rema está associada à distribuição da informação na sentença. O tema, que é o elemento apresentado como aquilo de que se está falando, pode corresponder a diferentes constituintes da sentença; o mesmo ocorre com o rema, que é o elemento apresentado como aquilo que se fala do tema.

Considerando essa informação, estabeleça a relação entre o constituinte mencionado na coluna da esquerda e a sentença que o contém, na coluna da direita:

1. Sentença subordinada substantiva como tema.	A. Aos meus filhos eu dou o meu melhor.
2. Sintagma verbal como rema.	B. João gosta de berinjela frita.
3. Objeto direto como tema.	C. Que ela não vinha eu já sabia.
4. Objeto indireto como tema.	D. Isso eu sei muito bem.

Assinale a alternativa com a associação correta.

a) 1-A; 2-B; 3-D; 4-C.

b) 1-C; 2-D; 3-B; 4-A.

c) 1-D; 2-B; 3-C; 4-A.

d) 1-C; 2-B; 3-D; 4-A.

e) 1-C; 2-B; 3-A; 4-D.

Seção 4.2

As funções sintáticas e semânticas do clítico "se" no português

Diálogo aberto

Caro aluno,

Nesta seção, você se dedicará ao estudo de uma das palavras que geram mais controvérsias nos estudos gramaticais da língua portuguesa: o clítico *se*. Essa palavra, a depender do contexto sintático em que aparece, comporta-se distintamente do ponto de vista semântico e do ponto de vista sintático, produzindo, por exemplo, sentenças que contêm a ideia de reflexividade, de reciprocidade, de indeterminação em relação a um participante do estado de coisas, entre outras.

Uma das consequências sintáticas mais importantes que o uso dessa palavra produz é a concordância ou a não concordância (em certos tipos de sentença) entre o verbo ao qual ela se associa e um sintagma plural que a sentença exibe e que representa um dos argumentos desse verbo. A depender do tipo de sentença, algumas gramáticas (sobretudo as prescritivas) afirmam que a concordância é obrigatória; outras, por outro lado, dizem que é natural que não haja concordância em qualquer caso.

Como jornalista recém-formado e recém-contratado, você tem lidado com essa questão quase que diariamente, pois, em sua escrita, sempre surge a necessidade de usar o clítico *se* para transmitir alguma informação. No seu último dia de trabalho, seu editor-chefe lhe chamou a atenção para um uso gramatical que, segundo ele, tem sido recorrente em sua escrita e disse que gostaria de conversar com você sobre isso. O editor destacou este trecho de uma reportagem escrita por você: *Segundo a diretora da escola, todos os computadores da sala de informática precisam de conserto. O problema é que já não se fabrica mais as peças que estão quebradas*.

Sem apontar o problema, o editor-chefe disse que há nesse enunciado uma construção que não pertence à *norma culta* e que falta nela a concordância entre o sujeito e o verbo, que, segundo

ele, deve estar na voz passiva. Suponha que você já esteja ciente da questão à qual o editor-chefe se refere, mas que não concorde quando ele diz que a construção em questão não pertence à *norma culta* e que há necessariamente no enunciado uma sentença na voz passiva.

Seu desafio, então, nesta seção, é (1) identificar a sentença sem concordância à qual o editor se refere, (2) argumentar que, segundo alguns estudiosos, ela não está na voz passiva e (3) justificar por que o uso em questão pode ser considerado um elemento da norma culta, explicando por que o verbo não concorda com certo sintagma. Você enviará a contra-argumentação ao editor.

Para cumprir esse desafio, considere o conceito de norma culta e o de norma-padrão, mencionados nesta e em outras seções, além da argumentação que alguns estudiosos do português brasileiro e do português europeu usam para defender a ideia de que sentenças como a que está em questão não estão na voz passiva. Bom trabalho!

Não pode faltar

Em português, existe uma palavra curta, de apenas uma sílaba, que é empregada em inúmeros contextos sintáticos e que assume diversas funções nas diversas sentenças em que aparece. Trata-se da partícula *se*.

Se partirmos da *forma de palavra*, isto é, da sequência sonora que conseguimos identificar como palavra independentemente de suas propriedades gramaticais, e tentarmos identificar as ocorrências dessa partícula nos diferentes enunciados, observaremos variados tipos de construções, como as exemplificadas em (1), (2) e (3):

(1) Perguntei à professora se haveria prova.

(2) A cortina balança se a janela está aberta.

(3) O cozinheiro se cortou com a faca.

Embora, nesses exemplos, as partículas *se* tenham uma mesma forma de palavra, em termos de classificação gramatical, cada *se*

apresentado representa um tipo de palavra. O *se* do exemplo (1) e o do exemplo (2) são conjunções; nos dois casos, ligam uma sentença dependente (*se haveria prova/se a janela está aberta*) a uma sentença principal (*Perguntei à professora/A cortina balança*). A diferença entre eles é que, no primeiro caso, a conjunção introduz uma sentença argumental, com função de objeto direto (correspondendo, portanto, a uma **conjunção integrante**), e, no segundo caso, a conjunção introduz uma sentença não argumental, com função de adjunto adverbial (correspondendo, portanto, a uma **conjunção subordinativa adverbial**). No exemplo (3), a partícula *se* difere radicalmente das duas primeiras palavras, pois não tem a função de ligar elementos; ela não é, portanto, uma conjunção.

Nos casos em que o *se* não atua como conjunção, há um relativo consenso de que ele atua como um pronome – um pronome clítico, dado o fato de ser uma forma átona que se integra fonologicamente a um verbo. Esse entendimento se baseia no fato de, como elemento não conjuncional, ele corresponder a um dos argumentos do verbo sem ter a forma de um *sintagma nominal pleno* (um sintagma que tem como núcleo um nome). O *se*, nesses casos, aparentemente, substitui o nome, e por esse motivo é considerado um pronome.

Para compreender esse fato, analise com cuidado o verbo do exemplo (3), com o intuito de identificar sua valência (ou seja, a quantidade de argumentos que ele requer na sentença). Você deve ter concluído que o verbo *cortar*, em *O cozinheiro se cortou com a faca*, exige dois argumentos: um que representa o agente da ação de cortar e um que representa o paciente dessa ação. O que há de mais relevante nessa construção é que, no estado de coisas descrito por ela, o agente corresponde ao paciente (o cozinheiro pratica a ação de cortar e é também afetado por ela). Vemos, assim, que do ponto de vista semântico é possível identificar nessa sentença dois papéis temáticos para um mesmo participante do estado de coisas, papéis que precisam ser representados na sintaxe de alguma forma. O papel de agente é codificado pelo sintagma nominal pleno *O cozinheiro*, que, ao aparecer na sentença pela primeira vez, como sujeito, introduz o participante do estado de coisas em questão. Ocorre que, embora a função de paciente esteja associada ao mesmo participante, não é adequado repetir, como representação sintática desse papel, o mesmo sintagma (*o cozinheiro*). Observe o exemplo a seguir e veja o porquê:

(3a) *O cozinheiro* cortou *o cozinheiro*.

Compare o exemplo (3) ao exemplo (3a). Você considera que as sentenças descrevem o mesmo estado de coisas? Provavelmente, não. Em (3a), a repetição do sintagma *o cozinheiro* parece introduzir outro participante (um outro cozinheiro), que assume o papel de paciente. Para evitar esse problema, usamos a partícula *se* do exemplo (3), que, assumindo a função do sintagma nominal pleno (no caso em questão, a de objeto direto), passa a representar o papel de paciente, indicando que agente e paciente são papéis de um mesmo participante do estado de coisas em questão. Em sentenças que exibem esse funcionamento, o pronome *se* recebe o nome de **pronome reflexivo** (a ação realizada por um agente se volta para ele mesmo). Note que o pronome *se* reflexivo é um termo endofórico que faz remissão a um elemento presente na sentença – no exemplo em questão, o *se* retoma a entidade introduzida pelo sintagma-sujeito *O cozinheiro*.

Há, ainda, outro caso em que o pronome *se* atua como um dos argumentos do verbo fazendo remissão a um elemento introduzido na sentença. Observe o exemplo a seguir:

(4) Os irmãos se abraçaram.

Veja que, em (4), o verbo *abraçar* é também um verbo biargumental (exige um argumento correspondente a quem abraça e um que corresponde a quem é abraçado). Note que, neste caso, o estado de coisas contém dois ou mais participantes, que desempenham, cada um, dois papéis recíprocos – cada irmão é simultaneamente o agente e o paciente da ação de *abraçar*. Esses dois ou mais participantes são expressos na sintaxe pelo sintagma nominal plural *os irmãos*, que codifica apenas o papel de agente. Assim como no caso da situação reflexiva, repetir o sintagma nominal pleno pode alterar o estado de coisas descrito pela sentença (Em *Os irmãos abraçaram os irmãos*, perde-se a ideia de reciprocidade); por outro lado, quando se usa o pronome *se*, que atua também como objeto direto do verbo, ele codifica o papel temático de paciente que cada um dos participantes exerce, indicando que os participantes explicitados no sintagma

nominal pleno realizam e são afetados mutuamente por aquilo que é expresso pelo verbo. Em sentenças que exibem esse funcionamento, o pronome *se* recebe o nome de **pronome recíproco**.

Exemplificando

Para que uma sentença indique reciprocidade, é preciso que o sujeito expresse pelo menos dois participantes de um estado de coisas. Em sentenças com o clítico *se*, essa expressão costuma ocorrer de dois modos:

a) Pelo uso de morfemas que indicam a pluralidade do referente. Ex.: *Os jogadores se desafiaram.*

b) Pela coordenação de sintagmas. Ex.: ***O cão*** *e* ***o gato*** *se atacaram.*

De modo geral, podemos dizer que os pronomes *se* reflexivo e recíproco são pronomes clíticos que codificam um papel temático previsto na sentença que não foi codificado pelo argumento ao qual eles se remetem endoforicamente. Esses pronomes assumem uma função de complemento na sentença.

Os usos reflexivos e recíprocos do pronome *se* no português são heranças do latim, em que já existiam pronomes reflexivos de terceira pessoa: *sui, sibi* e *se*. O latim clássico era uma língua que dispunha de casos morfológicos, isto é, de formas que indicam a função sintática que a palavra exerce na sentença, e, entre as três formas de reflexivo mencionadas, o *se* era a que representava o caso *acusativo* (associado à função de objeto direto). Esse mesmo *se* entrou para o português e é até hoje usado como pronome reflexivo e recíproco de terceira pessoa.

Ocorre que, no percurso de mudança do latim ao português, o pronome *se* foi adquirindo outros usos. Segundo o romanista Maurer Jr. (1951), esses usos surgiram no latim vulgar, a variedade de latim que deu origem às línguas românicas modernas, das quais o português faz parte. O que há de comum em todos esses novos usos é o fato de o pronome *se* não codificar qualquer papel temático associado a um participante explicitado na sentença. Esses usos são exemplificados a seguir:

(5) O beija-flor já se foi.

(6) Aquela criança só se queixava.

(7) A porta se fechou.

(8) Vive-se bem na cidade.

(9) Precisa-se de vendedores.

(10) Procura(m)-se funcionários capacitados.

Se atentarmos para os estados de coisas descritos nos exemplos (5) e (6), perceberemos que há, em cada um deles, apenas um participante (*o beija-flor / aquela criança*). Note que, diferentemente do que ocorria nas sentenças de voz reflexiva, o participante com o qual o pronome se relaciona nesses exemplos não tem dois papéis temáticos (não corresponde a algo que *foi* e a algo que é "ido" por esse algo que *foi*, assim como não corresponde a alguém que *queixava* e a alguém que era "queixado"); há apenas um papel temático (o de agente, tanto de *ir-se* quanto de queixar-se), que é codificado, respectivamente, pelos sintagmas nominais *o beija-flor* e *aquela criança*. O clítico *se* não codifica qualquer papel temático.

As gramáticas tradicionais do português costumam dizer que, em sentenças como (5), em que o clítico *se* se associa a um verbo intransitivo (*ir*, com o sentido de sair, partir), ele atua como uma *palavra expletiva* (uma palavra de realce) – veja que em *O beija-flor já foi*, a sentença, sem o clítico, continua bem formada. Por outro lado, o clítico *se* de sentenças como (6) é tratado como elemento integrante de um *verbo essencialmente pronominal* (um verbo que é sempre usado com o clítico) – trata-se de verbos como *queixar-se, debater-se, zangar-se, suicidar-se* etc. Maurer Jr. (1951) afirma que esses dois tipos de clítico veiculam uma ideia de espontaneidade, que se associa ao participante explicitado na sentença (os participantes são apresentados pela sentença como entidades que fazem ou vivenciam, *por si mesmas*, o que é descrito pelo verbo). Trata-se de uma derivação do uso reflexivo original.

A sentença do exemplo (7) tem quase o mesmo funcionamento que o das sentenças (5) e (6); a diferença é que o verbo que a constitui pode ser usado em uma sentença em que dois de seus argumentos sejam expressos por sintagmas nominais plenos – compare:

(11) A porta se fechou. / *O professor* fechou *a porta*.

(12) O beija-flor já se foi / *Alguém já foi *o beija-flor*.

(13) A criança se queixava o tempo todo / *Alguém queixava a criança o tempo todo.

Em (11), explicita-se, na segunda sentença, um agente para a ação de *fechar a porta*, enquanto na sentença original (7) isso não ocorre. Veja que não se obtém sucesso na tentativa de, em (12) e (13), introduzir um outro participante para as ações descritas em (5) e (6), pois a sentença se torna agramatical. É preciso notar, no entanto, que, semelhantemente ao que ocorre nas sentenças (5) e (6), em (7) – A *porta se fechou* –, o clítico *se* não codifica qualquer papel temático associado ao participante expresso por *a porta*; não se pode dizer, por exemplo, que a porta fechou a si mesma ou que o *se* codifique um papel de *paciente*.

Sobre o exemplo (7), é preciso destacar que, embora se entenda, do ponto de vista da realidade dos eventos, que uma porta não se fecha sozinha (pois há sempre algum tipo de agente que provoca o fechamento), o importante nesse tipo de enunciado é o modo como se apresenta o evento. Em a *porta se fechou*, cria-se o mesmo efeito de *espontaneidade* que estava presente nos casos anteriores. Esse efeito pode criar uma sensação de reflexividade, que aproxima os usos (5), (6) e (7) dos usos de fato reflexivos. Não é à toa que, na constituição histórica do português, aqueles derivam destes. Os clíticos dos tipos apresentados nos exemplos (5), (6) e (7) são chamados por alguns autores de *pseudorreflexivos* (SCHMIDT-RIESE, 2002; BAGNO, 2011), justamente pelo fato de aparentarem expressar reflexividade, quando, na verdade, não o fazem.

Resta observarmos os exemplos (8), (9) e (10), que envolvem o uso do clítico *se* e que também não correspondem a fenômenos de reflexividade. Tomando, primeiramente, o exemplo (8) – *Vive-se bem na cidade* –, podemos observar que, nele, a sentença contém um verbo intransitivo (o verbo *viver*, com o sentido básico de *estar vivo*, de *ter vida*). Esse verbo é um verbo monoargumental; ele exige apenas um argumento, que corresponde a *alguém que vive bem na cidade*. Ocorre que tal participante do estado de coisas não é explicitado por nenhum elemento da sentença, diferentemente do que ocorre nos exemplos (5), (6) e (7) – veja que, no exemplo (5), há também um verbo intransitivo, mas que, nesse caso, o argumento único é explicitado pelo sintagma nominal *o beija-flor*.

Em (9) – *Precisa-se de vendedores* –, ocorre o mesmo fenômeno (um participante que deve corresponder a um dos argumentos do verbo não é explicitado; a única diferença é que, em *Precisa-se de vendedores*, o verbo *precisar* não é intransitivo, mas um verbo biargumental, que exige um complemento preposicionado – alguém precisa *de algo*.

O fato de, em exemplos como (8) e (9), não se explicitar um participante por meio de um dos argumentos do verbo levou as gramáticas tradicionais do português a considerar sentenças desse tipo como sentenças de sujeito indeterminado – sujeito porque o argumento em questão não corresponde a um complemento (que na sentença intransitiva simplesmente não existe, e que na sentença com verbo transitivo já é explicitado pelo sintagma preposicional). Ao clítico presente em sentenças como essas foi dado o nome de **índice de indeterminação do sujeito**.

O grande problema da classificação tradicional dos clíticos envolve a relação entre os casos (8) e (9) e o caso apresentado em (10). Para compreender esse problema, tente analisar o exemplo (10) buscando semelhanças com os exemplos (8) e (9). A verdade é que o mesmo fenômeno descrito para estes últimos exemplos ocorre em (10): em *Procura(m)-se funcionários capacitados*, o verbo *procurar* é um verbo que exige argumentos (nesse caso, um verbo biargumental, pois há *alguém que procura e aquilo que é procurado*), e, como ocorreu nos outros casos, um dos participantes do estado de coisas (aquele que procura) não é explicitado por qualquer elemento da sentença.

Ocorre que as gramáticas tradicionais não chamam o clítico *se* de sentenças como essa de *índice de indeterminação do sujeito*, mas de **partícula apassivadora**. O motivo dessa denominação é que, para essas gramáticas, quando o clítico *se* associa a um verbo transitivo direto (como *procurar*), o argumento do verbo que está expresso (*funcionários capacitados*) deve ser interpretado como um sujeito, que, segundo elas, se comportaria do mesmo modo como o *sujeito* de sentenças na voz passiva analítica (ex.: *Funcionários capacitados são procurados*). Sentenças com clítico *se* desse tipo foram, então, consideradas sentenças de *voz passiva sintética*, ou de *voz passiva pronominal*.

Uma das consequências dessa interpretação foi que as gramáticas prescritivas passaram a dizer que, uma vez que tal argumento expresso

corresponde ao sujeito, e não ao complemento, estando no plural, o verbo deverá concordar com aquele (*Procuram-se funcionários capacitados*, e não *Procura-se funcionários capacitados*).

Reflita

Usando sua intuição de falante do português, reflita sobre as sentenças *Precisa-se de vendedores e Procura(m)-se funcionários capacitados.* Estando o verbo no plural ou não, você interpreta alguma delas como sentença de voz passiva? E como sentença em que uma entidade está indeterminada? Para você, esses exemplos representam usos distintos?

Essa descrição das gramáticas, segundo diversos estudiosos, como Martins (2003), Naro (1976), Raposo e Uriagereka (1996) e Bagno (2011), não é compatível com o português moderno – nem o brasileiro nem o europeu. Martins (2003), em um estudo sobre variação e mudança no português europeu, concluiu que as construções de voz passiva com clítico *se* não são mais produzidas pela gramática dessa língua. Um de seus argumentos é o de que a passiva com *se*, quando existia no português, permitia a expressão do agente da passiva, o que não ocorre hoje em dia no português europeu, tampouco no brasileiro. Alguns exemplos dessa possibilidade de expressão são apresentados por Naro (1976); veja um deles:

(14) Aqui se escreverão novas histórias, **por gentes estrangeiras** (séc. XVI)

Na sentença apresentada em (14), proveniente de um texto de Camões, o sintagma preposicional *por gentes estrangeiras* contém um dos argumentos do verbo *escreverão* (um verbo biargumental). Veja que essa estrutura é bem diferente daquela que aparece em (10), que as gramáticas tradicionais afirmam ser uma construção passiva. As construções do português atual com o clítico *se* não admitem a explicitação de um agente da passiva, e isso é um forte indício de que os falantes não processam essas estruturas como estruturas de voz passiva.

Outro indício importante, segundo Naro (1976), é o de que, a partir do século XVI, começaram a ser produzidas sentenças em que

o verbo com clítico *se* não concorda com o argumento expresso, mesmo que ele esteja no plural (ex.: *Aqui se* ***escreverá*** *novas histórias*). Segundo o autor, essa mudança decorreu de uma reinterpretação das estruturas sem agente da passiva: como era possível não explicitar o agente, tornou-se também possível interpretar essas sentenças como estruturas de voz ativa com agente indeterminado. Essa reinterpretação tornou inviável concordar o verbo com o argumento expresso, pois se passou a interpretar esse argumento como um complemento, elemento com o qual o verbo não costuma concordar.

A maioria dos estudiosos que analisam sistematicamente dados de escrita e de fala do português moderno (brasileiro e europeu) admitem que essa é a interpretação que os falantes atuais atribuem às sentenças com *se* que são diferentes das reflexivas e pseudorreflexivas. É preciso destacar, no entanto, que, no caso da língua escrita, costuma-se constatar variação na expressão/não expressão da concordância entre o verbo que o *se* acompanha e o argumento plural; essa variação se deve, provavelmente, à influência que a norma-padrão tem sobre a escrita dos falantes, que, apesar de estabelecerem a concordância, provavelmente não interpretam a sentença como uma sentença de voz passiva, mas como uma sentença em que o *se* indica que um dos participantes do estado de coisas descrito pelo verbo não foi explicitado.

A tradição normativa não admite que em sentenças como ***Procura-se bons profissionais*** o verbo transitivo não concorde com o sintagma nominal plural, pois acredita que um item como *bons profissionais* seja o sujeito da sentença, que estaria na voz passiva. Vários estudos linguísticos sistemáticos têm, no entanto, mostrado que há séculos os falantes passaram a usar o verbo nessa construção sem fazê-lo concordar com o sintagma plural, em decorrência de uma reanálise da construção como indicadora de um participante indeterminado. Dados do português culto falado no Brasil (como os do Projeto da Norma Urbana Culta – NURC) já demonstraram, com dados reais de falantes altamente letrados, que a não concordância nessa estrutura faz parte da norma culta real do português brasileiro.

Apesar do consenso que há hoje em dia entre linguistas brasileiros e portugueses de que não existe voz passiva com o clítico *se*, não há um consenso sobre as funções sintáticas e semânticas que essa partícula desempenha em seus diferentes empregos, sobretudo quando se trata dos casos em que as gramaticas tradicionais a identificam como *se apassivador ou indeterminador*.

Para alguns autores, como Bagno (2011), o *se* dessas últimas construções deve ser encarado como um pronome, um pronome que desempenha sempre a função de sujeito, pelo menos no português brasileiro. Segundo o autor, um dos fortes indícios de que o clítico desempenha essa função é o fato de ser cada vez mais comum usá-lo entre uma preposição e um verbo no infinitivo em construções do tipo *casa boa de se viver, problemas difíceis de se prever, era de se esperar* etc. O autor associa o crescente uso do clítico nesse contexto sintático à tendência cada vez maior que o português brasileiro exibe de não deixar um verbo sozinho (de preencher uma sentença com sujeito) – nos exemplos em questão, chega-se a atribuir um sujeito (se) a um verbo que é tradicionalmente classificado como infinitivo impessoal. Trata-se de uma inovação que contraria a norma-padrão e que é usada, em larga medida, por falantes cultos, o que permite concluir que tal uso já integra a norma culta do português brasileiro (entendida como uma variedade de língua usada, de fato, por falantes cultos).

Diferentemente de Bagno, alguns autores preferem não atribuir ao elemento *se* uma das funções sintáticas básicas, como a de sujeito; apenas reconhecem que, semanticamente, sua função é indicar a indeterminação de um participante, ou de um papel temático. Nesses casos, alguns autores evitam, inclusive, o uso do termo *pronome*, referindo-se ao elemento em questão por meio de termos como *partícula, palavra, clítico* etc.

Pesquise mais

O artigo indicado a seguir propõe que o clítico *se* representa, em todos os usos (incluindo os reflexivos e recíprocos) um mesmo fenômeno, a *detematização*, que consiste no encobrimento de uma função temática qualquer associado ao não uso de um sintagma nominal pleno ou elemento equivalente:

ILARI, Rodolfo. Os pronomes do português brasileiro: algumas comparações. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 314-330, abr./maio 2010. Disponível em: <https://goo.gl/LgfPaz>. Acesso em: 29 out. 2016.

Entre a maioria dos autores, por outro lado, tem-se entendido que, quando a partícula *se* atua como representante de um papel temático na voz reflexiva ou recíproca, ela é, de fato, um pronome, pois atua como um argumento-complemento, substituindo um nome. Nos casos em que o clítico produz apenas o efeito de espontaneidade, tem-se concordado com as ideias tradicionais de que ele atua como partícula de realce (*ir-se, morrer-se* etc.) ou como elemento integrante de um verbo (*queixar-se, debater-se* etc.); nesses casos, apenas não há consenso sobre se o elemento é ou não um pronome. Muitas vezes, o uso do termo *pronome* parece ser apenas um automatismo (decorrente da nomenclatura tradicional), pois as conceituações convergem para uma não caracterização do elemento como pronome.

Ao longo desta seção, você teve acesso às diferentes visões existentes sobre as funções que o clítico *se* exerce nas sentenças. A principal controvérsia envolve o fenômeno da concordância, que é um dos temas desta unidade. Em outros momentos, ao tratarmos de novos casos de concordância, você verá que este é um dos fenômenos morfossintáticos mais complexos da língua portuguesa e dos que mais envolvem variação.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é oferecer ao seu editor-chefe uma contra-argumentação para a ideia de que, no enunciado em questão, há uma construção que não pertence à norma culta e que está na voz passiva. Confira, a seguir, uma solução possível:

Prezado editor-chefe,

Muito obrigado por entrar em contato.

Creio que o problema ao qual o senhor se refere seja a não concordância do verbo *fabricar* com o sintagma nominal *as peças que estão quebradas*, na sentença subordinada que destaquei no trecho apresentado:

Segundo a diretora da escola, todos os computadores da sala de informática precisam de conserto. O problema é **[que já não *se fabrica* mais *as peças que estão quebradas*]**.

Tenho consciência de que muitas gramáticas dizem que, em sentenças como essa, a partícula *se* atua como um elemento apassivador, que faz o sintagma nominal correspondente a um dos argumentos do verbo (no caso em questão, *as peças que estão quebradas*) exercer a função de sujeito, em geral, um sujeito paciente. Daí viria a necessidade de concordar o verbo com esse argumento (*que já não se* ***fabricam*** *mais as peças que estão quebradas*).

Gostaria, no entanto, de chamar-lhe a atenção para o fato de que pesquisas sobre o português falado e escrito (tanto em Portugal quanto no Brasil) têm reunido evidências de que os falantes do português moderno não interpretam mais sentenças desse tipo como sentenças de voz passiva, mas como sentenças em voz ativa nas quais o elemento *se* deixa indeterminado um participante que se relaciona com aquilo que o verbo designa. Trata-se, na verdade, da mesma interpretação produzida pelas sentenças nas quais as gramáticas em questão dizem haver um *índice de indeterminação do sujeito* (a única diferença é que, no exemplo mencionado, o verbo não é intransitivo ou transitivo que exige complemento preposicionado – dois dos únicos casos em que, sem uma boa razão, essas gramáticas dizem ser possível haver indeterminação).

A preferência atual dos falantes por essa interpretação tem tornado inviável a concordância do verbo com um argumento

expresso por sintagma nominal plural ou elemento equivalente, uma vez que, nela, tal elemento atua como um complemento do verbo, e não como sujeito.

As pesquisas que demonstram a predominância de tal interpretação têm identificado essa predominância na fala e na escrita de falantes cultos do português (ou seja, falantes altamente letrados). Isso tem permitido concluir que o uso gramatical em questão (sem a concordância com o sintagma nominal plural, que atua como complemento) faz parte da norma culta do português (entendida como o conjunto de hábitos linguísticos reais de falantes cultos, e não como a norma-padrão, um conjunto de regras bastante desatualizadas que, já há muito tempo, não são seguidas em sua plenitude nos contextos formais de produção linguística).

Como um veículo que representa essa variedade culta real da língua, acredito que poderíamos, em uma escolha consciente e bem informada, dar lugar a esses usos em nossos textos, usos que já estão presentes, com alguma variação, em outros jornais.

Agradeço-lhe a atenção,

Redator X.

Faça valer a pena

1. Alguns estudiosos das funções do clítico *se* no português costumam distinguir os clíticos reflexivos dos pseudorreflexivos. Enquanto os reflexivos correspondem a um dos argumentos do verbo (em geral, o objeto direto), indicando um dos papéis temáticos desempenhados por um participante já expresso no sujeito, os pseudorreflexivos não têm natureza argumental.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que contém um clítico reflexivo verdadeiro:

a) Maria se arrependeu de não ter ido à festa.

b) Ao ver a criança sorrir-se, o pai ficou contente.

c) O cão se debatia por causa das pulgas.

d) O hóspede se secou com uma toalha de rosto.

e) João se queixou da má conduta do colega.

2. As gramáticas tradicionais costumam fazer uma distinção entre *índice de indeterminação do sujeito* e *partícula apassivadora* quando se referem a alguns usos do clítico *se*. Nos usos de partícula apassivadora, diz-se que as sentenças estão na voz passiva e que o argumento correspondente a um sintagma nominal desempenha a função sintática de sujeito.

Com base na explicação e em seus conhecimentos, assinale a alternativa que exemplifica uma estrutura que as gramáticas tradicionais costumam identificar como construção de *voz passiva sintética*:

a) Precisa-se de cozinheiro.

b) Vende-se esta propriedade.

c) Vive-se melhor hoje em dia.

d) Confia-se na palavra do mestre.

e) Vai-se à feira aos domingos.

3. Alguns dos usos do clítico *se* envolvem uma relação de concordância que, embora esteja prevista em grande parte das gramáticas prescritivas, não é produzida, na fala e na escrita, por grande parte dos falantes atuais do português, inclusive por falantes cultos. Trata-se de usos como *Aqui não se vendem flores, Não se usam roupas de banho na neve* e *Buscam-se os objetivos.*

Considerando tal informação, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

( ) Sentenças com a concordância em questão não são mais produzidas pelos falantes de português, nem na fala nem na escrita.

( ) Sentenças com a concordância em questão são tratadas por gramáticas prescritivas como sentenças de voz passiva analítica.

( ) Um dos motivos para o aumento dos usos em que não há concordância é que os falantes passaram a interpretar o sintagma nominal plural como objeto direto.

(   ) Estruturas semelhantes às exemplificadas já foram usadas séculos atrás com a explicitação do participante que, hoje em dia, o *se* indetermina.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) V; V; F; V.

b) V; F; V; V.

c) F; F; F; V.

d) F; V; V; V.

e) F; F; V; V.

Seção 4.3

Concordância

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Com certeza, você, como aluno de um curso de Letras, tem já uma ideia do que seja a concordância, que é um dos fenômenos gramaticais mais mencionados quando se fala em gramática e em morfossintaxe. Mas, levando em conta tudo o que você conhece sobre o assunto, você saberia dizer, sem recorrer a exemplos e por meio de uma definição, o que é concordância? Nesta seção, vamos nos ocupar exatamente da conceituação do fenômeno e apresentaremos uma definição para ele, que deve servir tanto para os casos de concordância nominal quanto para os casos de concordância verbal, que são dois tipos de concordância que ocorrem no português.

Como jornalista que está trabalhando para um jornal de grande circulação, você terá uma boa oportunidade de aprimorar seu conhecimento sobre a concordância, pois surgiu um assunto que está associado justamente a esse fenômeno. Recentemente, um livro didático de português para o ensino fundamental gerou uma nova polêmica sobre o tratamento das questões de linguagem na escola – semelhante à factual polêmica que ocorreu há alguns anos no Brasil envolvendo o livro *Por uma vida melhor* (RAMOS et al., 2011) – por mencionar em suas páginas o fato de, em algumas variedades do português, os falantes dizerem coisas como "*Os menino já chegaram*", "*As roupa secaram*" etc. O trecho hipotético do novo livro que trata dessa questão é:

Nas diversas situações de fala, nem sempre a concordância entre o artigo e o substantivo ocorre, uma vez que alguns falantes produzem sentenças como 'Os menino saíram de casa cedo'. Essa construção faz parte de algumas variedades linguísticas do português,

mas não é usada em diversos gêneros da escrita e nas situações formais de produção linguística.

Depois de tomar conhecimento do assunto, você teve a ideia de escrever uma reportagem sobre ele e, para isso, começou a obter mais informações sobre a polêmica. Depois de ter acesso ao livro didático, a primeira etapa do seu trabalho foi entrevistar as pessoas que tinham alguma crítica a ele. Entre as críticas, duas foram recorrentes: (1) o livro apresenta, nesse trecho, uma construção que não faz parte da língua portuguesa; (2) a falta de concordância é um erro linguístico, pois a concordância nominal de número deve existir nos casos em questão por uma razão lógica na língua: se se está falando em mais de um *menino* (o que se evidencia pelo uso do artigo no plural, *os*), a palavra *menino* deve estar no plural. Sua próxima etapa será entrevistar especialistas em concordância nas línguas naturais, para descobrir se essas críticas são ou não procedentes, isto é, se estão de acordo com o conhecimento que hoje se tem do funcionamento das línguas e do fenômeno em questão.

Seu desafio é apresentar um trecho hipotético da reportagem em questão em que você expõe os argumentos de tais especialistas (também hipotéticos) que confirmam ou não as críticas mencionadas. Esses argumentos devem se basear no conceito de concordância associado ao conceito de *redundância* e ao de *variação linguística*, todos mencionados na seção.

Não pode faltar

Quando se trata de gramática, a concordância é um dos fenômenos linguísticos mais conhecidos entre os falantes do português que tiveram acesso à educação formal. Isso se deve, em boa medida, ao fato de os gramáticos reservarem um bom espaço de suas obras para tratarem desse fenômeno, destacando um conjunto de regras de concordância usadas no português.

Embora a concordância seja um fenômeno bastante conhecido, pouco se discute nas gramáticas tradicionais o *conceito* de

concordância; em geral, parte-se diretamente para os exemplos e para as regras que deles são depreendidas, pressupondo-se o entendimento do conceito. Nesta seção, nossa abordagem será um pouco diferente: conceituaremos primeiro a concordância como um fenômeno da língua natural (ou de algumas línguas naturais), apresentando uma definição para ela, e, posteriormente, trataremos das regras específicas de concordância do português.

A concordância é **o compartilhamento de traços entre elementos que se combinam em uma unidade sintática, estabelecendo-se entre eles uma conformidade gramatical**. Essa conformidade pode ocorrer entre os elementos de um mesmo sintagma ou entre elementos de sintagmas distintos, que constituem uma sentença, e pode envolver, nas diferentes línguas, categorias como número, gênero, pessoa e caso. Embora algumas dessas categorias estejam associadas a certos significados, todas elas são geralmente tratadas como categorias gramaticais, dado o fato de estarem intimamente ligadas a fenômenos formais.

As palavras que mais comumente fazem parte das relações de concordância são as flexionáveis, isto é, aquelas passíveis de terem sua forma alterada pela adição de morfemas flexionais; esses morfemas são unidades significativas que podem expressar as categorias de pessoa, gênero, número etc. Há, no entanto, casos em que essas categorias não se expressam por meio de flexões, mas por outras propriedades linguísticas. Há, por exemplo, palavras que têm um gênero que já está previsto na forma da palavra e nas relações que ela estabelece com outras, sem a adição de morfemas (é o que ocorre com *pincel, garfo* e *desodorante*, que são palavras inerentemente masculinas, e com *face, janela* e *prece*, que são palavras inerentemente femininas). De todo modo, a concordância tem sido encarada como uma relação predominantemente gramatical e, mais especificamente, morfológica (que envolve a seleção de uma forma ou de uma palavra com determinada forma). Ocorre apenas que essa relação gramatical pode ou não envolver flexão; quando envolve, a flexão pode fazer parte de apenas um dos elementos da relação, não estando presente no outro (embora o traço compartilhado deva se expressar neste outro elemento de algum modo). Se um dos elementos não indica um traço a ser compartilhado, não há concordância.

Observemos como isso ocorre comparando sentenças correspondentes no inglês e no português (nos exemplos, dois elementos em negrito na mesma sentença, um nominal e um verbal, expressam uma relação de concordância verbal, e dois elementos em itálico, no sintagma nominal, expressam uma relação de concordância nominal):

(1) My friends **visited** me. / ***Meus amigos*** me **visitaram**.

(2) My sister **visited** me. / ***Minha irmã*** me **visitou**.

(3) I **visited** my brother. / **Eu visitei** *meu irmão*.

Os exemplos (1-3) demonstram que há muito mais concordância no português do que no inglês. Quando observamos o sintagma nominal *meus amigos* e o comparamos ao sintagma nominal *my friends*, em (1), vemos que há um compartilhamento de traços entre o especificador *meus* e o núcleo *amigos* em português. Trata-se, na verdade, de dois traços gramaticais: um traço de gênero (compartilhado entre o possessivo masculino *meu*- e o substantivo masculino *amigo*-) e um traço de número, associado ao morfema plural {-s}, que ocorre nos dois elementos do sintagma (*meu**s** amigo**s***). Em inglês, por outro lado, não ocorre qualquer compartilhamento de traços entre o especificador e o núcleo do SN – o morfema {-s} indicador de plural ocorre apenas no núcleo (*friends*), que, por sinal, não tem qualquer marca de gênero (marca que também não está presente no especificador *my*). Note que o possessivo *my* do inglês não se altera em nenhum dos exemplos (quando há plural em *friends*, gênero feminino em *sister* ou gênero masculino em *brother*). Em português, por outro lado, quando se altera o gênero e/ou o número do substantivo que preenche o núcleo do sintagma, altera-se também o gênero/número do possessivo.

Veja agora os casos em que um verbo está envolvido no compartilhamento de traços: se você observar os três exemplos, verá que, em inglês, não importa se o sujeito é um elemento plural (*my friends*) ou singular (*my sister, I*), o verbo terá a mesma forma (*visited*). No caso em questão, o morfema {-*ed*} é um sufixo flexional que indica apenas categorias como a de tempo (o pretérito). Não há categoria de número ou pessoa associada a esse morfema (as categorias de

pessoa e número são expressas apenas nos sintagmas nominais – *My friends, my sister* e *I*). Diferentemente, em português, a forma do verbo se altera a depender das categorias de pessoa e número expressas no sintagma nominal. Em (1), o sintagma *Meus amigos*, que está na terceira pessoa e no plural, se combina com um verbo que indica essas mesmas categorias de pessoa e número em sua terminação: *visita-**ram***. Em (2), o sintagma *minha irmã* também está na terceira pessoa, mas, nesse caso, a categoria de número expressa é a singular; isso leva o verbo a ter outra terminação (*visit-**ou***), que indica a terceira pessoa singular. Semelhantemente, em (3), o sintagma nominal de primeira pessoa singular (Eu) se associa a uma terminação do verbo compatível com a primeira pessoa singular (*visit-**ei***).

Assimile

A concordância que envolve o compartilhamento de traços apenas entre elementos nominais (substantivos, adjetivos e especificadores do sintagma nominal) é chamada de **concordância nominal**, e a concordância que envolve o compartilhamento de traços entre um elemento de qualquer natureza e um verbo é chamada de **concordância verbal**.

Esses exemplos podem dar a impressão de que, no inglês, não existe concordância, mas, na verdade, existe: nas formas da terceira pessoa singular, os verbos costumam concordar com o sujeito; compare: *I sing* (*eu canto*), *you sing* (*você canta*), *he/she sings* (*ele/ela canta*) – no terceiro caso, a forma do verbo se diferencia das demais ao se relacionar com um sujeito de terceira pessoa: acrescenta-se um morfema indicador de terceira pessoa singular, {-s}.

A concordância, como a maioria dos fenômenos gramaticais, muda ao longo do tempo nas línguas. O inglês, por exemplo, em fases anteriores à atual, apresentava muito mais concordância, incluindo casos de concordância no interior do sintagma nominal (HOGG, 2012). Na história do português, como veremos adiante, já houve também regras de concordância que hoje não existem mais.

Comparações entre manifestações da concordância em diferentes línguas são importantes para compreender que ela não é um fenômeno uniforme. Em algumas línguas, expressa-se em

maior grau; em outras, em menor grau. Há ainda línguas, como o japonês, em que se admite não haver concordância (BAKER, 2003). O que mais importa destacar dos fenômenos da concordância nas línguas naturais é que o compartilhamento de traços gramaticais não é diretamente responsável pela expressão das categorias de pessoa, gênero, número etc. Em outras palavras, não é a concordância que faz os falantes compreenderem que uma construção indica, por exemplo, a terceira pessoa, o gênero gramatical masculino e o número plural. Essas indicações já ocorrem quando ao menos um dos constituintes as exibe (mesmo que não haja compartilhamento de traços). Em (1), em inglês, a ideia de plural, por exemplo, é expressa apenas no núcleo do sintagma nominal (*friends*); mesmo que não haja concordância entre esse núcleo e o especificador nominal *my*, e entre o sujeito *my friends* e o verbo *visited*, os falantes compreendem que está se falando de dois amigos ou mais, e não de apenas um. É por esse motivo que os estudiosos das línguas naturais têm classificado a concordância (o compartilhamento de traços) como um caso de *redundância linguística*. Em linguística, o termo redundância não expressa um juízo de valor sobre as formas linguísticas; ele é um termo usado para objetivamente indicar que uma informação (semântica, gramatical ou de qualquer outra natureza) é apresentada mais de uma vez em um uso linguístico qualquer (BUSSMANN, 2006).

Você acha que a noção de redundância apresentada aqui é compatível com a noção de redundância (ou pleonasmo) caracterizada em algumas gramáticas como vício de linguagem? É possível dizer que a redundância do compartilhamento de traços por concordância seja dispensável ou não recomendável em alguma língua?

Feitas essas considerações sobre a concordância nas línguas naturais, passemos à caracterização do fenômeno da concordância no português. Tipicamente, na língua portuguesa, a concordância envolve as seguintes classes de palavras: o verbo, o substantivo, o adjetivo e os especificadores do sintagma nominal (artigos, demonstrativos, possessivos etc.). O compartilhamento de traços (de pessoa, número ou gênero) pode ocorrer de quatro modos: (i)

entre palavras que dispõem de morfemas flexionais compatíveis; (ii) entre palavras que compartilham uma propriedade não expressa flexionalmente; (iii) entre palavras que compartilham uma propriedade quando uma delas a expressa flexionalmente, e a outra, não; e (iv) entre elementos coordenados e a marca flexional de uma palavra. Esses casos são apresentados, respectivamente, em:

(4) O**s** menino**s**. / O**s** menino**s** chega**ram**.

(5) **A mãe**. / **O pai**.

(6) **Criança** bonit**a**.

(7) **Pai e filho** feliz**es**. / **Mãe e filho** se abraça**ram**.

Veja que, em (4), no sintagma nominal *os meninos*, o traço de número plural é compartilhado pelas duas palavras em relação, que simultaneamente expressam esse traço por meio do morfema flexional {-s}. Ainda em (4), esse traço é compartilhado com o verbo *chegaram*, que também tem um morfema flexional compatível com o número plural. Em (5), por outro lado, considerando-se a categoria de gênero, não há um morfema flexional marcando o gênero linguístico feminino ou o masculino em nenhuma das palavras. O que produz a alteração no gênero é a mudança da palavra como um todo (de *a* para *o* e de *mãe* para *pai*), o que indica que o traço compartilhado não se manifesta flexionalmente. Em (6), ocorre uma mistura de aspectos: *criança* é uma palavra de gênero inerentemente feminino, enquanto *bonita* é uma palavra que contém um morfema flexional de gênero feminino. Em (7), há também uma mistura, pois há a combinação entre marcas distintas da categoria de número: entre um morfema flexional indicador de plural (*feliz**es**/abraça**ram***) e uma relação sintática de coordenação (*pai e filho/mãe e filho*). Em todos os casos descritos, há uma conformidade de traços.

O compartilhamento de traços pode envolver um **morfema zero (Ø)**. Trata-se da ausência de um item flexional foneticamente expresso que se torna significativa, sendo opositiva a um morfema foneticamente expresso. Em *A**Ø** criança**Ø** soluç**ou***, a concordância nominal de

número envolve os morfemas zero do sintagma nominal *A criança*, e a concordância verbal ocorre entre o morfema zero e o morfema verbal (*soluç***ou**). Nesse exemplo, o uso do morfema zero se opõe ao uso do morfema {-s} em a**s** criança**s**.

Como se pode ver em (4) e (7), há em português concordância nominal e concordância verbal. Cada um desses tipos de concordância tem algumas particularidades, e nós trataremos delas a partir de agora. A concordância nominal, que pode ser de número e de gênero, envolve os substantivos, os adjetivos e os especificadores do sintagma nominal e pode ocorrer de dois modos: (i) entre elementos que fazem parte de um mesmo sintagma, como em (8); e (ii) entre elementos que fazem parte de sintagmas distintos, que constituem uma sentença, como em (9).

(8) [Muito**s** bebê**s**] nasceram hoje.

(9) [O**s** convidado**s**] estavam [faminto**s**].

No exemplo (8), o especificador do sintagma nominal (*muitos*) compartilha o morfema plural com o núcleo (*bebês*) – ambos fazem parte de um mesmo sintagma. Em (9), por outro lado, há também o compartilhamento do traço plural entre *os convidados* e *famintos*, mas, nesse caso, o segundo elemento faz parte de outro sintagma da sentença. As relações de concordância em (8) e (9) envolvem também o compartilhamento de traços de gênero masculino. Note que, nos dois casos, existe uma relação de predicação entre as palavras que estão em relação de concordância, mesmo quando fazem parte de estruturas sintagmáticas distintas (relações predicativas intermediadas por verbo) – em (8), a relação de predicação é *muitos* → *bebês*; em (9), os *convidados* ← famintos. Mencionamos esse fato para destacar que as relações de concordância costumam ocorrer entre elementos que expressam algum tipo de combinação entre si (sendo a combinação por predicação um dos tipos mais comuns).

É preciso destacar que a concordância nominal de número no português brasileiro não ocorre em todas as suas variedades. Diversos

falantes produzem sentenças como as que se observam a seguir:

(10) As *criança* tão de brincadeira!

(11) Você ouviu *uns barulho estranho* vindo do corredor?

Os exemplos (10) e (11) têm em comum o fato de conterem um sintagma nominal em que a marca de plural se expressa em apenas um dos elementos (no especificador – *as, uns*). Essa manifestação linguística é muito comum em diversas variedades do português, sobretudo quando são usadas em contextos de informalidade.

Embora sejam muito comuns no português e usadas, inclusive, por falantes cultos em contextos de informalidade, essas formas são, por muitos, tratadas como modos errados de usar a língua. Trataremos aqui do conceito de erro de modo objetivo: são erros linguísticos os usos desprovidos das propriedades básicas que caracterizam um fenômeno linguístico regular (identificadas entre as diversas línguas naturais) e os usos que não são habituais em qualquer comunidade de fala (ou seja, os usos que não constituem uma norma).

O uso expresso em (10) e (11), como uma manifestação linguística que não é isolada (mas compartilhada por diversos membros de uma comunidade de fala) e que é compatível com regras de outras línguas, deve ser objetivamente analisado como uma regra gramatical como qualquer outra (e, portanto, como uma manifestação de língua natural). Esse uso não faz parte dos usos considerados pela norma-padrão do português e não ocorre nos contextos de produção linguística formal (oral ou escrita). Esse é um fato, e os falantes devem ter consciência dele. Mas também é um fato que não são os usos formais ou a norma-padrão que estabelecem o que é língua natural e o que não é (se uma manifestação linguística qualquer foi adquirida ou desenvolvida por seus falantes em decorrência do processo natural e espontâneo de aquisição da linguagem, essa manifestação constitui uma língua natural e deve ser analisada como tal).

Para saber mais sobre a variação entre concordância padrão e não padrão (nominal e verbal) no português, consulte o artigo indicado a

seguir, que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre esse tipo de variação entre falantes de diferentes graus de instrução formal no português europeu, brasileiro e santomense.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, jan. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/WsVP6X>. Acesso em: 17 ago. 2012.

Como dissemos anteriormente, a concordância nas línguas naturais é reconhecida como um fenômeno de redundância, que pode ou não ocorrer e que, quando não ocorre (sendo esta uma característica da língua ou da variedade linguística em questão), não impede que as categorias de gênero, número ou qualquer outra se expressem na sentença. Em casos como (10) e (11), a marca de plural se exibe apenas em um dos itens do sintagma nominal. Note que essa marca se manifesta por meio de uma regra: a marca de plural deve ocorrer, de maneira geral, no elemento que está à esquerda do núcleo nominal, mas nunca apenas no núcleo; não se costuma ouvir falantes do português brasileiro dizerem algo como *a crianças* ou *um barulhos* (note-se que esse é o padrão do inglês, em que a marca de plural ocorre, em geral, apenas no núcleo – *the books* (≈ *o livros*)*; my parents* (≈ *meu pais*) –, sendo essa estrutura agramatical e estranha a qualquer falante do português.

Exemplificando

A expressão da marca de plural apenas no especificador do sintagma nominal (ex.: *os livro*) não é um fenômeno que ocorre em variedades apenas do português. Em francês falado, não existe flexão de plural no núcleo do sintagma nominal; apenas a escrita dessa língua faz uma distinção entre o núcleo singular e o núcleo plural (BARRA-JOVER, 2009). Na ortografia, o par *o* ***livro*** *e os* ***livros*** *se escreve le* ***livre*** */ les* ***livres*** (com a distinção entre *livre* singular e *livres* plural explicitada); na fala, no entanto, essa distinção não existe, ficando apenas o artigo *les* responsável por indicar que se está fazendo referência a mais de um

livro – [**lə** livR] (*le livre*) vs. [le livR] (*les livres*), em que o segmento [livR], correspondente ao núcleo sintagmático, é o mesmo no sintagma singular e no sintagma plural.

Diferentemente da concordância nominal no português, na qual o compartilhamento de traços ocorre entre elementos de um mesmo sintagma ou entre elementos de sintagmas distintos, a concordância verbal tende a envolver este segundo tipo de compartilhamento. Ela costuma ocorrer entre um sintagma nominal e um sintagma verbal e envolve o compartilhamento de traços associados apenas às categorias de número e pessoa.

(12) [O**s** rato**s**] [invadi**ram** [as casas]].

(13) [O**Ø** rato**Ø**] [com**eu** [os biscoitos]].

(14) [**Nós**] [come**mos** [os biscoitos]].

Em (12), (13) e (14), o verbo compartilha o traço de pessoa com o sintagma nominal que o antecede (o sujeito). O traço de pessoa compartilhado se identifica no sujeito pela sua proporcionalidade ou equivalência a um pronome pessoal – *Os ratos* é proporcional a *eles*, e *O rato*, a *ele* (ambos pronomes de terceira pessoa); *nós* é um pronome pessoal de primeira pessoa. Nos verbos, o traço em questão se identifica flexionalmente – pelas terminações {-*ram*}, {-*eu*} e {-*mos*}. Note que o traço compartilhado de número ocorre flexionalmente tanto nos sintagmas nominais de (12) e (13) – pelo uso de {-s} – quanto nos verbos (pelas mesmas terminações mencionadas). Em (14), no entanto, os traços de pessoa (primeira) e de número (singular) ocorrem ambos sem uso de flexão.

A concordância verbal costuma ocorrer entre o verbo conjugado do sintagma verbal e um sintagma nominal externo ao sintagma verbal, como se observa nos exemplos (12), (13) e (14). A concordância do verbo com um sintagma nominal interno à sua estrutura sintagmática, como [as casas] e [os biscoitos], não costuma ocorrer no português. Como a função de sujeito costuma estar associada a um sintagma externo ao sintagma verbal e a função de complemento costuma

estar associada a um sintagma interno ao sintagma verbal, tem-se generalizado que o verbo concorda com o sujeito (como argumento externo), mas não concorda com o complemento (como argumento interno). Isso deve ser compreendido como uma tendência.

Essa tendência do português ajuda a justificar a afirmação que, como vimos em outro momento da disciplina, alguns autores fazem das sentenças em que há um verbo com clítico *se* não reflexivo/recíproco – ex.: *Vende(m)-se casas*. Segundo essa afirmação, o argumento do verbo expresso por um sintagma nominal pleno (*casas*) nessa estrutura é um complemento do verbo, e não o sujeito (como dizem algumas gramáticas tradicionais). Na estrutura sintagmática, esse argumento é um elemento interno ao sintagma verbal – [Vende(m) **[casas]**]. Como, no português, o verbo tende a não concordar com o argumento interno, os falantes têm intuitivamente preferido não estabelecer uma relação de concordância entre o verbo e esse argumento (como mostram as pesquisas sobre o português europeu e brasileiro, tem se tornado cada vez mais comum o uso de sentenças como *vende-se casas* no lugar de *vendem-se casas*, e esse uso vem ocorrendo há séculos).

Os exemplos de concordância verbal que vimos até aqui envolvem um sintagma verbal simples (formado por apenas um verbo) e expressam o compartilhamento de traços entre o núcleo do sintagma verbal e elementos do sintagma nominal. No caso de sintagmas verbais compostos (em que há um verbo e um ou mais sintagmas auxiliares, a relação de concordância se modifica). Veja:

(15) [O**s** rato**s**] [**vão** invadir [as casas]].

Em (15), a relação de concordância (de número e de pessoa) se dá entre o verbo auxiliar (*vão*), que ocupa a margem esquerda do sintagma verbal, e os elementos do sintagma nominal, e não entre esses elementos e o verbo que ocupa o núcleo do sintagma (*invadir*). Note que não costuma haver concordância verbal entre o sujeito e o núcleo do sintagma verbal composto quando este está em forma nominal infinitiva; o mesmo se pode dizer da forma nominal de gerúndio. Não costumam ser usadas no português atual sentenças como (16):

(16) *Os meninos **vão pegarem** gripe.

(17) * Nós **estamos preparandos** os pratos.

Quando se trata da forma nominal do particípio, a concordância costuma envolver tanto a margem esquerda quanto o núcleo nos casos de sentença em voz passiva. Em outros casos, o particípio tende a ser invariável.

(18) As compras **foram feitas** no início do mês.

(19) *Os engenheiros já **tinham feitos** os cálculos.

É preciso destacar, no entanto, que estruturas como (19) já foram usadas em estágios anteriores do português, como se pode observar no exemplo a seguir:

(20) E porque, como vistes, **têm passados** / Na viagem tão **ásperos perigos** (Camões, *Os Lusíadas*, exemplo de Castilho, 2010, p. 406.)

No período arcaico e clássico do português, o particípio, em sentenças como (20), concordava com um sintagma nominal que assumia o papel de complemento do verbo *ter* (como *ásperos perigos*), atuando como um elemento predicador desse complemento (*ásperos perigos* ← *passados*). Na sentença em questão, faz-se referência a perigos pelos quais já se passou. Essas construções, ao longo do tempo, foram reinterpretadas pelos falantes do português, e o *ter* adjacente ao particípio passou a constituir com ele uma estrutura perifrástica aspectual/temporal:

(21) *Tenho passado* ásperos perigos. (e não mais *tenho passados ásperos perigos*)

(22) *Tinha feito* os cálculos. (e não mais *tinha feitos os cálculos*)

(23) *Tinha visto* as cartas. (e não mais *tinha vistas as cartas*)

Os exemplos (21-23) mostram que, nessas construções, o particípio se tornou uma forma invariável em gênero e em número,

pois, mesmo que o elemento depois dele seja feminino e plural – como em (23), *as cartas* –, ele não se flexiona. O particípio, nesse caso, ficou imune à concordância.

Exemplos como esse mostram que a concordância é um fenômeno linguístico variável que passa por diferentes mudanças. Ao longo do tempo, o português, em suas diferentes variedades, pode se tornar uma língua com menos concordância ou com mais concordância. Tudo dependerá das diversas influências que os diferentes fenômenos linguísticos exercem sobre ela. Alguns estudiosos creem que o português brasileiro tem se transformado em uma língua com pouca concordância, tornando-se semelhante a línguas como o inglês.

Sem medo de errar

Seu desafio, nesta seção, é apresentar um trecho hipotético da reportagem em questão que exponha argumentos para sustentar ou não as duas críticas ao livro mencionadas no início da seção. Confira a seguir uma solução possível para esse desafio:

> Estruturas como *os menino*, em que não há compartilhamento do morfema indicador de plural {-s} entre o artigo (especificador do sintagma nominal) e o substantivo (núcleo do sintagma nominal), são construções que, de fato, fazem parte da língua portuguesa, pois são usadas no Brasil por falantes nativos do português e constituem uma norma (ou regra) gramatical, uma vez que consistem em um uso linguístico habitual entre os membros de certas comunidades de fala. É por essa razão que tal uso não pode ser considerado um erro linguístico (no sentido de ser uma forma desprovida das propriedades básicas de fenômeno linguístico regular). Tal uso não faz parte da norma-padrão do português, mas isso não o torna um uso não linguístico, uma vez que uma das características naturais das línguas é a variação. Esse uso não é ensinado na escola (nem precisaria ou deveria); além disso, não parece ser essa a proposta do livro, que deixa claro que ele não faz parte de diversos gêneros da língua escrita e de contextos de formalidade.

A ideia mencionada de que deve haver concordância entre os elementos do sintagma nominal para que não haja erro linguístico está equivocada. Ela se baseia na afirmação de que, por uma razão linguística e lógica, caso um elemento do sintagma se refira a uma entidade plural, ele deve ter uma marca de plural (mesmo que outro elemento já a tenha explicitado). Tal afirmação não expressa uma verdade sobre o funcionamento da concordância nas línguas: o fenômeno da concordância nas línguas naturais tem sido compreendido como um caso de *redundância*, o que ocorre quando uma informação gramatical, semântica ou de outra natureza se expressa mais de uma vez numa estrutura. Essa redundância, quando se trata do fenômeno da concordância, não ocorre em todas as línguas, e sua ausência não produz qualquer dificuldade de comunicação. Em inglês, por exemplo, se diz *the boys*, situação em que apenas o núcleo do sintagma exibe a marca de plural {-s} (*boys*). Semelhantemente, em francês falado, não existe marca de plural no núcleo do sintagma nominal, mas apenas na margem esquerda, em casos como [lə livR] (*o livro*) vs. [le livR] (*os livros*). A concordância, portanto, é um fenômeno variável entre as línguas e em uma mesma língua, e não é essencial para a expressão e a compreensão de certas categorias, como a de número (singular ou plural).

Faça valer a pena

1. A concordância, como fenômeno das línguas naturais, pode ser definida como o compartilhamento de traços que ocorre entre certos elementos que estão combinados em uma estrutura gramatical, como um sintagma ou uma sentença. Em português, a concordância pode ser nominal ou verbal.

Considerando essa informação, assinale como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir sobre a concordância nominal e a concordância verbal no português.

( ) A concordância nominal ocorre apenas entre elementos do sintagma nominal.

( ) A concordância nominal não envolve a categoria de pessoa.

( ) A concordância verbal envolve apenas as categorias de número e pessoa.

( ) A concordância verbal ocorre apenas entre os elementos do sintagma verbal.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F; V; V; F.

b) V; V; V; F.

c) F; F; V; V.

d) V; F; F; V.

e) V; F; V; V.

2. A concordância verbal costuma envolver o compartilhamento de traços de número e de pessoa entre um verbo e um ou mais elementos nominais, estando estes, geralmente, fora do sintagma verbal. Esses elementos nominais podem ou não dispor de flexão para a realização do compartilhamento de traços.

Com base nessa informação, assinale como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

( ) Na sentença *Os dias passam devagar*, a concordância verbal envolve apenas a categoria de número.

( ) Na sentença *O cachorro e o gato brigaram*, a concordância verbal de número envolve apenas uma flexão.

( ) Na sentença *As empresas faliram*, a concordância verbal de número envolve flexão nominal e verbal.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F; F; V.

b) F; F; F.

c) F; V; V.

d) V; V; V.

e) V; V; F.

3. A concordância nominal pode ocorrer entre elementos de um mesmo sintagma (concordância intrassintagmática) e entre elementos de sintagmas distintos (concordância extrassintagmática); além disso, ela pode ou não envolver duas palavras que compartilham um traço que é expresso flexionalmente pelas duas.

Com base nessas informações, associe o caso de **concordância nominal** descrito, na coluna da esquerda, a uma sentença que o contenha, na coluna da direita, em que os elementos envolvidos na concordância estão destacados.

1. Concordância flexional de gênero e número extrassintagmática.	A. **Nossos alunos** saíram cedo.
2. Concordância flexional de número extrassintagmática.	B. **Nossos convidados** estão **animados**.
3. Concordância não flexional de gênero intrassintagmática.	C. **As roupas** ficaram **impecáveis**.
4. Concordância flexional de gênero e número intrassintagmática.	D. **A praça** está vazia.

Assinale a alternativa com a associação correta:

a) 1-B; 2-C; 3-D; 4-A.

b) 1-A; 2-C; 3-B; 4-D.

c) 1-D; 2-A; 3-C; 4-B.

d) 1-D; 2-C; 3-B; 4-A.

e) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.

Referências

ALENCAR, José de. **Senhora**. 1875. Disponível em: <https://goo.gl/guHiLd>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAKER, Mark. **Lexical categories**: verbs, nouns, and adjectives. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARRA-JOVER, Mario. Comment évolue un trait grammatical: le pluriel en français dans une perspective romane. **Romance Philology**, Turnhout, v. 63, n. 2, p. 25-67, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/JxgEKa>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BUSSMANN, Hadumod. **Routledge dictionary of language and linguistics**. London: Routledge, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/6vFrao>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CARNEIRO, Zenaide; GALVES, Charlotte. Variação e gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 7-38, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/8BiFnu>. Acesso em: 26 jul. 2017.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Notes on transitivity and theme in English: Part 2. **Journal of Linguistics**, London, v. 3, n. 2, p. 199-244, Oct. 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4174965>. Acesso em: 26 jul. 2017.

HOGG, Richard. **An introduction to old English**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Tópico discursivo. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção do texto falado. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, p. 85-126.

MARTINS, Ana Maria. Construções com se: mudança e variação no português europeu. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Eds.). **Razões e emoção**: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. p. 163-178. v. 2.

MAURER JR., Theodoro Henrique. **Dois problemas da língua portuguesa**: o infinito pessoal e o pronome se. São Paulo: Universidade de S. Paulo, 1951.

NARO, Anthony J. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. **Language**, Baltimore, v. 52, n. 4, p. 779-810, dez. 1976. Disponível em: <https://goo.gl/FKtW77>. Acesso em: 29 jul. 2017.

RAMOS, Heloísa et al. Por uma vida melhor. **Coleção viver e aprender**. São Paulo: Global, 2011.

RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan. Indefinite Se. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 14, n. 4, p. 749-810, nov. 1996. Disponível em: <https://goo.gl/VTwb2H>. Acesso em: 29 jul. 2017.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Sobre mudança e variedades linguísticas no espanhol quinhentista: o caso das construções com se. In: ALKMIN, Tânia (Org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 247-278. v. III: Novos estudos.